

FÁBRICAS DE CELULOSE

Da monocultura à poluição industrial

Coordenação geral: Ricardo Carrere
Redatora do Boletim do WRM: Raquel Núñez
Edição: Hersilia Fonseca
Desenho da capa: Flavio Pazos
Tradução: María Isabel Sanz, Silvia Pérez Amato, Luciana Bruzzone

© **Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**

Secretariado Internacional

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguai
tel: +598 2 413 2989, Fax: +598 2 4100985
Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy
página web: <http://www.wrm.org.uy>

Escritório na Europa

1c Fossey Business Centre, Stratford Road, Moreton in Marsh
GL56 9NQ, Reino Unido
Tel.: +44 1608 652893, Fax: +44 1608 6512 878
Correio eletrônico: info@fppwrm.gn.apc.org

Esta publicação encontra-se também disponível em espanhol e inglês.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido totalmente ou parcialmente sem necessidade de autorização prévia. Não obstante, deverá reconhecer claramente a autoria do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e comunicar ao mesmo qualquer tipo de reprodução.

Data da publicação: abril 2005.

ISBN: 9974-7782-2-0

Esta publicação foi possível graças ao apoio financeiro da Novib (Holanda), da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza e do Comité Holandês para IUCN (NC-IUCN/TRP). As opiniões expressadas, a informação apresentada e os termos geográficos e geopolíticos utilizados no presente são responsabilidade exclusiva dos autores.

n(o)vib
OXFAM NETHERLANDS



Svenska Naturskyddsföreningen

NETHERLANDS COMMITTEE FOR
IUCN
THE WORLD CONSERVATION UNION

FÁBRICAS DE CELULOSE

Da monocultura à poluição industrial



Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

A maculada branca de uma folha de papel

O CENÁRIO DA CELULOSE E DO PAPEL

O crescimento tem limites e a escala é realmente um problema	
Biotecnologia: o perigoso paradigma da moderna indústria florestal	
A evolução do papel: da necessidade à cobiça	
O processo de produção da celulose	
Plantas de celulose e plantios de árvores: uma dupla no poder	
Como a indústria da celulose tenta manejar a resistência	
Livros escolares, lojas e subsídios: renegociação do consumo de papel	
O mito de identificar alfabetismo e consumo de papel	
Árvores geneticamente manipuladas: a perigosa "solução" da indústria da celulose	

ÁFRICA

Quênia: a Pan African Paper Mills causa poluição e desmatamento	
África do Sul: Plantações de árvores geram lucros para a companhia, mas geram incêndios, danos e morte para a população	
África do Sul: Transformando pessoas e lugares em celulose	
Quênia: A Pan African Paper Mills espalhe doenças	
Suazilândia: Fábrica de papel polui rio e lesa pessoas	
Suazilândia: Plantações madeireiras produzem impactos nas pessoas e na natureza	

Suazilândia: O impacto de 50 anos de florestamento com fins industriais

AMÉRICA DO SUL

Argentina: Desmatamento e plantações em duas províncias

Brasil: Enfrentamento político no Espírito Santo sobre plantações de eucalipto

Brasil: A Stora Enso e a Aracruz planejam a maior planta de celulose do mundo

Brasil: ONGs solicitam ampla discussão sobre expansão de plantações florestais

Brasil: Desastre social e ambiental provocado por indústria de papel

Brasil: A Rede Alerta Contra o Deserto Verde exige mudança de modelo florestal

Brasil: Estrada é fechada em protesto contra a expansão do plantio de eucalipto

Brasil: Rotunda manifestação contra o deserto verde e a favor da vida

Brasil: Mais celulose para exportação gera mais exclusão

Brasil: O "desenvolvimento" trazido por uma fábrica de celulose

Chile: Projeto florestal ameaça produção de vinhos

Chile: Florestamento e celulose geram pobreza e indignação

Chile: Algo cheira mal no sul

Chile: Morte em zona úmida por poluição de fábrica de celulose

Colômbia: O insustentável modelo da Smurfit

Uruguai: Porto madeireiro privado financiado pelo BID incluirá fábrica de celulose?

Uruguai-Argentina: Luta conjunta contra planta de celulose

Uruguai: Ou com as fábricas de celulose e o florestamento ou com o povo

Uruguai: Para continuar festejando, sem fábricas de celulose

Venezuela: A Smurfit Cartón, as plantações da discórdia

Venezuela: Relatório sobre Plantações da Smurfit

ÁSIA

A UPM-Kymmene e APRIL: a conexão chino-indonésia	
A indústria internacional da celulose e do papel na região do Mekong	
China: Percorrendo o batido caminho das monoculturas de árvores	
China: Nova estrutura da área papeleira para se adaptar à indústria globalizada	
Índia: Manifestação de moradores locais contra fábrica de papel poluente	
Indonésia: O insustentável crescimento do setor da celulose e do papel	
Indonésia: Produção de papel ameaça comunidades e florestas em Sumatra	
Indonésia: Destruição das florestas por empresa de celulose e papel APRIL	
Indonésia: Relatório sobre violação dos direitos humanos praticada pela indústria do papel	Indonésia:
Reabertura de fábrica de celulose da Indorayon enfrenta forte oposição local	
Indonésia: A indústria da celulose e do papel, um desastre crescente	
Japão: Indústria do papel envolvida em engenharia genética de eucaliptos	
República do Laos: A EcoSecurities ajuda o ADB a outorgar subsídios de carbono à indústria da celulose	
Malásia: Campanha contra projeto de plantações e fábrica de celulose em Sabah	
Tailândia: Prevê-se massivo florestamento com eucalipto	
Tailândia: Eucalipto, usurpação, desmatamento e poluição ligados a empresa de celulose e papel	
Tailândia: Ambientalista local é morto	
Tailândia: Uma planta de celulose com uma longa história	
Vietnã: As árvores de quem? Programa de "reflorestamento" de 5 milhões de hectares	
Vietnã: Um futuro de plantações massivas	
Vietnã: Suspende-se a construção de planta de celulose e papel em Kontum	

Vietnã: Uma comunidade dividida ao redor da planta de papel Tan Mai

OCEANÍA

Aotearoa/Nova Zelândia: a Carter Holt Harvey eleita como a pior empresa transnacional

REFERENCIAS

INTRODUÇÃO

A maculada brancura de uma folha de papel

A brancura de uma folha de papel encobre escuras histórias de degradação ambiental e desapossamento social. No entanto, essas histórias são raramente conhecidas pelos consumidores que moram longe dos locais onde a matéria-prima –a madeira– é obtida e onde a celulose e o papel são produzidos. Portanto é importante conhecer – e contar– a história.

A história geralmente começa numa floresta que é cortada rente para fornecer de matéria-prima a uma fábrica de celulose –e depois é deixada crescer novamente ou replantada com uma única espécie– ou é cortada para ser substituída por uma plantação de uma monocultura de árvores de crescimento rápido. Em alguns casos, não se destroem florestas mas pradarias para dar lugar a plantações em grande escala para produzir celulose. Em qualquer um desses casos, os impactos sobre a biodiversidade local, a água e os solos são enormes.

Esses efeitos ambientais também produzem impactos sociais. As florestas e as pradarias não estão vazias. Pelo contrário, estão habitadas por milhões de seres humanos, que dependem desses ecossistemas para sua sustentação. A história portanto continua com comunidades locais desapossadas que sofrem as conseqüências. Sempre que for possível, essas comunidades defendem seus direitos e têm que enfrentar a repressão das autoridades governamentais que tomam o partido do setor da celulose. Às vezes têm sucesso as comunidades, às vezes não, mas na maioria dos casos têm que suportar as conseqüências de sua resistência.

A seguinte parte da história começa numa fábrica de celulose. A matéria-prima barata –extraída com um grande custo social e ambiental– é trazida à fábrica para seu processamento. Esse processo resulta em poluição da água e do ar que afeta a saúde e a qualidade

de vida de comunidades que moram perto da fábrica. Aqui também os povos locais são forçados a defender-se e enfrentar as conseqüências.

A história acaba com a produção e consumo do papel produzido no processo. O que faz com que o final seja ainda mais triste é que a maior parte desse papel não está destinado a satisfazer necessidades humanas reais mas a criar um consumo desnecessário para garantir a rentabilidade da indústria da celulose e do papel.

No entanto, a história poderia ter um final totalmente diferente. O consumo poderia ser diminuído drasticamente sem que isso resultasse em escassez de papel. Um cidadão francês consome agora aproximadamente 190 kgs de papel e papelão ao ano, em grande medida utilizado em embalagens. Por que os finlandeses não poderiam diminuir seus 430 kgs de consumo anual para esse número? Por que não poderiam os norte-americanos fazer o mesmo com seu consumo atual per capita de 330 kgs? Mas até as cifras francesas implicam um consumo excessivo, e poderiam ser levadas para os 40 kgs consumidos por um cidadão uruguaio comum –cujo consumo também poderia diminuir ainda mais.

No entanto, a diminuição do consumo não é um assunto de escolha individual; é um assunto político. A indústria da celulose e do papel, junto com seus muitos associados –fornecedores de maquinário, consultoras, agências de crédito às exportações, bancos privados e multilaterais e outros– reagirão aos esforços para diminuir o consumo. Portanto uma oposição bem sucedida precisa reunir todos aqueles que sofrem os impactos das plantações, do desmatamento e da produção da celulose/papel com a oposição organizada nos países consumidores e fazer campanhas exigindo tanto respeito pelos direitos das comunidades locais afetadas pelo ciclo do papel quanto mudanças nas políticas nacionais e globais a respeito do uso do papel.

A folha branca de papel não precisa estar maculada; pode estar socialmente e ambientalmente limpa. Esse é o desafio. (Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

O CENÁRIO DA CELULOSE E DO PAPEL

O crescimento tem limites e a escala é realmente um problema

As empresas transnacionais dominam cada vez mais todos os setores econômicos nos que é possível obter lucros. A maioria delas tem incorporado considerações sociais e ambientais a seu discurso, apesar de que são poucas as que realmente colocam na prática suas próprias declarações nesse sentido. Além de suas boas intenções, a própria escala de suas atividades faz com que a sustentabilidade ambiental seja praticamente impossível de atingir, enquanto a concorrência por dominar os mercados mundiais tem feito com que as considerações sociais sejam quase antagônicas com a rentabilidade.

Nesse sentido há muitos exemplos em todos os setores econômicos, mas o caso da empresa Aracruz Celulose, sediada no Brasil, é paradigmático, porque foi uma das primeiras empresas transnacionais em aderir à temática ambiental, antes da Cúpula da Terra de 1992. Essa companhia é a maior produtora do mundo de celulose de eucalipto branqueada, com uma produção anual de 1.300.000 toneladas. A Aracruz tem estado expandindo suas plantações de eucalipto e sua fábrica desde o início de suas operações e aparentemente não há limites para seus planos de expansão. Agora visa a aumentar a capacidade de produção de celulose para 2 milhões de toneladas e isso implica a ocupação de mais milhares de hectares de terras férteis com plantações de monoculturas de eucalipto.

Apesar de que as comunidades locais que moram na área ocupada pela Aracruz –principalmente comunidades indígenas e afro-brasileiras tradicionais– foram desapossadas de suas terras, no início a companhia recebeu certo apoio de outros setores da sociedade, aos que lhes prometeu desenvolvimento e emprego. Mas o desenvolvimento prometido nunca chegou enquanto o emprego tem caído constantemente em decorrência da mecanização e da terceirização. De acordo com a própria Aracruz, na folha de pagamento da companhia há "1.689 empregados, incluídas nossas filiais internacionais, a Aracruz Produtos de Madeira e a Portocel. Além da mão-de-obra própria, há 2.954 trabalhadores permanentes contratados por terceiros, o que dá um total de 4.643 empregos diretos nas regiões nas que

operamos". E esse é todo o emprego gerado por uma companhia enorme, com uma fábrica de celulose enorme e um número igualmente enorme de terras que atinge as 220.000 hectares!

Ao mesmo tempo, o emprego rural existente tem diminuído em decorrência da compra de terras pela Aracruz e sua plantação de eucaliptos. Como o número de postos de trabalho por hectare nas plantações de árvores é bem menor que na agricultura, o emprego nas áreas rurais dá um saldo negativo. Além disso, os impactos ambientais, tanto das plantações quanto da produção de celulose têm agravado os impactos nas populações locais, como no caso das comunidades de pescadores enfrentadas à quase desaparecimento dos peixes em decorrência das atividades da Aracruz.

Os impactos referidos, e muitos outros mais, têm determinado o crescimento da oposição organizada, que até resultou na aprovação recente de uma lei pela Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo –vetada imediatamente pelo Governador– que proíbe novas plantações de árvores para a produção de pasta de papel, até que seja levado a cabo o mapeamento agroecológico do Estado, a partir do que sejam estabelecidas normas claras sobre onde podem ser plantadas essas árvores e onde não podem ser plantadas essas árvores.

Como já foi dito, o caso da Aracruz é apenas um exemplo do que acontece atualmente em muitas partes do mundo, tanto no Norte quanto no Sul. Apesar de que as transnacionais tentem com afã – quando o fazem– levar em conta os aspectos ambientais e sociais, o resultado final é degradação ambiental e a crescente marginação social. E de fato, o assunto é na realidade bem simples: quanto maior é a escala, maiores são os impactos. Não é hora de discutir de novo os conceitos de "o pequeno é bonito" e "os limites ao crescimento"? (Boletim do WRM N° 49, agosto de 2001).

Biotechnologia: o perigoso paradigma da moderna indústria florestal

A palavra "moderno" em geral é considerada sinônimo de progresso. Para as florestas significa claramente o oposto, especialmente (mas

não apenas) no tocante à biodiversidade. A moderna indústria florestal visa à produção de volumes cada vez maiores de madeira por hectare, sem levar em conta seu impacto sobre os povoadores, os solos, a água e a diversidade biológica.

As etapas iniciais da indústria florestal são percebidas agora como primitivas pelos expertos florestais modernos, porque apenas se plantavam umas poucas hectares de árvores de um só gênero (freqüentemente várias espécies de eucaliptos no mesmo lote) em poços cavados na terra. Cresciam rapidamente, mas não tão rapidamente como para alimentar o apetite cada vez maior da indústria da celulose e do papel.

Portanto, cientistas e tecnocratas acudiram em seu auxílio e forneceram novas idéias à indústria. Aplicaram-se métodos de preparação do solo e fertilização, bem como herbicidas e agrotóxicos para aumentar a produção de madeira que continuava sendo considerada insuficiente para satisfazer à indústria. Selecionaram-se as chamadas árvores "plus" (troncos retos, de crescimento rápido, com poucos e finos ramos) para obter sementes com o fim de produzir novas gerações de árvores de crescimento ainda mais rápido, mais adequadas para alimentar serrarias e fábricas de celulose com matéria-prima homogênea. Os seguintes passos foram a incorporação da hibridação e a clonagem, que aumentaram a produção de madeira, agora mais adaptada à medida das necessidades da indústria (por exemplo, baixo conteúdo de lignina para satisfazer o objetivo econômico da indústria celulósica de atingir um alto conteúdo de celulose).

As "inovações" mencionadas (que de fato se limitaram a continuar os passos da Revolução Verde na agricultura) levaram ao estabelecimento de milhões de hectares de plantações de muito rápido crescimento, com níveis de produção de madeira impossíveis de imaginar há duas décadas. No entanto, esse processo qualificado por muitos expertos florestais como um sucesso, tem produzido, sérios impactos sociais e ambientais. O fato de que os povoadores locais (que têm que suportar as conseqüências) as descrevam como "florestas mortas", "câncer verde", "deserto verde", "milicos plantados" (verdes, em fileiras e avançando de forma ameaçadora) e "árvores egoístas", resume o grau desses impactos.

Apesar disso, para a mentalidade anti-social e anti-ambiental que está por trás desse modelo florestal, a manipulação genética é o paradigma final: imaginem milhares, milhões, milhares de milhões de árvores, todas com o mesmo genótipo selecionado, crescendo em linhas retas a velocidades surpreendentes e produzindo milhões de toneladas de madeira! Mas para os povos e o meio ambiente, a biotecnologia seria o desastre final, se os impactos das atuais plantações se multiplicassem (que já fazem com que sejam social e ambientalmente insustentáveis).

Desde a perspectiva da biodiversidade, as plantações de árvores geneticamente modificadas constituem uma séria ameaça e "em nenhum local aparecem tão claras as contradições do pacote da engenharia genética como na controvérsia sobre como evitar que as modificações genéticas se divulguem desde as plantações industriais aos ecossistemas circundantes".

@s autor@s da citação supra (Sampson e Lohmann) salientam que "a necessidade de evitar que as árvores geneticamente modificadas e seus genes invadam os ecossistemas nativos é clara. As árvores com baixo conteúdo de lignina têm a capacidade potencial de alterar o ciclo de nutrientes da floresta, responsável de estruturas do solo e sistemas de reciclagem de nutrientes únicos. A influência de árvores com baixo conteúdo de lignina, vulneráveis a insetos e outros herbívoros também poderia produzir explosões de populações de pragas. As árvores geneticamente modificadas resistentes aos insetos têm o potencial de alterar a dinâmica das populações de insetos e também é provável que possuam uma vantagem invasiva sobre as espécies nativas das florestas. De forma mais geral, as invasões de árvores geneticamente modificadas poderiam ameaçar o reservatório de diversidade genética da floresta, do que se selecionam árvores para a propagação convencional (um reservatório já reduzido pelas atividades madeireiras seletivas). Como as árvores são mais compatíveis geneticamente com seus parentes silvestres do que são as espécies agrícolas (que têm sido objeto de longo processo de seleção), as "fugas" de árvores geneticamente modificadas são especialmente preocupantes para as florestas".

As observações finais dos autores evidenciam as preocupações específicas que apresenta a biotecnologia florestal: "Nesse respeito,

os assuntos apresentados pelas árvores geneticamente modificadas são similares às que apresentam os cultivos geneticamente modificados. No entanto, em muitos aspectos, a modificação genética florestal é um problema ainda mais sério que a engenharia genética na agricultura. A longa vida e o estado geralmente não domesticado das árvores, a escassa compreensão de sua biologia e seus ciclos vitais, a complexidade e a fragilidade dos ecossistemas das florestas e o controle empresarial e estatal sobre importantes áreas de florestas nas que se poderiam plantar árvores geneticamente modificadas se combinam para criar riscos únicos. A segurança biológica e as conseqüências sociais da aplicação da engenharia genética às árvores florestais são suficientemente sérias como para justificar a imediata detenção da produção de árvores geneticamente modificadas". (Boletim do WRM N° 56, março de 2002).

A evolução do papel: da necessidade à cobiça

Há muito tempo, a necessidade de nossos primeiros antepassados de transmitir palavras e imagens foi plasmada em paredes de pedra, tábuas de argila, tábuas recobertas de cera, peles de animais e outros meios. Depois, aproximadamente 3000 anos AC, os egípcios começaram a escrever em papiros. Os hastes do papiro eram laminados em tiras (como as lascas de bambu na China). Atribui-se a Ts'ai Lun, um funcionário chinês a invenção do primeiro papel real aproximadamente em 105 DC, transformando amoreiras, redes de pesca de cânhamo e trapos num material que permitia à caligrafia numa superfície lisa. Os rolos de pergaminho continuaram sendo a unidade de armazenagem de informação standard até o aparecimento do códex ou caderno de folhas dobráveis no século quarto DC.

As técnicas de fabrico de papel foram transferidas para o Oeste quando um exército árabe venceu às forças chinesas em 751 DC e capturou entre seus prisioneiros de guerra uns poucos fabricantes de papel que foram estabelecidos depois para exercer seu ofício em Samarkand. Então a capacidade de fazer papel espalhou-se devagar da Ásia Islâmica para a Europa. A Idade Média na Europa foi uma época de analfabetismo, finalmente interrompida pela invenção no século XV do tipo móvel por Gutenberg. A publicação da Bíblia de Gutenberg em 1455 e o aumento subsequente de livros produzidos em massa facilitaram a ampla disseminação de idéias e informação. Isso provocou

o aumento na demanda de papel. Naquela época, os trapos proporcionavam a principal fonte de fibra.

No século XIX, os proprietários de fábricas francesas e inglesas, lutando para superar o poder que tinham os artesãos do papel em virtude de seu conhecimento especializado começaram a desenvolver, com a ajuda das novas indústrias de maquinário da revolução industrial, máquinas de papel com a técnica para fazer papel centralizada em mãos capitalistas. O surgimento de produção de pasta originada em árvores proporcionou uma fonte de fibras mais barata e mais disponível (contudo, a rejeição do papel baseado em madeira foi tão intenso entre os moradores locais, que as entregas da polpa de papel tinham que ser realizadas à noite). A descoberta do cloro elementar em 1774 e a invenção da máquina de fabricação de papel de forma contínua de Fourdrinier patenteada em 1807 eventualmente permitiu aos fabricantes extrair quimicamente polpa e branquear as fibras de madeira e aumentar drasticamente a produção criando rolos, em vez de lâminas individuais.

Na presente fase, o paradigma baseado em árvores, globalmente orientado, veio a dominar a produção de papel do século XX enquanto os processos de fabricação industriais e os métodos florestais se expandiam. O uso global do papel tem crescido 423% de 1961 até 2002.

Em meados da década de 80, o impacto ambiental da fabricação de papel baseada em árvores foi submetida a intenso escrutínio público. Os cientistas perceberam que o cloro elementar, o principal químico utilizado para separar e branquear as fibras da madeira, combinado com a dioxina produzida pela lignina, era um dos cancerígenos mais potentes e perturbadores de hormônios (depois da incineração, as fábricas de celulose e papel são a segunda maior fonte de dioxina e a maior fonte de poluição da água pela dioxina). O papel virou associado com problemas de saúde pública e o envenenamento dos peixes.

A indústria internacional respondeu investindo em tecnologias que poderiam levar à redução da poluição. A substituição do dióxido de cloro (processo ECF) pelo cloro gás tem reduzido significativamente, mas não tem eliminado a poluição por dioxina. Além disso, implementaram-se tecnologias totalmente livres de cloro (TCF) –apesar

de que sua porção do mercado é marginal. A pasta ECF domina o mercado mundial de pasta branqueada quimicamente com mais de dois terços da porção mundial do mercado (75%), seguida pelo cloro gás elementar tradicional com aproximadamente 20% enquanto apenas pouco mais de 5% é branqueado pelo processo TCF (cifras de 2002).

No entanto, novas evidências mostram que os problemas persistem em todas as tecnologias. Aparentemente não há correlação entre os AOX (compostos halogenados adsorvíveis), os níveis de despejo e os impactos ambientais em estudos de respostas específicas de peixes. Além disso, outras observações têm documentado uma série de lesões numa amostra de peixes adjacentes a uma fábrica que usa hidrossulfito de sódio como agente branqueador, sem utilizar químicos baseados em cloro. Também constatou-se que as concentrações de metais presentes em águas residuais TCF são mais altas que em outros efluentes de branqueamento. Sobretudo, esses estudos demonstraram que enquanto as melhorias ambientais poderiam ser atingidas por mudanças de processo –e a eliminação de químicos baseados em cloro era um fator chave nessas melhorias– os efluentes de todos os processos eram tóxicos em algum grau. Além disso, cada etapa da produção do papel, desde o corte das árvores até o despejo do papel em depósitos de resíduos, ajudam significativamente aos gases de efeito estufa da atmosfera. Todos esses riscos estão sendo magnificados pela crescente escala das novas fábricas.

Um quinto de toda a madeira colhida no mundo acaba transformando-se em papel e leva 2 a 3,5 toneladas de árvores para fazer uma tonelada de papel. Por outro lado, a indústria da celulose e do papel é a quinta maior consumidora de energia no mundo. Além disso, em países do Norte, o papel é responsável de quase 40% de todos os resíduos sólidos municipais. Com um crescimento global anual previsto de 2,5%, a indústria e seus impactos negativos poderiam duplicar-se para o ano 2025.

Todos esses dados preocupantes deveriam fazer com que considerássemos a razão última para expor o ambiente e as pessoas a esses riscos. É o custo inevitável que a sociedade humana deve pagar em favor do alfabetismo, da informação e da cultura? Ou o consumo atual de papel está vinculado ao padrão descartável da vida moderna?

Em termos de usos do papel, as embalagens hoje ultrapassam os graus de comunicação. Apesar de que o papel está tradicionalmente identificado com a leitura e a escrita, as comunicações têm sido substituídas agora pelas embalagens como a única maior categoria de uso do papel. A real expansão nas embalagens de papel tem aparecido desde a década de 50, com a difusão dos supermercados e alimentos embalados (apesar de que em alguns casos está declinando tanto em decorrência de reduções gerais em embalagens quanto em decorrência da substituição por outros materiais, como o plástico). A revolução da informação eletrônica tem multiplicado em vez de substituir o uso do papel, e um número de outros fatores, tais como a publicidade, a venda no varejo de alimentos também influenciam padrões específicos do consumo de papel, principalmente a demanda de papel de jornal e papel de embalagem. A esmagadora maioria do papel é utilizada como insumo para outros setores de fabricação: a demanda é portanto filtrada através de outras indústrias e é raramente uma resposta direta pelos consumidores finais. Nos Estados Unidos, apenas 15% da produção de papel é comprada diretamente pelos consumidores finais.

Do ponto de vista do consumo, a tendência está de acordo com as graves desigualdades que levam em consideração o padrão de acumulação e centralização da globalização do mercado e um abismo separa o consumo de papel no Norte e no Sul: o norte-americano médio consome 27 vezes a quantidade de papel utilizada cada ano pelo habitante comum do Sul; muitos países africanos consomem atualmente menos papel per capita que em 1975. Os Estados Unidos são de longe o maior produtor e consumidor de papel. O consumo de papel per capita nos Estados Unidos é mais de seis vezes maior que a média mundial e aproximadamente 25% maior que em Japão, o segundo maior consumidor de papel per capita do mundo.

Um norte-americano médio consome 331 kg de papel ao ano e um europeu consome 196 kg por pessoa, enquanto na Índia o consumo anual é 3,8 kg e na maior parte da África menos de 1 kg (cifras de 1999). Estima-se que o trabalhador administrativo médio dos Estados Unidos, usa uma folha de papel cada 12 minutos e joga fora 100-200 libras de papel cada ano e em termos gerais a introdução do email tem causado um aumento de 40% no consumo de papel.

O consumismo e a pobreza convivem num mundo desequilibrado onde não há vontade política para frear o esbanjador consumo exagerado de algumas pessoas e para melhorar o standard de vida daqueles que mais o necessitam. O atual consumo exagerado de papel está baseado em penhorar o futuro da humanidade, e principalmente para beneficiar umas poucas corporações que controlam o mercado global através da manipulação dos mercados, acordos de cartel, fixação de preços e outras práticas similares. O tamanho das grandes empresas do papel –as cifras de vendas de somente a International Paper ultrapassam o Produto Interno Bruto de mais de 75 países– faz com que elas influenciem os atores políticos e econômicos, cujas operações orientadas ao lucro são principalmente responsáveis pela atual crise ambiental, social e econômica. Os grandes supermercados e shopping centers são as novas catedrais da moderna sociedade de consumo que alberga apenas uma elite –28% da população mundial, principalmente de países do Norte, cujos hábitos de consumo têm levado a uma situação insustentável em virtude do grande consumo de água, energia, madeira, minerais, solo e outros recursos e à perda de biodiversidade, poluição, desmatamento e à mudança climática. (Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

O processo de produção da celulose

As fábricas de celulose se dedicam ao processamento da madeira para a obtenção da principal matéria-prima para a produção de papel: a polpa ou pasta. Trata-se geralmente de grandes fábricas localizadas nas mesmas áreas onde a madeira é colhida, isto é, perto de florestas ou plantações de monoculturas de árvores, onde se facilite o transporte de troncos, abaratando desse jeito as despesas com o transporte.

Basicamente a madeira está constituída por lignina e fibras de celulose e o primeiro passo para a obtenção da pasta consiste em triturar a madeira sólida. De acordo com os processos utilizados, distinguem-se dois tipos de pasta:

* A pasta mecânica. Os processos mecânicos trituram a madeira e liberam as fibras. Esse procedimento transforma até 95% da madeira em pasta, mas conserva a lignina, o que depois fornece uma coloração amarronzada ou amarelenta ao papel. Esse tipo de pasta utiliza-se

principalmente para papel de jornal e outros produtos nos que a qualidade de impressão não é tão importante.

* A pasta química. A madeira é transformada primeiramente em pequenas lascas e depois submetida a cozimento com produtos químicos, seguido por um processo de refinação. A extração química separa a lignina da celulosa para que ela fique como produto final. Isso se consegue através de hidrólise (reação com água) sob condições de maior temperatura, com uso de produtos químicos e com grande consumo de energia. Conforme o produto químico utilizado, distingue-se: 1) o processo *kraft* ou "ao sulfato" (atualmente o mais comum) que coze as lascas de madeira com soda cáustica; 2) o processo "ao sulfito" (que prevaleceu na indústria do papel desde o final do século XIX até meados do século XX), que coze as lascas de madeira numa solução ácida; e 3) o processo termomecânico químico, onde as lascas são aquecidas ao vapor e tratadas com produtos químicos antes de serem moídas.

Conforme o processo e o tipo de madeira utilizada, obtêm-se diferentes tipos de pasta: de fibra longa (coníferas) e de fibra curta (o resto, com algumas exceções). A importância dessa diferença com relação ao papel é que o de fibra longa é mais flexível e portanto é utilizado geralmente para papel de jornal. A pasta produzida, tanto por processos mecânicos quanto químicos, geralmente deve ser branqueada. Existem diferentes métodos para isso: 1) com cloro gás (também chamado cloro elementar), 2) livre de cloro elementar (ECF), que utiliza dióxido de cloro (dentro dessa técnica desenvolveu-se também o ECF que emprega ozônio nas etapas iniciais do processo de branqueamento e dióxido de cloro na etapa final, e o ECF "melhorado", que elimina a maior parte da lignina que dá a cor amarelada antes do branqueamento, reduzindo assim a utilização de energia e de produtos químicos para o mesmo) e 3) "totalmente livre de cloro" (TCF), isto é, trata-se de um branqueamento sem compostos clorados, que utiliza oxigênio e peróxido de hidrogênio ou ozônio.

Em meados da década de oitenta começou a discussão pública a respeito do processo de branqueamento da celulose. As análises revelaram uma alta concentração de AOX (um parâmetro que mede a concentração total de cloro vinculado a compostos orgânicos em

águas residuais) nos despejos de fábricas de celulose; depois também foram achadas dioxinas. Dioxina é o nome comum para uma família de compostos químicos (existem 77 formas diferentes de dioxinas), que apresentam propriedades e toxicidade similares; aparecem como consequência de processos térmicos que envolvem produtos orgânicos em presença de cloro e têm graves efeitos sobre a saúde e o ambiente que se agravam por suas propriedades de persistência e acumulação.

A produção mundial de pasta química branqueada tem aumentado nos últimos 15 anos de 56 milhões de toneladas para aproximadamente 90 milhões de toneladas. De acordo com cifras do ano 2002, aproximadamente 20% da produção mundial de celulose é branqueada quimicamente com o tradicional cloro gás e aproximadamente 75% é branqueada com dióxido de cloro no processo ECF, enquanto apenas pouco mais de 5% é branqueado pelo processo TCF.

- Os problemas das fábricas de celulose

As fábricas de celulose aumentam cada vez mais seu tamanho e capacidade de produção, agravando ainda mais os impactos de seu processo industrial, que de fato apresenta sérios riscos ambientais. Alguns fatores de risco podem ser identificados:

** o tamanho (a escala)*

As fábricas atuais de pasta de papel são megafábricas, cujo tamanho já constitui um risco. Num processo industrial no que são utilizados tantos produtos químicos tóxicos, qualquer pequeno detalhe que for alterado, qualquer vazamento mínimo, transforma-se em grande pela escala da fábrica. Por outro lado, os despejos poderão ser pequenos em comparação com os volumes que se processam, mas não em comparação com os volumes que a natureza pode suportar. Os despejos de uma fábrica grande de 600.000 toneladas métricas são de aproximadamente 1000 litros por segundo.

** o cheiro (emissões)*

As emissões aéreas das fábricas de celulose (decorrentes da incineração de toneladas de resíduos que ficam do processo e são utilizados na geração de energia), contêm produtos químicos cancerígenos (fenoles clorados, hidrocarbonetos aromáticos

policíclicos e Compostos Orgânicos Voláteis), compostos de enxofre oxidado que provocam danos à vegetação, compostos que provocam transtornos hormonais (como por exemplo fenoles clorados) e compostos de enxofre reduzido, que causam o característicos cheiro penetrante de "ovo podre" que se transforma num problema para os povoadores vizinhos. Estudos epidemiológicos recentes têm evidenciado possíveis efeitos na saúde como consequência da exposição a esses compostos a níveis geralmente presentes nas vizinhanças de uma fábrica de celulose. Um estudo finlandês (The South Karelia Air Pollution Study) mostra que a exposição a compostos fétidos do enxofre aumenta o risco de infecções respiratórias graves.

* problemas com a própria produção dos agentes branqueadores
Muitos branqueadores químicos são reagentes e perigosos de transportar, e portanto devem ser produzidos in situ ou nas proximidades. Esse é o caso do dióxido de cloro (ClO_2), um gás amarelo esverdeado extremamente reagente que explode facilmente, o que representa um grande perigo, em caso de acidente, para os trabalhadores da fábrica e os povoadores vizinhos. Um outro agente utilizado, o cloro elementar (Cl_2), é muito tóxico; trata-se de um gás de cor esverdeada que vira corrosivo em presença de umidade.

* os despejos e a poluição da água

A gigantesca demanda de água das fábricas de celulose pode chegar a reduzir os níveis de água e os despejos podem aumentar sua temperatura, o que é crítico para o ecossistema fluvial. Geralmente as fábricas se instalam perto de um curso de água caudaloso onde possam não apenas abastecer sua demanda (com menos custos), mas também despejar seus efluentes depois. A indústria da celulose é a segunda consumidora mundial de cloro e a maior fonte de despejo direto de organoclorados tóxicos nos cursos de água.

Dos processos de produção de celulose, os que potencialmente mais poluição podem produzir são os métodos químicos, principalmente os de produção de pasta *kraft*, cujos despejos do processo de branqueamento podem conter compostos orgânicos presentes na pasta e compostos de cloro, cuja mistura pode formar uma série de produtos tóxicos, tais como dioxinas, furanos e outros organoclorados (também

conhecidos como "compostos halogenados adsorvíveis" ou AOX, por sua sigla em inglês), cada um deles com diferente grau de toxicidade. O grave problema com esses compostos é que sua capacidade de biodegradabilidade é muito baixa, o que determina sua presença na biosfera, até muitos anos depois de ter sido liberados, acumulando-se nos tecidos dos seres vivos (bioacumulação). Isso determina que as concentrações nos tecidos grossos dos organismos superiores (incluído o ser humano) sejam superiores às concentrações presentes no ambiente no que foram expostos, o que os transforma num importante problema de salubridade humana. De acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, a exposição a baixos níveis de dioxinas (medidos em milionésimas de miligramas) pode provocar no ser humano alterações do sistema imunológico, do sistema hormonal endócrino, incluindo a atividade de regulação dos esteróides sexuais e o crescimento e mudanças genéticas hereditárias, sem esquecer o câncer. Entre as fontes principais de emissão de dioxinas está o branqueamento de celulose como cloro elementar.

Os despejos de celulose branqueada com dióxido de cloro contêm clorofórmio, ácidos clorados e sulfonas. O branqueamento com dióxido de cloro produz grandes quantias de clorato, que atua como herbicida. Comprovou-se que apesar de que os despejos são mais biodegradáveis que os da técnica de cloro elementar e de que foi reduzida a presença de organoclorados, continuam sendo produzidos e afetando o ambiente. Apesar de que os despejos líquidos são menos tóxicos que há dez anos, ainda são perigosos, porque como foi dito, são poluentes persistentes, isto é, vão acumulando-se permanentemente e não se degradam.

Por outro lado, além dos efeitos dos organoclorados, no final de 1994 materializou-se a convicção de que substâncias da madeira transformam-se em compostos problemáticos durante o processo de extração da celulose, já que se manifestaram efeitos tóxicos em peixes afetados por despejos de produção de celulose branqueada e não branqueada. As substâncias da madeira dissolvida, os resíduos químicos e os compostos produzidos por reações entre as substâncias químicas e as substâncias da madeira produzem poluentes que podem reduzir os níveis de oxigênio dos cursos de água aos que forem vertidos, chegando a ser letais para os peixes.

Os efluentes do processo de branqueamento contêm geralmente entre 40 e 50 quilos de substâncias orgânicas (principalmente lignina) por tonelada de pasta. Estudos realizados no Canadá e na Suécia no final da década de oitenta e no início da década de noventa sobre os efeitos tóxicos crônicos dos despejos das fábricas de celulose nos peixes dos cursos de água vizinhos, revelaram alterações reprodutivas, aumento do metabolismo e mudanças na estrutura das populações de peixes. Outros estudos revelaram danos genéticos, mudanças hormonais, alterações hepáticas, problemas da função celular, mudanças na composição do sangue, lesões na pele e brânquias e reações do sistema imunológico dos peixes. Um estudo realizado em 2003 revelou que 80% das fêmeas do peixe *Gambusia* que habitava águas abaixo de uma fábrica de celulose manifestaram uma masculinização parcial (alteração das barbatanas anais, uma característica relacionada com a atividade hormonal masculina) e 10% dos peixes manifestaram uma masculinização total. Apesar de que os pesquisadores não identificaram um componente hormonal masculino específico nos despejos da fábrica de celulose, subseqüentes provas produziram uma variedade de reações nos receptores de hormônios masculinos.

Em virtude dos problemas apresentados, cabe perguntar-se se os riscos listados associados às fábricas de celulose para a produção de papel estão justificados em favor de algum bem geral, se trata-se de uma atividade destinada a satisfazer necessidades humanas autênticas ou se tem contribuído a reverter a pobreza. Os relatórios e os depoimentos que apresentamos a seguir dizem que não. As fábricas de celulose são apenas um outro elo da cadeia de atividades de um "desenvolvimento" insustentável com o que os grandes interesses econômicos garantem seu poder. (Boletim do WRM N° 83, junho de 2004).

Plantas de celulose e plantios de árvores: uma dupla no poder

O desapossamento, o desmatamento e a poluição causados pela indústria da celulose e do papel estão relacionados a uma dinâmica de crescimento, concentração e intensificação do capital que tem

caracterizado a indústria desde a Revolução Industrial. Crucial para esta dinâmica são as tentativas da indústria e seus aliados para remodelar a infra-estrutura tanto política quanto física, captando subsídios, gerenciando demandas, centralizando o poder, e evadindo, digerindo e regulamentando a resistência. Nesse contexto, a pretensão de que a indústria ajude a sociedade a satisfazer suas necessidades pré-existentes "mais eficientemente" faz pouco sentido.

Eis aqui algumas suposições frequentes embora falsas a respeito da indústria do papel e da celulose:

- Companhias de papel e celulose não modificam as metas e necessidades da sociedade, pelo contrário, as deixam intocadas; elas apenas fornecem prosperidade, bens e empregos que ajudam a sociedade a fazer melhor o que já está fazendo.

- É apenas a exigência de serem eficientes e competitivas que faz que tais empresas aumentem o tamanho das instalações de celulose e papel e procurem lugares no mundo afora onde seja possível baixar os custos de produção.

- Qualquer rompimento social e ambiental que resultar dessa expansão requer, no mínimo, alguns ajustes no aparato mercantil ou sistema regulador estatal, mas não uma reconsideração da escala industrial, das relações estruturais ou políticas com a sociedade.

A despeito dessas reclamações, a exigência da indústria para uma expansão mundial em grande escala não pode ser explicada apenas por " questões econômicas". Mas também não se trata de uma conspiração política de pessoas com inteligência superior reunidas em salas de corporações transnacionais agindo com a descuidada tranquilidade de sua onipotência. Estruturas sociais sensíveis às necessidades das elites da celulosa e do papel são construídas, expandidas e melhoradas apenas através de esforços políticos de uma multidão de agentes com diferentes interesses e motivações, que trabalham juntos de uma forma ad hoc e às vezes descoordenada em interação com um entorno sempre variável de resistência e de diferentes qualidades de terra e materiais naturais.

A evolução da tecnologia da celulosa e do papel sempre esteve relacionada não só com o lucro ou a eficiência como também com a tentativa de pequenas elites de reestruturar o poder em seu favor.

A passagem do uso de tecido ao uso da madeira como matéria prima reforçou a confiança dos fabricantes de papel em plantas de grande porte e altamente automatizadas. O equipamento para picar a madeira em cavacos e os moedores de pedra usados para processar toras produziam celulose demais para as pequenas plantas de papel poderem absorvê-la. Quanto mais a indústria do papel e da celulose investia em grandes maquinários de celulose e papel adaptados ao uso da madeira, integrados com a indústria madeireira e desligados de qualquer outra fonte de matéria prima, menos o comércio considerava outras formas de tratar a questão. Hoje, 90 por cento da polpa de papel é obtida da madeira, tanto moendo a madeira quanto cortando-a em lascas e posteriormente colocando-a em ebulição com produtos químicos fortes. Este processo requer grandes quantidades de água fresca e energia e consome, ao ano, cerca do equivalente da madeira que cobriria 20 mil quilômetros quadrados de terra arborizada.

Entre os magnatas dos jornais de início do século 20 da América do Norte e da Grã-Bretanha foi estabelecida uma rivalidade por status para construir as cada vez maiores máquinas de papel, rivalidade que contribuiu ainda mais ao crescimento em escala. Por volta de 1975, os fabricantes de grandes máquinas investiram em ferramentas adequadas a elas. Esse fato dificultou ainda mais a produção para aqueles que não fossem grandes investidores em papel. E o acesso à corrente dominante do conhecimento sobre a fabricação do papel ficou restrito não apenas ao capital mas aos grandes capitais. Hoje em dia, a maior parte da polpa da madeira usada na fabricação de papel para impressão de jornais, para embalagem e para escrever brota de um pequeno número de plantas espalhadas que sobressaem por causa do custoso maquinário computadorizado que tem um valor de US\$ 1 bilhão ou mais per capita.

Uma conseqüência do fato de quase todo novo investimento em celulose ser em grande escala é que cada nova demanda inevitavelmente implica um maior investimento em capacidade produtiva do que, hoje em dia, seria necessário para satisfazê-la. Isso traz

como conseqüência um círculo selvagem de auge e fracasso. Em 1993, por exemplo, depois de um sobre-investimento, os preços da celulose despencaram até a metade do que tinham sido quatro anos antes, acarretando perdas descomunais, redução de custos, fechamentos, fusões e mudanças de comando. Não é surpreendente que a indústria sinta a pressão de criar novas demandas de um modo que modere futuras quedas de preços. A produção em grande escala pode ser tanto a causa quanto o efeito dos esforços por reorganizar a sociedade com caminhos favoráveis a uns poucos atores centrais.

As enormes máquinas de celulose que caracterizam a indústria atual devem funcionar 24 horas diárias para pagarem em dia as dívidas decorrentes de sua construção. Isso reforça a necessidade das fábricas de terem segurança, acesso conveniente a grandes fornecimentos de água, madeira, e a enormes e contíguas áreas de terra a seu dispor. Hoje em dia, as enormes fábricas de celulose acham quase impossível compartilhar as paisagens que ocupam com comunidades locais que já possuem uma variedade de atividades agrícolas, pesqueiras e de colheita para a subsistência. Eles trabalham bem melhor com simples e compactas populações de árvores favoráveis à indústria do que com, por exemplo, florestas nativas reservadas para uma variedade de usos.

Ainda por cima, as grandes plantas, atualmente, exigem a construção de caminhos ou canais que conectem diretamente o lugar de corte e a fábrica, substituindo a rede de lentos sistemas de transporte que unem uma área com a outra. Elas privilegiam o crescimento de cidades industriais nas que todos trabalham para a fábrica em detrimento de comunidades com diferentes meios de vida. Isso tudo fornece incentivos para a propagação de uma ideologia que privilegia uma aparente demanda "mundial" de celulose sobre as variadas demandas locais de lotes para cada agricultor, as diversas florestas nativas, água e ar limpos e a manutenção de práticas artesanais de granulação que possibilitam o controle local sobre as florestas nativas e as áreas alagadas.

A indústria do papel e da celulose, freqüentemente, justifica sua preferência pela produção em grande escala, com sistemas monocentros sobre mosaicos sociais multi-centros sustentando

que eles ajudam a liberar "eficiências" econômicas latentes. Não obstante, a demanda que vai ser satisfeita "eficientemente" deveria ser criada com anterioridade, e as paisagens homogeneizadas através de recursos políticos, antes que a conversa sobre "eficiência" venha a fazer sentido. Do ponto de vista de um agricultor, por exemplo no Sudeste asiático, a engenharia hoje centralizada nos sistemas de celulose e de papel acarreta perdas não compensadas de água, solo, forragem, peixes, transporte ou meios de vida em geral. Nesta perspectiva, então, dificilmente significam um ganho em "eficiência".

Como as florestas nativas estão exaurindo e a resistência local foi provocada, as indústrias de celulose e papel estão se tornando, cada vez mais, plantios industriais de árvores para abastecer-se de grandes quantidades de matéria prima fresca e uniforme em menores parcelas de terra, evitando assim conflitos com outros usos do solo. Mesmo que os plantios industriais geralmente forneçam cerca da quarta parte da demanda mundial de polpa de madeira (dado do ano 2000), esta proporção está destinada a aumentar, por causa do desmatamento, das limitações da reciclagem (as fibras só podem ser reutilizadas poucas vezes antes de se transformarem em pó) e da resistência da maior parte da indústria ao uso de outros materiais além da madeira.

Esta mudança de plantios de madeira para celulose fornece maiores incentivos para a indústria deslocar a produção de fibras em estado natural a novas regiões, especialmente ao Sul. Em países como Brasil e Indonésia, árvores do tipo de eucaliptos ou acácias crescem mais rapidamente, a terra é mais barata e as companhias podem ser beneficiadas com mão-de-obra de menor custo e mais severas políticas de repressão que no Norte. Isso tudo garante preços baixos para a madeira, que, como Robert A. Wilson do conglomerado anglo-francês Arjo Wiggins Appleton, observa, é "a estratégia que norteia a indústria ... a chave de uma competitividade diferenciadora"

As plantas de celulose estão, geralmente, integradas com os novos plantios do Sul. Isso não é apenas porque é mais econômico combinar a produção de madeira e polpa que produzi-las separadamente e exportar a fibra como polpa –sua forma mais concentrada– antes que em sua forma aquosa de cavacos de madeira, mas também porque as regulamentações ambientais são mais flexíveis no Sul do que no

Norte, os subsídios estrangeiros são mais fáceis de conseguir, e o consumo, em especial na região asiática do Pacífico, provavelmente cresça mais rapidamente. Assim, embora nem o Brasil nem o Chile, por exemplo, tenham tido, tradicionalmente, uma indústria de papel e celulose forte, agora estão entre os dez maiores exportadores de celulose, sendo seus principais clientes países industrializados. A produção da celulose na Indonésia aumentou de 980 mil toneladas em 1987 a 8 milhões de toneladas no final de 2000.

Em resumo, as grandes empresas de celulose e papel da atualidade, como um organismo biológico, estão restringidas por suas heranças –incluindo imensas, pesadas máquinas e confiança nas fibras de madeira– e devem sua sobrevivência, principalmente, à força de todos os atores que estão nos bastidores: companhias consultoras, fornecedoras de tecnologia, associações e alianças industriais, agências bilaterais, investimentos estatais, agências de crédito para a exportação, agências multilaterais, governos nacionais, institutos de pesquisa e ONGs, com quem se desenvolveram em cooperação ou em simbiose. Como uma planta ou animal, uma companhia não se adapta passivamente a um meio ambiente fixo, porém, com a ajuda de seus aliados, faz constantes modificações nele –minando, necessariamente, formas de poder para controlar as terras locais enquanto se estende o domínio de regras uniformes de intercâmbio; implementando novos trabalhos em equipe tanto financeiros, físicos, legais quanto culturais com recursos e subsídios que podem ser extraídos de localidades centrais e novas formas de influência podem ser exercidas sobre trabalhadores e opositores; recanalizando costumes e sonhos em formas satisfatórias através do consumo de papel; e tentando substituir relações públicas pelos riscos do debate democrático. Em geral, tecnologias destrutivas que deslançam a demanda dos consumidores e o crescente fenômeno da globalização são produtos menos "econômicos" que políticos. (Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

Como a indústria da celulose tenta manejar a resistência

Em se tratando de produção em grande escala das plantas de celulose, é necessário que elas simplifiquem, sob uma autoridade central, não apenas paisagens, diversidade biológica e diversidade genética, como

também sistemas políticos. É que o tamanho das plantas e a paisagem que reorganizam ao redor delas implica que, para sobreviver, elas precisam, a todo momento, captar subsídios, estimular demandas – e acima de tudo, controlar a resistência tanto das pessoas quanto da paisagem.

Nos lugares em que a oposição não desafia os mais importantes interesses da indústria da celulose e do papel, esta tentará contê-la, redistribuindo internamente seus consideráveis recursos de diferentes maneiras, apaziguando tensões em uma área através da liberação de outra. Por exemplo, a indústria tentará:

- Subornar os opositores ou esforçar-se por demonstrar-lhes como seus assuntos podem ser "resolvidos" dentro do sistema industrial, através , por exemplo de subornos, projetos de contratos agrícolas, promessas de "desenvolvimento econômico".

- Ajudá-los a ver que os opositores são esmagados à força, que devem assumir que estão isolados, são proporcionalmente menos, estão escassamente coordenados e são desconhecidos pelo grande público enquanto o governo se interessa por eles para pagar a conta militar.

- Insistir com a discussão pública dos assuntos mas apenas no jargão usado pelos economistas ortodoxos e pela "demanda global", em lugar de se adequar à linguagem dos agricultores ou dos políticos.

- Aceitar algumas demandas feitas pelos oponentes, se não puderem ser subornados ou persuadidos a modificar suas demandas, se a repressão for difícil ou se os interesses das indústrias não forem muito afetados. A indústria japonesa do papel, por exemplo, teve simplesmente que aceitar a resistência dos ambientalistas à exploração das terras da Costa Oeste da América do Norte e deslocar a procura de matéria prima a outros lugares. Pelos mesmos motivos, a indústria da Costa Oeste está lentamente capitulando em favor da oposição a respeito do uso de cloro no tratamento da polpa e encontra fácil que a indústria ceda diante das demandas por mais reciclagem devido a que está acostumada, há muito tempo, a usar resíduos de papel como matéria prima.

Alguns opositores, porém, apresentam ameaças mais profundas. Nenhuma corporação do papel possui os recursos para adaptar-se à queda da demanda de seus produtos, nem enfrentada à oposição comunitária dos plantios através de grandes áreas do Sul, pode subornar, em qualquer lugar que aparecer, destruir a venda atacadista, nem deslocar sua procura de matérias primas a outro planeta.

Tais desafios, impossíveis ora de adaptar ora de destruí-los completamente, são resolvidos mais inteligentemente pela antiga estratégia de dividir e vencer. Abandonando tentativas tanto de conciliar quanto de suprimir aqueles grupos com os que tem conflitos irreconciliáveis nas camadas populares, a indústria concentra sua atenção em manter esses grupos separados de potenciais aliados em burocracias e em urbanas classes médias do Norte.

Desse modo, os interesses do papel e da celulose, na Indonésia e em outros países têm recorrido à repressão e a abusos internos ao mesmo tempo que contrata empresas de relações públicas tais como a americana Burson Marsteller para apresentar uma imagem mais leve a clientes e legisladores da Costa Oeste, bem como para infiltrar, minar e monitorar grupos ambientalistas da Costa Oeste. As empresas de relações públicas contratadas pela indústria tentam também marginalizar por serem "radicais" ou "irresponsáveis" os movimentos para a redução do consumo de papel na Costa Oeste.

Há alguns anos, O. Fernandez Carro e Robert A. Wilson, executivos da Arjo Wiggins Appleton resumiram estas estratégias quando urgiram seus colegas a não apontarem para a " aparente oposição " se isso significa "esquecer a grande quantidade de pessoas que está no meio: o público"; a não " responderem à agenda variável de outros" mas preferirem "escrever a agenda e atenuar assuntos negativos". Diplomáticamente, eles continuam, "fornece o embrulho e o meio para atingir os objetivos da indústria. O sucesso é ponderado pela liberdade para plantar fibras, reconhecendo a soma total de todas as forças políticas (no mais amplo sentido). Há dois elementos no subsistema político [do sistema de qualidade total da indústria florestal]: a mensagem e o alvo.

A mensagem deve ser curta, sem tecnicismos, e fundamental: por exemplo, 'Árvores são boas. Precisamos mais árvores e não menos'.

Nosso objetivo deveria ser criar e atrair um círculo sempre crescente e amigável de opinião pública".

Além de frases como "árvores são boas", muitas outras "mensagens" extremamente simplificadas provaram ser úteis para a indústria do papel e da celulose nessa estratégia de dividir e vencer:

- O crescimento indefinido da demanda de papel é tanto inevitável quanto conveniente ou as duas coisas.

- A demanda pelo papel não provém de grupos particulares, classes ou sociedades, mas do "mundo" ou do "país" como um todo, o que parece ter um status moral superior ao das pessoas locais defendendo suas terras e sua água. Esta idéia ajuda na hora de aprovar tanto subsídios inter-regionais e entre classes para a indústria, bem como despejos compulsórios.

- Plantar madeira para produzir celulose é dar um uso economicamente produtivo de terras desocupadas e degradadas. Esta "mensagem" é efetiva apenas com ambientalistas que ignoram que esta indústria pensa e age nas camadas sociais mais baixas. Como O Banco Asiático de Desenvolvimento e a Shell International já salientaram, a indústria não está particularmente interessada em terras degradadas, mas exige parcelas contíguas de "terras adequadas para atingir índices maiores de crescimento das espécies que o mercado pede." Bem como " água o ano todo" e fácil acesso para o transporte A mensagem também não pode ser usada diante de grupos que entendam que o que é levado em conta na hora de definir "degradada" e "não usada" depende inteiramente de com quem esteja falando.

- A expansão dos plantios ajuda os países sub-desenvolvidos a se tornarem "auto-suficientes" no que tem a ver com o papel. Esta "mensagem" pode ser útil diante de um público que ignore, por exemplo, que a polpa produzida tanto na Indonésia quanto no Brasil é exportada, e que a tal "auto-suficiência" em um ou outro tipo de papel tem pouca importância diante das políticas liberais de comércio defendidas pela própria indústria, que introduzirá importações de papel e polpa em qualquer país, sem produzi-los mais baratos.

- Plantios são mais de dez vezes mais produtivos do que florestas naturais. Esta "mensagem" apenas define "produtividade" como "produtividade de árvores com valor no mercado depois de dois ou três ciclos de crescimento". É uma mensagem útil apenas diante de uma audiência que não conheça outras formas de "produtividade" de mais interesse para a população local, como o crescimento das colheitas e a conservação da água superficial e das comunidades das florestas.

- Promulgar "instruções" para os plantios fará com que estes sejam sustentáveis. Esta mensagem recorre principalmente aos acadêmicos do Norte, tecnocratas e ambientalistas que desconhecem ou não se importam com o que realmente está acontecendo no solo das áreas onde os plantios para obter polpa têm sido certificados, por exemplo, pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal).

Estas "mensagens" usadas seletivamente, estimulam a globalização das indústrias de papel e celulose, facilitando alianças entre grupos das camadas mais baixas da sociedade que combatem a monocultura das plantações de madeira para a obtenção de polpa e grupos ambientalistas de qualquer lugar, especialmente do Norte.

Ainda o contrário também é verdade. Só o alcance global das indústrias contemporâneas de papel e celulose

—sua habilidade para explorar o rombo tanto espacial quanto cultural entre os habitantes das áreas rurais dos plantios e os intelectuais de qualquer lugar do mundo— que permite espalhar as hiper-simplificações e a falsidade para garantir a conformidade com o desenvolvimento de plantios de árvores entre áreas urbanas e bases de poder do Norte.

Esta apoio é crucial, já que um crescente "mercado livre" em fibras de madeira, polpa e papel pode ser construído e coordenado só se os subsídios outorgados a consultores, guardas florestais, agências de ajuda, e Organizações não governamentais para promover plantios, puderem ser justificados perante um grande e difuso público .

Usar tais mistificações, contudo, implica sempre apostar em que elas não serão expostas através de coordenação internacional de opositores dos plantios. (Por: Larry Lohmann, Boletim do WRM N° 83, junho de 2004).

Livros escolares, lojas e subsídios: renegociação do consumo de papel

Ashis Nandy, o psicólogo hindu e crítico social definiu o progresso como o "Crescimento na conscientização da opressão".

O que ele queria dizer, é que temos a sorte de que devido ao auge dos movimentos feministas hoje somos mais conscientes do que antigamente da forma em que as mulheres tem sido explotadas, de que devido às lutas anti-racistas, sabemos mais sobre muitas formas de opressão, que devido às longas horas que os eruditos radicais passam em suas bibliotecas, entendemos melhor a exploração econômica.

E quem poderia negar que o consumo de papel –materiais de escrita, livros– tem tido sua participação em tudo isso?

Mas isso quer dizer que podemos equiparar o consumo de papel com o progresso?

No mundo de hoje, é impossível até equiparar o consumo de papel com alfabetismo, sem falar do progresso. Os norte-americanos consomem atualmente 1,7 vezes mais papel per capita que os britânicos, quatro vezes mais que os malaios e 83 vezes mais que os hindus. Mas isso quer dizer que eles estão 83 vezes mais alfabetizados que os hindus, 4 vezes mais alfabetizados que os malaios e 1,7 vezes mais alfabetizados que os britânicos? Ou considere outro exemplo: o aumento num só ano no consumo per capita de papel entre 1993 e 1994 na Suécia foi o dobro que o total per capita na Indonésia.

Isso sugere que para entender o que é realmente o consumo de papel, precisamos ver qual é o uso do papel e as lutas de poder das quais os padrões atuais de seu consumo tem desenvolvido.

Há dois séculos a máquina moderna de fazer papel foi inventada na França –por conta de seu próprio inventor, não para satisfazer a necessidade de livros escolares para as crianças, mas para tirar o poder aos artesãos do papel numa época de crise dos artesãos e

colocá-lo nas mãos de financiadores e administradores de máquinas. Não foi até uma década depois, quando a invenção de polpas de madeira inaugurou a era do papel barato, que o consumo começou a aumentar e muitos dos usos do papel que conhecemos atualmente começaram a ser achados. Também foi nesse momento que a indústria de produção de papel começou a envolver-se com sua atual dinâmica de escala sempre crescente, intensidade de capital, florestamento industrial em grande escala e ciclos recorrentes de excesso de capacidade. Envolvida por essa dinâmica, a indústria tem estado constantemente enfeitiçada pelo que David Clark, um industrial europeu do papel tem chamado recentemente a "necessidade de criar nosso próprio crescimento [e] estimular a demanda".

Afortunadamente para a indústria, uma série de atores poderosos com suas próprias agendas políticas e econômicas têm ajudado continuamente.

Durante o século passado, por exemplo, os fabricantes de alimentos, sabão, medicina e outros bens têm estado constantemente desenvolvendo ou redesenvolvendo uma invenção notável: a embalagem moderna de papel ou papelão.

Uma coisa que a embalagem fez foi eliminar pessoal das lojas; muitos fabricantes acharam, que se interpunha entre eles e os potenciais consumidores. Se você não tem que pedir a um vendedor os produtos, mas pode simplesmente pegá-los de uma prateleira e pagá-los, é geralmente bem mais fácil comprá-los. A embalagem de papel, com sua colorida publicidade, também fez possível uma explosão em compras impulsivas. Compras de coisas que a gente não sabia que queria até vê-las.

Não é de admirar então que durante o século 20, as lojas tenham se transformado progressivamente em armazéns de pacotes coloridos, embalados individualmente, que contêm seus próprios papos de venda e são constantemente reabastecidos por transporte de longa distância usando ainda outros tipos de embalagens de papel. O novo tipo de consumo estimulado pelos supermercados, logicamente, incrementou a demanda de ainda mais embalagens de papel.

Atualmente, de longe o maior uso de papel –mais de 40% da produção não é para livros, nem para jornais, nem para cadernos de crianças necessitadas, nem para os estudos dos estudantes universitários indigentes, mas para embalagens e envoltórios. Uma proporção crescente do resto é dedicado a publicidade, catálogos, mensagens não solicitadas, fraldas descartáveis e papel de computador. Ainda no Sul, onde há real escassez de materiais de leitura e escrita, o maior foco de marketing do papel não está em bens para ajudar ao alfabetismo, mas em fraldas descartáveis, lenços descartáveis e similares.

Uma outra parte da construção da demanda de papel tem consistido em simplesmente mover os efeitos da produção fora da vista. Para assegurar-se de que as pessoas afetadas pelas plantações de monoculturas estabelecidas para alimentar as fábricas de pasta de papel não sejam seus vizinhos e não tenham forma de contatar ou influenciar você para convencê-lo de repensar a fabricação do papel e os subsídios ao papel, a indústria se assegura que os fabricantes e consumidores não reflitam sobre o aumento no uso de papel.

Aproveitando a terra barata ou o trabalho forçado ou depósitos de resíduos subsidiados pelo governo, mover a produção ao redor do mundo ajuda a manter os preços ao consumidor baixos e fazer crescer o consumo. Dividir às pessoas de outras pessoas por linhas de poder, linhas de raça e linhas de gênero é parte do que compõe o consumo.

Portanto, quando os resíduos do fornecimento japonês da US Pacific Northwest de madeira barata para a indústria do papel começaram a escorregar-se, ameaçados pela oposição dos ambientalistas e escassez física, a empresa simplesmente expandiu suas operações para a Indonésia, Tailândia, Austrália, Papua Nova Guiné, Vietnã, Sibéria, Fiji, Chile, Brasil, Nova Zelândia, Hawaii e outras partes, deixando um trilho de destruição rural e conflito social ao redor da orla do Pacífico.

Portanto, a demanda de papel, como a demanda de muitos bens de consumo, não surge simplesmente dos desejos preexistentes das pessoas de necessidades básicas nem por progresso. Mas também não é imposto unilateralmente às pessoas pelas corporações e seus

ajudantes. Sua construção é o resultado de dois séculos de luta social e de classes continuadas e manobras entre muito diferentes grupos sobre assuntos tão diversos quanto estrutura industrial, acesso a informação e significados culturais de tempo, trabalho e lazer.

Isso quer dizer que o consumo vai sofrer tantas mudanças no futuro quanto no passado. Não há razões para que essas mudanças, em vez de aumentar o consumo em formas ainda mais irracionais e degradantes, não possam levar o consumo de novo sob o controle humano.

A questão, logicamente, é como fazê-lo. Aqui deve haver muitas avenidas de experimentação. Mas todas elas estão destinadas a afirmar as conexões próximas entre políticas de consumo, produção e poder.

As companhias dedicam-se à política quando trabalham em manejar o consumo. Levar o consumo sob um controle mais democrático também requer de ação política.

Como mínimo isso significa revelar as conexões que as corporações às vezes trabalham para encobrir. Significa abrir canais de informação e contato entre os consumidores e as pessoas afetadas que têm sido bloqueados pelos interesses corporativos e as barreiras culturais. Significa ajudar a fazer possível que os consumidores e as pessoas afetadas realizem uma nova e mais civilizada forma de negociação sobre o que o consumo razoável poderia significar —uma negociação menos dominada e medida pela indústria. Significa imaginar formas de fixar preços que levem em conta subsídios ocultos que causam repressão e violência ambiental.

Em resumo, o consumo é um assunto importante demais para ser deixado às corporações e aos próprios consumidores. As pessoas não são apenas consumidores mas atores políticos e cidadãos e com as partes políticas de seus cérebros é momento de ter novos pensamentos.

Não é suficiente dizer que "se quisermos mudanças é a nossa vez como consumidores individuais de alterar nossos hábitos de compra

e introduzir novos estilos de vida". Dizer isso pode ser uma boa forma de fazer sentir às pessoas culpadas ou confundidas. Mas qualquer ação que inspire, porque provavelmente surgirá da culpa pessoal em lugar de surgir do conhecimento ou da indignação perante a exploração ou da solidariedade com aqueles que estão sendo arrasados, provavelmente não será muito efetiva. Os problemas de consumo começam com você como indivíduo? E as soluções dependem apenas das escolhas que você faz como consumidor individual? Pensar isso provavelmente fará que você se retire da sociedade em vez de que se comprometa com ela.

Dizer que o consumo de papel pode ser manejado simplesmente com o instrumento impróprio de ficar na frente de uma prateleira de supermercado e decidir a marca que comprar –ou não comprar nada– é enganar-se. As etiquetas destes produtos podem pedir que você as compre, mas não podem dizer o que acontecerá se você compra ou não compra o produto.

Eles não permitirão que você negocie com as pessoas afetadas por sua produção e se a agência de publicidade da companhia ou firma de relações públicas têm feito seu trabalho, esconderá de você tanto quanto for possível a história política implicada no desenvolvimento do produto. Se quaisquer problemas requerem ação coletiva, é precisamente aqueles ocasionados pelo consumo moderno. As recriminações "de remorso" sobre o consumo individual provavelmente levarão a soluções "de tranqüilidade" superficiais, em vez de a uma ação social significativa.

Em vez de que os exagerados consumidores do Norte se culpem por ter ignorado os efeitos do consumo, é talvez o momento de que se unam com outras pessoas para neutralizar as estruturas que fazem isso. Em vez de dar por certo que seus interesses são necessariamente opostos àqueles de outras pessoas afastadas que produzem os bens ou matérias-primas que eles usam, talvez é o momento de assumir alguns projetos para ver quais as lutas em comum do Norte e do Sul. Em vez de assumir que o consumo crescente de tudo o que nos rodeia é destino biológico, é talvez o momento de trazer à tona mais do que Henry James chamou o "uso cívico da imaginação" em vez que outros futuros mais humanos poderiam as pessoas negociar para elas. (Por: Larry Lohmann, Boletim do WRM N° 83, junho de 2004).

O mito de identificar alfabetismo e consumo de papel

O cenário atual, no que a maioria dos países transformaram-se em simples mercados para um grupo crescentemente reduzido de poderosas empresas que os dividem entre elas e mantêm uma rede de vinculações comerciais –para os que desejam cada vez mais "via libre"– fabricou-se também com a linguagem e a introdução de conceitos que são impostos como verdades.

É assim que no assunto do papel e sua imposição como produtos de consumo crescente, a linguagem também tem sido utilizada para criar uma enganosa identificação entre consumo de papel e alfabetismo, que implica que se requer mais papel (e portanto mais plantações para alimentar mais fábricas de celulose) para fornecer material de leitura e escrita a povos crescentemente alfabetizados.

A falácia dessa simplificação fica demonstrada com uma simples comparação de cifras de alfabetização e consumo anual per capita de papel e papelão, recorrendo à FAO e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como fontes de informação (cifras do ano 2000). Na seguinte lista temos selecionados alguns países com alto índice de alfabetização para poder analisar o assunto, mas é possível recorrer às fontes mencionadas no final do artigo para conferir que a situação se repete em praticamente todos os países do mundo.

Pais	Taxa de alfabetização	Consumo per capita (kgs)
Finlândia	99%	430,02
EUA	99%	330,80
Suécia	99%	279,68
Canadá	99%	263,30
Japão	99%	250,40
França	99%	191,75
Chile	95,8%	52,82
África do Sul	85,3%	40,54
Brasil	85,2%	37,97
Tailândia	95,5%	30,81
Indonésia	86,9%	20,86
Quênia	82,4%	4,91
Vietnã	93,4%	4,23

Do que antecede surge claramente que países do Norte com idêntica taxa de alfabetização (99%) mostram consumos muito diferentes de papel papelão, enquanto países do Sul, com altos níveis de população alfabetizada consomem menos ou muito menos que os primeiros. Essa situação não tem correlação com necessidades insatisfeitas de papel, mas com um consumo dilapidador de papel –particularmente no Norte– que nada tem a ver com a satisfação das necessidades humanas. Em resumo, o argumento de que se precisa mais papel para uma crescente população alfabetizada é apenas mais uma armadilha inventada para justificar os lucros do setor produtor da celulose e do papel. Não há "fome" de papel: há um imenso esbanjamento. (Boletim do WRM N° 83, junio de 2004).

Árvores geneticamente manipuladas: a perigosa "solução" da indústria da celulose

Fabricar papel branco e limpo a partir de árvores é um negócio sujo. Para fabricar celulose *kraft* branqueada as árvores são transformados em cavacos que, posteriormente, passam por um processo de cozimento sob pressão, lavagem e branqueamento. No processo de cozimento, são usados produtos químicos tóxicos para remover a lignina, uma substância similar à cola que mantém ligadas as células da madeira e faz as árvores serem fortes. Por ser a lignina a causadora do amarelamento do papel, qualquer lignina remanescente deve ser branqueada.

Os cientistas florestais acreditam terem encontrado um modo menos poluidor para a fabricação de papel a partir de árvores. Através da engenharia genética é possível produzir árvores com reduzidos níveis de lignina ou com lignina que pode ser mais facilmente extraída.

"A etapa custosa do processo de fabricação de celulose e papel, sob uma perspectiva tanto econômica quanto ambiental pode ser atribuída à remoção da lignina. Por esse motivo, é sumamente conveniente que novos meios sejam desenvolvidos com o intuito de reduzir o conteúdo de lignina ou de produzir uma lignina de mais fácil extração", explicaram cientistas florestais da Universidade de Oxford e da Universidade do Estado de Oregon em um documento publicado no *Plant Biotechnology Journal* em 2003.

David Herod, especialista em Biotecnologia do Departamento da Agricultura dos EUA (USAD, em inglês) argumenta que os cientistas têm a situação sob controle. "Nós estamos usando os melhores conhecimentos científicos de que dispomos para garantir que esta tecnologia seja usada com segurança", ele afirmou para a Associated Press em 2001.

Infelizmente, esses melhores conhecimentos científicos disponíveis fazem parte do problema. Os riscos associados às árvores transgênicas com quantidade reduzida de lignina têm a ver com árvores enfraquecidas em sua estrutura e portanto mais vulneráveis a tormentas. As árvores com quantidade reduzida de lignina são mais suscetíveis às infecções virais. A redução de lignina pode, por sua vez, diminuir as defesas das árvores diante do ataque de pragas, o que obrigaria a incrementar o uso de pesticidas. As árvores com baixa quantidade de lignina apodrecerão mais rapidamente, produzindo sérios impactos sobre a estrutura do solo e o ecossistema das florestas.

Se houvesse cruzamento entre árvores transgênicas com baixo conteúdo de lignina e árvores das florestas, esses impactos não se limitariam aos plantios. A presença de árvores que não podem resistir tormentas e que correm o risco de serem atacadas por pragas e infecções virais colocariam em discussão a sobrevivência das florestas naturais.

Malcolm Campbell do Departamento de Botânica da Universidade de Oxford é, no mundo, um dos principais pesquisadores no estudo de árvores transgênicas com baixo conteúdo de lignina. Ele confirma os riscos do "cruzamento à distância" (expressão usada pelos cientistas para o cruzamento de árvores de plantios com árvores florestais). "Como a maioria das árvores [de plantios] tem muitos parentes silvestres ou ferais, se reproduzem através de cruzamento à distância e manifestam um fluxo genético que cobre longos percursos por meio do pólen e, às vezes, das sementes, é provável que exista uma considerável preocupação de ativistas e da opinião pública a respeito do uso em grande escala de árvores manipuladas geneticamente", ele escreveu em 2003.

A solução proposta por Campbell e outros cientistas florestais para o "cruzamento à distância" é outra situação crítica da tecnologia. Eles

estão trabalhando em manipulação genética de árvores para impedir que elas floresçam. Contudo, isso coloca dois problemas adicionais. Se as árvores forem, de fato, estéreis isso implica milhares de hectares de árvores sem flores, pólen, frutos ou sementes. Nem os pássaros nem os insetos poderiam viver em tais plantios e a biodiversidade nessa plantação seria ainda menor que nos plantios atuais de monoculturas de árvores. O segundo problema é que as árvores têm ciclos vitais muito longos. A única maneira de ter certeza de que as árvores geneticamente manipuladas para serem estéreis permanecerão nessa condição durante todo seu período de vida é promovendo repetidas experiências que devem durar as centenas de anos de vida das árvores.

Ao se focalizarem na lignina como a causa da poluição provocada pelas plantas de celulose, Campbell e seus colegas podem argumentar que uma solução razoável é reduzir a quantidade de lignina das árvores. Eles não levam em consideração outras soluções possíveis como o uso de outras colheitas por exemplo de cânhamo –planta que tem menores níveis de lignina que as árvores. Em vez de questionarem a natureza da indústria da celulose e do papel para a que eles estão trabalhando, os cientistas florestais estão se perguntado se a modificação genética para a redução de lignina dará bons resultados

Fiz algumas perguntas a Malcolm Campbell a respeito de seu trabalho sobre a modificação genética do conteúdo de lignina das árvores. Perguntei também se ele alguma vez tinha conduzido alguma pesquisa a respeito dos impactos dos plantios de árvores em escala industrial sobre as comunidades locais do Sul e se ele tinha visitado alguma comunidade local sem estar acompanhado por representantes da companhia responsável pelo manejo dos plantios. Campbell se recusou a responder. Em compensação, me convidou para visitar seu laboratório em Oxford, "assim nós podemos discutir largamente a complexidade de suas perguntas".

Desde sua invenção na Europa, em meados do século XVIII, as ciências florestais vêm se dedicando a satisfazer as necessidades da indústria madeireira. As paisagens simplificadas e os vastos plantios de monoculturas de árvores são diretamente decorrentes dessa atividade científica. No processo de simplificação, o uso das

paisagens pelas comunidades locais é ignorado ou violentamente suprimido.

A engenharia genética focalizada na redução de lignina das árvores é a última oferta das ciências florestais para incrementar os lucros da indústria do papel e da celulose. Não providenciará benefícios para as comunidades que vivem nas proximidades dos plantios de árvores transgênicas. Em vez de resolver os problemas dos plantios de monoculturas, o remendo genético com o intuito de fazer as árvores se adaptarem às necessidades da indústria da celulose unicamente servirá para piorar a situação. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 83, junho de 2004).

ÁFRICA

Quênia: a Pan African Paper Mills causa poluição e desmatamento

O modelo de plantações em grande escala para celulose que está sendo implementado no Sul provoca não apenas impactos sociais e ambientais negativos sobre as florestas, mas gera efeitos adicionais decorrentes da poluição pelo processo industrial de produção de celulose, bem como desmatamento para fornecer matéria-prima às fábricas.

Esse também é o caso da Pan African Paper Mills (Panpaper), cuja fábrica está localizada no povoado de Webuye, na Western Province (no Quênia), com uma população de 60.000 habitantes. A fábrica está localizada em uma área ambientalmente sensível à beira do rio Nzoia, que desemboca no Lago Vitória. Há denúncias a respeito de que a fábrica emite fumaça e efluentes líquidos, poluindo desse jeito o ar, a água e os rios próximos. O impacto ambiental provocado pela fábrica é tão sério que as estruturas de ferro em Webuye se têm enferrujado e as pessoas que passam pelo local utilizando a rodovia Nairobi-Kampala, têm que fechar as janelas de seus veículos e reter a respiração até afastar-se do povoado.

Os problemas provocados pela Panpaper não são novos. De acordo com um relatório publicado em 1994, a poluição gerada por essa fábrica é considerada responsável de uma série de problemas sanitários: mais de 60% das crianças nascidas depois de 1974 – quando a fábrica começou a operar– têm tido problemas respiratórios nas idades de um a cinco anos. Além disso, verificou-se a existência de outros problemas de saúde, como tosse crônica, gripe, alteração nervosa, diarreia, tifo, e dor de cabeça, que o pessoal de saúde tem atribuído principalmente à poluição do ar e da água produzida por essa fábrica.

Por outro lado, a necessidade de matéria-prima da fábrica, tem virado um incentivo para a destruição das florestas remanescentes na região –especialmente os de Kakamega e Mt. Kenya– que estão sendo devastados rapidamente. A Pan African Paper Mills é uma das principais compradoras de madeira extraída desse local. Além disso, a empresa é uma das três empresas isentas da moratória parcial de corte, em vigor no país. Conforme fontes oficiais, essa medida foi tomada, já que "o governo possui ações da empresa e é importante para a economia". Os antecedentes da Panpaper a respeito da conservação das florestas são péssimos. Desde 1972 –quando a fábrica foi construída– até hoje, a cobertura florestal da área, bem como a de Turbo e Mosorit, a 200 quilômetros de distância, tem desaparecido.

A alegação de que esse é o preço a ser pago para atingir o "desenvolvimento" já não é mais aceitável nem aceitado. Em decorrência disso, os povoadores de Webuye e um grupo de ativistas se organizaram no chamado Grupo de Pressão contra a Poluição da Panpaper (*Panpaper Anti-Pollution Lobby Group*) e organizaram uma passeata para acabar com os abusos que estão sendo cometidos. (Boletim do WRM N° 45, abril de 2001).

Quênia: a Pan African Paper Mills espalhe doenças

A produção de celulose e papel no Quênia está atualmente dominada por uma empresa, a Pan African Paper Mills (Panpaper), que é uma joint venture entre o Governo do Quênia, o setor de investimento privado do Banco Mundial -a Corporação Financeira Internacional (IFC)- e a

Orient Paper Mills, que faz parte do grupo Birlha da Índia. A fábrica de celulose foi estabelecida em 1974 e está sediada na cidade de Webuye, com uma população de aproximadamente 60.000 pessoas, nas margens do rio Nzoia que verte no Lago Vitória.

Desde o começo, apesar dos potenciais impactos ambientais relacionados com o estabelecimento das plantações, os efluentes líquidos, as emissões aéreas, a lama e o despejo de resíduos sólidos, o projeto não se beneficiou com uma avaliação ambiental completa. O Sumário de Revisão Ambiental do IFC simplesmente estabeleceu que o projeto estava desenhado para cumprir com todas as políticas aplicáveis do Banco Mundial e com as diretrizes ambientais, de saúde e segurança.

No entanto, os receios têm demonstrado ser verdadeiros. Um artigo do jornal local East African Standard denunciou em 1999 que os moradores locais tinham acusado à fábrica de papel de ter transformado uma vasta área de campo numa terra devastada e de ser uma carga econômica e social. A poluição do rio Nzoia do que dependem os moradores para satisfazer suas necessidades de água foi tão séria que tomar banhos no rio tem virado perigoso e animais que beberam a água morreram. Como resultado dos químicos fabricados durante a produção de pasta, a área ao redor da fábrica ficou cercada por ar nojento. Os gases ácidos e as cinzas em suspensão ocasionaram a corrosão dos tetos de lâmina corrugados das casas próximas à fábrica. Além disso, o resíduo sólido da fábrica que era vertido nos campos como adubo levou a uma declinação na produção agrícola local.

Quando a fábrica se estabeleceu, a área Webuye costumava ser uma região com muitas florestas e fazia parte da Floresta Indígena Kagamena. A demanda da fábrica de madeira fez com que a área ficasse árida e os caminhões da companhia agora tinham que viajar mais de cem milhas para obter matéria-prima.

Em 2003, os impactos da fábrica não diminuíram. Os habitantes de Webuye queixaram-se de que a fábrica de celulose tinha transformado uma grande faixa de campo em terra devastada. O cheiro que emana da fábrica, principalmente cáustico, de cloro e ácido sulfúrico é perigoso. Webuye é percebida atualmente como uma "cidade doente".

Os expertos disseram que o processo de purificação dos resíduos desta fábrica foi inadequado e que o efluente vertido no rio Nzoia, é tratado parcialmente. Esse efluente parcialmente purificado poderia ser catastrófico para a vida aquática do lago já que sua alta demanda de oxigênio despejaria o gás nos cursos de água causando mortes aquáticas em massa.

O evento mais recente é a séria poluição do Lago Vitória, que leva a investigações pelo Ministro da Água. Acredita-se que os efluentes das fábricas, incluindo à Panpaper têm colocado em perigo a vida aquática no lago.

Por outro lado, o corte tem sido uma causa principal de destruição das florestas do Quênia, um país com diversidade ambiental e étnica. O povo Ogiek, habitante da floresta, tem estado sofrendo a perda de suas terras e meios de vida, especialmente a partir da década de 90. A Panpaper está isenta de uma proibição de corte do governo e está autorizada a cortar árvores para produzir pasta de papel, sendo um dos atores responsabilizados pelo Ogiek (vide Boletim do WRM N° 45).

No entanto, em maio do presente ano, um diretor da PanPaper Mills, Harri P. Singhi, pediu ao governo do Quênia que assistisse à companhia para solucionar o problema de escassez de abastecimento de madeira. Isso significaria mais florestas desprotegidas? Isso, bem como o pedido de Singhi para que o governo assista à companhia a reduzir seus custos de produção baixando as tarifas de eletricidade, compõem os incentivos fiscais típicos que incluem isenções de impostos, investimentos, concessões, subsídios, nos que se desenvolve a indústria global da celulose e do papel. Para sua globalização também tem contato com subsídios diretos ou diretos de agências bilaterais, investimentos governamentais, bancos de desenvolvimento multilaterais, entre outros atores.

No caso do Quênia, o IFC tem investido 86 milhões na produção de celulose, papel e embalagens. De acordo com Singhi, a Panpaper está trabalhando de perto com o IFC para expandir as fábricas de papel. O Chefe de Operações Especiais do IFC, Erick Cruikshank, confirmou que a instituição continuaria trabalhando de perto com o governo, bem como com outras indústrias, incluindo a Panpaper Mills.

Enquanto isso, os Ogiek perdem suas terras, a agricultura local está em perigo, o desmatamento aumenta, o ambiente é destruído e a qualidade de vida dos residentes locais piora. "Com o fim de criar empregos", diz o discurso oficial. Mas os postos de trabalho locais criados nas fábricas de celulose e papel são mínimos e em muitos casos restringidos a trabalhadores ocasionais sob condições que colocam sua saúde em risco.

África do Sul: Plantações de árvores geram lucros para a companhia, mas geram incêndios, danos e morte para a população

Para o grupo mundial de celulose e papel Sappi, o dinheiro cresce nas árvores. De fato, o último relatório anual da companhia sugere que cresce com mais eficiência na África do Sul. O relatório assinala que a seção sul-africana da Sappi (Sappi Forest Products) representa 15 por cento das vendas do grupo, mas contribui em 36 por cento dos benefícios de exploração anuais do grupo a Setembro de 2002. "Temos uma base de custo extraordinariamente baixa na África do Sul. As vantagens competitivas desse país para a produção de fibra são únicas, pela velocidade em que crescem as árvores e pelo baixo custo de energia inerente", afirma-se no relatório.

A Sappi é uma companhia internacional de produtos florestais com sede na África do Sul, e está incluída entre os primeiros vinte fabricantes de celulose e papel do mundo. De ser uma companhia totalmente sul-africana em 1989, passou a ser uma organização internacional com instalações em três continentes, sendo o maior produtor em seus ramos principais: papel estucado sem celulose mecânica e celulose dissolvente. A Sappi Saicor, na África do Sul, é a maior produtora mundial, com o menor custo de celulose dissolvente, utilizada para a fabricação da fibra de viscose, tendo uma participação de 15% no mercado mundial.

Durante 1998 o grupo Sappi foi reorganizado, dividindo-se em uma companhia de papel fino e outra de produtos florestais, com escritórios centrais em Londres e Joanesburgo respectivamente. A companhia de produtos florestais possui e maneja quase 540.000 hectares de plantações de monocultura de árvores na África do Sul, produzindo

celulose branqueada para papel, bem como celulose sem branquear par seu próprio consumo e para o mercado da celulose.

O diretor executivo da Sappi, Eugene van As, declarou que depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001, o consumo de papel estucado (grande parte do qual é utilizado para a produção de revistas acetinadas) caiu 12%, "a queda mais abrupta que lembra a maioria dos participantes". No entanto, mesmo perdendo dinheiro nos EUA, a Sappi fechou o ano com lucros razoáveis. O diretor sublinhou os benefícios da diversidade geográfica da companhia, que possui plantas na América do Norte, Europa e África do Sul.

São boas notícias para a empresa, mas, o que acontece com a África do Sul e sua população? A companhia se orgulha pela sua "excelente eficiência operativa" na região, mas talvez isso não seja mais que uma das formas de calcular os lucros e os custos. Não é a companhia quem paga os custos humanos e ambientais decorrentes de suas atividades –que costuma chamar "externalidades". A companhia não pagará pela diminuição da água, nem pela sua contaminação, nem pela redução das florestas, nem pelos ecossistemas perdidos. Não pagará pela pobreza da população, privada de sua forma de sustento e agora dependente de magros salários que possibilitam essa "excelente eficiência operativa".

Segundo um relatório da organização ambiental sul-africana Timber Watch, as florestas típicas do país ficam restringidas às regiões sem geadas, com precipitações médias anuais de 525 mm, na região de chuvas de inverno, e maiores a 725 mm, na região de chuvas de verão. Essas florestas ficam a altitudes de 0 a 2.100 m por cima do nível do mar. Raramente pegam fogo, principalmente graças à "borbulha" de umidade que fica presa nas copas das árvores e ao denso verde dos arbustos e árvores pequenas que formam o *ecotom* ou margem. Em condições de calor e seca extremos (com ventos fortes e cálidos) podem ocorrer incêndios que destruam a estrutura da floresta, mas isso geralmente acontece quando a margem tem sido danificada, muitas vezes porque as plantações de árvores estão muito próximas da margem da floresta. Essas plantações e os cultivos comerciais, tais como o cultivo de cana de açúcar, têm se estendido sobre as regiões naturais incrementando a pressão.

Os impactos mais prejudiciais das plantações para as florestas são o esgotamento da umidade do solo (a organização SAWAC-Crise Sul-africana da Água pode testemunhá-lo) e o deslocamento das comunidades humanas de suas terras de cultivo. Esses impactos produzem um amplo espectro de impactos secundários como a sobreexploração dos produtos da floresta, incluídos mamíferos e aves, o desflorestamento e queimadas para a agricultura de subsistência e uma maior exposição a doenças de plantas exóticas e aos incêndios.

Precisamente, em julho de 2002, ocorreram vários incêndios graves na província de Mpumalanga, causando muitos danos, inclusive feridos e vítimas mortais. Embora estejam permitidas, as queimadas fogem de controle. As explicações apontavam às condições de seca e muito vento, ao fenômeno El Niño e às mudanças climáticas repentinas. No entanto, é bom lembrar que a Sappi estabeleceu em Mpumalanga 245.000 hectares de plantações de árvores para celulose e troncos para serrado, bem como uma fábrica de celulose e papel que incentivou a exploração florestal. Será apenas coincidência? (Boletim do WRM Nº 67, fevereiro de 2003).

África do Sul: Transformando pessoas e lugares em celulose

Para muitos grupos e indivíduos, no mundo todo, 'Pulping the South' (*Transformando o Sul em celulose*) foi uma publicação icônica, escrita por Larry Lohmann e Ricardo Carrere. As pessoas interessadas já sabiam de muitos dos assuntos e problemas associados à expansão dos plantios de monocultura de árvores nos países do Sul, porém, foi esta publicação do WRM que fez o mundo se surpreender. Na África do Sul, organizações tais como a Timberwatch começaram a prestar mais atenção em assuntos ambientais e socioeconômicos associados aos próprios plantios de madeira, bem como aos impactos negativos das atividades do processo industrial que tinham escapado, até então, da consciência da sociedade em geral.

Uma de minhas primeiras experiências do horror que implica o processo da extração de celulose da madeira foi uma gritaria pública em resposta ao maior derramamento tóxico provindo da planta de celulose Sappi Ngodwana sobre o rio Elands na Província de

Mpumalanga em 1989. As manchetes dos jornais esbravejaram as notícias sobre os milhares de peixes e outros organismos aquáticos que haviam sofrido uma morte horripilante quando chegou ao rio o cloro concentrado provindo da planta. Em decorrência desse incidente e da publicidade negativa que gerou, a planta Ngodwana foi forçada a aperfeiçoar as medições de controle, e assim, a raiva coletiva finalmente foi mitigada. Com certeza, essa não foi a única vez que substâncias tóxicas foram despejadas ilegalmente no rio, mas desde esse momento, a Sappi vem perseguindo um implacável programa de relações públicas envolvendo publicidades, com o intuito de se apresentarem "verdes".

A Sappi é proprietária e opera cinco plantas de celulose de madeira na região. Além da Ngodwana, que é a maior planta com uma produção acima das 500 mil toneladas de celulose ao ano, as outras são:

- A planta de celulose Sappi Usutu, localizada nas proximidades da Suazilândia (230 mil toneladas)
- A planta Sappi Kraft em Mandeni-KwaZulu-Natal-KZN (350 mil toneladas)
- A planta Sappi-Saiccor no Rio Umkhomazi em KZN (600 mil toneladas)
- A planta Enstra em Gauteng perto de Springs (110 mil toneladas)

O site da Sappi informa que o total de 540 mil hectares de plantios podem produzir suficiente madeira para serem obtidas 1. 690.000 toneladas de celulose, 80 mil m³ de madeira serrada e 830 mil toneladas de papel. Estas cifras não incluem a celulose derivada da reciclagem do bagaço da cana-de-açúcar, que é usada exclusivamente na sua planta Stanger em KZN.

A Sappi não tem sido a única culpada em termos de poluição do planeta enquanto tentava mostrar-se como a salvadora do meio ambiente natural. A Mondi, pertencente ao grupo de companhias anglo-americanas, é proprietária e opera a planta gigante na cidade portuária de Richard Bay, com uma capacidade atual de 575 mil toneladas. Porém, é mais conhecida pela notória planta Merebank em Durban. Essa é uma das maiores plantas individuais de papel no mundo com uma capacidade estimada anual de 540 mil toneladas.

A Mondi se orgulha de patrocinar um projeto de restauração de áreas alagadas degradadas ou destruídas, em seus próprios Estados, e publica um anúncio sem sentido, como o seguinte:

"Estamos por dentro do verde. Na Mondi Paper, nós cuidamos realmente do meio ambiente. De fato, seguimos uma série de passos para garantir que nosso compromisso seja percebido. Como a aplicação de um Sistema de Manejo do Meio Ambiente, que tem sido reconhecido com um certificado ISO 14001. E ainda temos a Certificação Cadeia de Custódia do FSC que garante a qualidade de nosso papel não revestido e livre de madeira. E localmente somos membros do Comitê do Meio Ambiente da Câmara de Comércio de Durban e da Associação Nacional do Ar Puro, sem mencionar que somos vanguardistas na reciclagem de papel. Cuidamos seriamente do nosso planeta e se um pouco de verde for preciso para fazê-lo melhor, faremos tudo para consegui-lo.

Uma corporação desse tipo, revestida de verde, representa o tamanho da publicidade que a indústria da madeira faz veicular na mídia. É triste perceber que milhões de leitores ignorantes sejam induzidos a não serem críticos a respeito da indústria madeireira por este tipo de impertinência.

Deveria ser óbvio para todos que a verdade a respeito das atividades de plantios e fabricação, tanto da Sappi quanto da Mondi, é bastante menos atraente que a imagem com que eles se mostram em seus anúncios, e nos patrocínios de "educação ambiental" e livros sobre pássaros e árvores.

Não só por trás dos bastidores mas também e freqüentemente à vista do grande público, essas companhias exploram pessoas e o meio ambiente. Eles destroem ou degradam pradarias naturais para cultivarem seus plantios e danificam plantas e animais selvagens nas proximidades das florestas ou áreas alagadas. Eles causam a perda da água superficial em arroios e pântanos, privando as pessoas e os animais de acederem à água nas áreas em que as plantações são estabelecidas. Eles usam produtos químico tóxicos que poluem o solo e a água e destroem os processos naturais no solo. E agora, eles podem fazer isso tudo sob a bandeira da certificação do FSC!

Os plantios de madeira forçaram, no passado, milhares de pessoas a abandonarem suas terras –situação que até hoje continua. Como o acesso a recursos naturais é negado aos camponeses, graças aos plantios de madeira ultrapassarem os limites cada vez mais pessoas devem deixar suas moradias tradicionais à procura de um meio de sobrevivência em outras regiões, e na maioria dos casos se estabelecem ilegalmente nas favelas dos arredores das cidades.

A berrante realidade é que os plantios de madeira que são cultivados para alimentar a demanda devastadora por papel e embalagem são tão destrutivos para a sociedade quanto para o meio ambiente e nenhuma charlatanaria da indústria pode mudar isso. Eles podem até ser bem-sucedidos ao desnorream e confundirem o público que acredita neles por enquanto, mas a verdade deve sair à tona.

Nesse meio tempo, ambas companhias pretendem incrementar a produção da celulose de madeira.

A planta Mondi em Richards Bay está levando a cabo seus planos de expandir sua produção anual de polpa em 145 mil toneladas. Por uma estranha coincidência, há também um processo por baixo do pano solicitando permissão ao governo para incrementar a produção, na planta Sappi em Ngodwana, em 225 mil toneladas ou 60% da produção existente.

Em ambos casos, os planos para aumentar a produção de celulose estão motivados por uma demanda crescente de produtos de celulose e porque a expansão vai incorporar nova tecnologia que será benéfica para o meio ambiente em vários sentidos.

Em palavras da Mondi: "Nossa expansão não só incrementará a produção de celulose, como também fará mais efetivas as operações em termos de custos e eficiência. A melhor tecnologia disponível usada nesta modernização provocará muitas viradas ambientais positivas (depoimento à imprensa de 25 de março de 2003)

A informação subjacente do documento divulgado pela Sappi em julho de 2003 inclui um grande número de reivindicações que sustentam sua proposta de expansão: " Geralmente a Planta é incapaz de

incrementar sua produção com os equipamentos já existentes porque incrementos futuros na produção teriam efeitos negativos sobre a qualidade do produto, a eficiência da planta e o meio ambiente. Portanto, em vistas de incrementar a produção para satisfazer as demandas de seus clientes na indústria do papel e prevenir/ reduzir os impactos ambientais associados às produções incrementadas, a planta deve instalar uma tecnologia de processos de última geração. Devido ao incremento na demanda por seus produtos, a Sappi está pesquisando a factibilidade da expansão da Planta para aproveitar ao máximo o potencial de produção de celulose, instalando a mais moderna tecnologia nas plantas e processos de lavagem, branqueamento e secagem".

A Sappi afirmou que "a capacidade de produção proposta para operar mais eficientemente e fabricar produtos de maior qualidade é para satisfazer a crescente demanda do mercado. Esse projeto é também importante em termos de garantir que a Planta Ngodwana permanece mundialmente competitiva e assim garantir sua viabilidade econômica para o futuro. A Sappi espera que componentes do projeto tais como o uso cada vez maior de papel usado resulte em benefícios socioeconômicos indiretos ao estimular o desenvolvimemnto de pequenos negócios de abastecimento de papel usado. Além do mais, o incremento da produção proposto exigirá madeira adicional e pode resultar em maiores oportunidades de trabalho no setor florestal".

"A Sappi espera que o projeto proposto reduza a quantidade de emissões poluidoras do ar por tonelada de celulose produzida. Isso inclui a diminuição da quantidade total de enxofre reduzido, e emissões de partículas (pó), que têm sido a maior fonte de preocupação para os moradores locais. A instalação da moderna tecnologia resultará em menor quantidade de água, produtos químicos e energia usados por tonelada de celulose. Em decorrência da mudança de madeira branda a madeira dura, a Sappi espera reduzir o desperdício sólido produzido pela Planta. E ainda, a Sappi afirmou que a expansão proposta será capaz de usar mais papel usado, fato que redundará em um efeito benéfico para o meio ambiente".

A gente tem que rir perante a falsidade dessas reivindicações. A maior parte delas são gravemente inexatas e exemplificam o duplo discurso

da corporação. Quando a Sappi diz " e pode resultar em maiores oportunidades de trabalho no setor florestal" é surpreendente em sua modéstia audaciosa. Não pode ser discutido que ambos planos de expansão exigem quantidades adicionais de madeira em estado natural equivalente às porcentagens dos incrementos propostos na produção de celulose. Se a madeira adicional para produzir celulose é obtida como a Sappi afirma, por troca de pinheiro a eucalipto, o de novos plantios é um ponto discutível. A realidade é que uma quantidade adicional de madeira em estado natural deverá ser produzida em algum lugar. Se estivermos falando de pinheiros, a proporção é de um hectare cada 3 toneladas de celulose ao ano. De acordo com isso, seriam necessários cerca de 120 mil hectares extras de pinheiro ou uma quantidade menor de eucalipto, dependendo das condições de plantio e disponibilidade de água e nutrientes.

A principal falha nos planos de expansão da Mondi e da Sappi parece ser que os impactos negativos associados aos plantios adicionais de madeira necessários para alimentar as plantas em vistas de produzir as 370 mil toneladas adicionais de celulose ao ano têm sido ignoradas.

Não importa a limpeza e a eficiência que a produção de celulose possa vir a ter. Os problemas reais permanecem onde ocorre a produção de madeira nos plantios. As comunidades agrícolas e o meio ambiente natural carregarão o fardo dos impactos e custos associados, para a corporação seguir alimentando seu anseio de lucro. (Por: Wally Menne, Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

Quênia: A Pan African Paper Mills espalhe doenças

A produção de celulose e papel no Quênia está atualmente dominada por uma empresa, a Pan African Paper Mills (Panpaper), que é uma *joint-venture* entre o Governo do Quênia, o setor de investimento privado do Banco Mundial –a Corporação Financeira Internacional (IFC)– e a Orient Paper Mills, que faz parte do grupo Birlha da Índia.

Desde o começo, apesar dos potenciais impactos ambientais relacionados com o estabelecimento das plantações, os efluentes líquidos, as emissões aéreas, a lama e o despejo de resíduos sólidos, o projeto não se beneficiou com uma avaliação ambiental completa.

O Sumário de Revisão Ambiental do IFC simplesmente estabeleceu que o projeto estava desenhado para cumprir com todas as políticas aplicáveis do Banco Mundial e com as diretrizes ambientais, de saúde e segurança.

No entanto, os receios têm demonstrado ser verdadeiros. Um artigo do jornal local *East African Standard* denunciou em 1999 que os moradores locais tinham acusado à fábrica de papel de ter transformado uma vasta área de campo numa terra devastada e de ser uma carga econômica e social. A poluição do rio Nzoia do que dependem os moradores para satisfazer suas necessidades de água foi tão séria que tomar banhos no rio tem virado perigoso e animais que beberam a água morreram. Como resultado dos químicos fabricados durante a produção de pasta, a área ao redor da fábrica ficou cercada por ar nojento. Os gases ácidos e as cinzas em suspensão ocasionaram a corrosão dos tetos de lâmina corrugados das casas próximas à fábrica. Além disso, o resíduo sólido da fábrica que era vertido nos campos como adubo levou a uma declinação na produção agrícola local.

Quando a fábrica se estabeleceu, a área Webuye costumava ser uma região com muitas florestas e fazia parte da Floresta Indígena Kagamena. A demanda da fábrica de madeira fez com que a área ficasse árida e os caminhões da companhia agora tinham que viajar mais de cem milhas para obter matéria-prima.

Em 2003, os impactos da fábrica não diminuíram. Os habitantes de Webuye queixaram-se de que a fábrica de celulose tinha transformado uma grande faixa de campo em terra devastada. O cheiro que emana da fábrica, principalmente cáustico, de cloro e ácido sulfúrico é perigoso. Webuye é percebida atualmente como uma "cidade doente". Os expertos disseram que o processo de purificação dos resíduos desta fábrica foi inadequado e que o efluente vertido no rio Nzoia, é tratado parcialmente. Esse efluente parcialmente purificado poderia ser catastrófico para a vida aquática do lago já que sua alta demanda de oxigênio despejaria o gás nos cursos de água causando mortes aquáticas em massa.

O evento mais recente é a séria poluição do Lago Vitória, que leva a investigações pelo Ministro da Água. Acredita-se que os efluentes

das fábricas, incluindo à Panpaper têm colocado em perigo a vida aquática no lago.

Por outro lado, o corte tem sido uma causa principal de destruição das florestas do Quênia, um país com diversidade ambiental e étnica. O povo Ogiek, habitante da floresta, tem estado sofrendo a perda de suas terras e meios de vida, especialmente a partir da década de 90. A Panpaper está isenta de uma proibição de corte do governo e está autorizada a cortar árvores para produzir pasta de papel, sendo um dos atores responsabilizados pelo Ogiek.

No entanto, em maio do presente ano, um diretor da PanPaper Mills, Harri P. Singhi, pediu ao governo do Quênia que assistisse à companhia para solucionar o problema de escassez de abastecimento de madeira. Isso significaria mais florestas desprotegidas? Isso, bem como o pedido de Singhi para que o governo assista à companhia a reduzir seus custos de produção baixando as tarifas de eletricidade, compõem os incentivos fiscais típicos que incluem isenções de impostos, investimentos, concessões, subsídios, nos que se desenvolve a indústria global da celulose e do papel. Para sua globalização também tem contado com subsídios diretos ou indiretos de agências bilaterais, investimentos governamentais, bancos de desenvolvimento multilaterais, entre outros atores.

No caso do Quênia, o IFC tem investido 86 milhões na produção de celulose, papel e embalagens. De acordo com Singhi, a Panpaper está trabalhando de perto com o IFC para expandir as fábricas de papel. O Chefe de Operações Especiais do IFC, Erick Cruikshank, confirmou que a instituição continuaria trabalhando de perto com o governo, bem como com outras indústrias, incluindo a Panpaper Mills.

Enquanto isso, os Ogiek perdem suas terras, a agricultura local está em perigo, o desmatamento aumenta, o ambiente é destruído e a qualidade de vida dos residentes locais piora. "Com o fim de criar empregos", diz o discurso oficial. Mas os postos de trabalho locais criados nas fábricas de celulose e papel são mínimos e em muitos casos restringidos a trabalhadores ocasionais sob condições que colocam sua saúde em risco. (Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

Suazilândia: Fábrica de papel polui rio e lesa pessoas

Os habitantes do sul do Estado de Matsapha, sede do setor manufatureiro do país, queixaram-se de indisposições causadas pelo consumo de água "envenenada" do rio Lusushwana. O trecho rio abaixo da Reserva Natural de Mantenga está limpo, mas, depois de passar pelas indústrias de Matsapha, ele muda de cor, segundo afirmam os moradores, cujo abastecimento de água depende do rio. "Um dia ele é marrom e, no dia seguinte, cinza", disse Thab'sile Dlamini, morador de um assentamento informal surgido na beira do rio. O professor-diretor da escola de primeiro grau de Mthonjeni informou que os alunos têm tido mal-estar no estômago generalizado, embora não tenha havido casos fatais. Dois terços dos suazis vivem sob a linha da pobreza, sendo que muitos ainda consomem a água dos cursos próximos. Os moradores responsabilizam várias fábricas que operam na região, entre elas, a Swazi Paper Mills.

A Autoridade Ambiental da Suazilândia (AAS) foi criada há sete anos, no âmbito do Ministério do Turismo, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental, num país onde uma população basicamente camponesa depende da água dos rios, extraída à mão e consumida diretamente. Bastante ineficaz nos primeiros cinco anos de existência, recentemente esse órgão surpreendeu os ambientalistas, quando ameaçou com fechar uma das indústrias mais antigas do país, ao descobrir que efluentes químicos provenientes da planta de papel da Swazi Paper Mills estavam sendo despejados no rio, através de um canal que passa por uma central elétrica. O diretor da AAS, Jameson Vilakati, examinou a fábrica e informou que: "Eles não negaram nada, mas disseram que uma certa máquina não estava funcionando, motivo pelo qual viram-se forçados a despejar no rio resíduos sem tratar". Vilakati acrescentou que uma ordem da AAS obrigaria a empresa a deter as operações, até a questão da eliminação de resíduos ser resolvida.

Foi dado, portanto, o aviso à Swazi Paper Mills de que a aprovação de licenças e planos de expansão –para a nova planta de celulose para papel e lascas de madeira, cuja construção está sendo planejada–, no futuro, ficaria sujeita aos antecedentes da empresa em matéria de impactos ambientais.

"Trata-se de uma realidade nova", declarou uma fonte da AAS. "Antes imperava o 'vale-tudo'. A Suazilândia desejava atrair a indústria, e a gente achava que tinha terra e rios sem fim, coisa que a maioria dava como certo. Hoje, os recursos estão se perdendo e a conservação é essencial". Infelizmente, para chegar a essa conclusão, antes houve pessoas doentes e rios poluídos.

Como costuma acontecer, aqueles que poluem são apresentados, antes dos "acidentes", como ambientalistas. A Swazi Paper Mills não é uma exceção. No Anuário Comercial 2003 da Suazilândia, a companhia é descrita nos seguintes termos: "A responsabilidade da empresa em matéria de meio ambiente é um elemento decisivo...". O fato de "uma certa máquina não estar funcionando" e dos resíduos não tratados –em outras palavras, efluentes altamente tóxicos– serem despejados, de caso pensado, no rio é revelador do verdadeiro significado da "responsabilidade da empresa" e da relevância da fiscalização das atividades das empresas por parte do governo. (Boletim do WRM Nº 70, maio de 2004).

Suazilândia: Plantações madeireiras produzem impactos nas pessoas e na natureza

Em muitos aspectos, há muito pouca diferença entre a Suazilândia e a África do Sul. O clima, a topografia e a geologia são similares, e portanto não é de admirar que a vegetação natural seja parecida à das províncias sul-africanas de KwalaZulu-Natal e Mpumalanga, que virtualmente cercam o Reino Suazi.

Antes da chegada na Suazilândia das plantações madeireiras em grande escala, a área que elas ocupam agora eram pradarias, entremeadas com lotes de floresta sempre-verde de neblina, em locais úmidos e protegidos. O clímax característico das pradarias evoluiu durante milhares de anos com importante influência dos humanos e do fogo. Uma teoria maliciosa tem alegado que a região toda estava originalmente florestada e que a pradaria é um tipo de vegetação secundária que apareceu onde as florestas tem sido destruídas. Isso tem sido utilizado para ajudar a justificar o chamado "florestamento" que procura plantar plantações de monoculturas madeireiras onde as condições o permitam, particularmente em pradarias.

Sabe-se que havia bosquímanos nesta área, o que fica evidenciado por pinturas rupestres. O povo suazi criava gado vacum e outros tipos de gado e cultivava alimentos. Seus cultivos domésticos e animais, a caça e os recursos naturais da floresta e pradarias, proporcionavam-lhes tudo o que eles precisavam para sobreviver. O estabelecimento de mais de 100.000 hectares de plantações implicava o deslocamento desse povo e seu gado para terras adjacentes escarpadas, rochosas e áridas, onde ficariam mais expostos a doenças e ao ataque de animais selvagens.

O assunto das plantações madeireiras industriais na Suazilândia deve ser visto dentro do contexto maior da África do Sul. A indústria madeireira na Suazilândia não poderia sobreviver se não estivesse ligada às plantações extensivas (1,6 milhões de hectares) na África do Sul, e dependesse muito do capital desse país. Essa anomalia fica evidenciada pela forma em que o FSC (Conselho de Manejo Florestal) amontoa plantações certificadas Mondi na Suazilândia, junto com aquelas da África do Sul. De acordo com o site na web do FSC parece que a Mondi não tivesse plantações certificadas na Suazilândia!

Aproximadamente 9% da Suazilândia tem plantações madeireiras. A Sappi Usutu, que possui mais da metade das plantações na Suazilândia (70000 hectares) e a única fábrica de polpa de papel, emprega aproximadamente 3000 pessoas diretamente e indiretamente. 1044 pessoas estão empregadas pela Mondi Peak em duas serrarias e 19000 hectares de plantações. Shiselweni, a terceira maior área de plantações cobre aproximadamente 12000 hectares. As plantações da Mondi e da Sappi foram originalmente estabelecidas há aproximadamente 50 anos pela Commonwealth Development Corporation (CDC) que também estabeleceu a fábrica de polpa de Usutu em Bhunya. Elas foram vendidas aos atuais proprietários –a Mondi em 1984 e a Sappi em 1992. As plantações de Shiselweni foram estabelecidas em 1967, também pela CDC, mas depois foram vendidas à Transvaal Wattle Growers Co-operative (TWK) também sediada na África do Sul.

De que maneira beneficiam essas plantações o povo Suazi? A Suazilândia importa a maioria de seus produtos madeireiros acabados da África do Sul, enquanto quase toda a produção local de madeira deixa o país como madeiros, polpa ou tábuas rústicas.

O nível de impacto das plantações sobre os recursos hídricos deve ter tido sérias conseqüências para as pessoas que dependem da água dos córregos e dos rios que fluem da área de drenagem da alta estepe. As pessoas nascidas na área antes das plantações lembram a existência de quedas-d'água e de profundos córregos que já não existem.

Uma análise dos impactos negativos das plantações mostra que há duas categorias principais: ecológica e socioeconômica ou dito de forma mais simples, impactos sobre a biodiversidade e impactos sobre as pessoas. Uma análise mais aprofundada mostra que dentro desses dois grupos principais, alguns podem ser diretos ou primários e muitos outros indiretos, conseqüentes ou secundários. Exemplos de impactos primários: destruição de vegetação natural; perda de pastagem para o gado; perda de plantas medicinais, esgotamento de recursos hídricos. Impactos secundários: aumento da pressão da pastagem em outras áreas; conflito sobre o acesso aos recursos.

Os impactos que se manifestam durante o tempo podem ser descritos como cumulativos, rio abaixo ou terciários –como a cumulação em organismos de agrotóxicos utilizados para matar plantas e animais que são um obstáculo para o estabelecimento de plantações e invasão em pradarias, córregos e florestas de árvores e ervas estranhas.

Todos esses impactos vem com um custo, às vezes facilmente quantificável, mas principalmente causando perdas de longo prazo ao ambiente natural e à saúde das pessoas, o bem-estar e a riqueza às que é difícil alocar-lhes um valor, como o custo futuro de perda de uma pradaria ou poluição de um rio, ou o efeito de emissões tóxicas sobre os trabalhadores de uma fábrica de polpa. O que fica claro no entanto é que a indústria madeireira não cobre esses custos. Essa "externalização" de custos pela indústria lhes permite continuar operando com rentabilidade, mantendo seus acionistas em alguma cidade distante felizes e cada vez mais ricos. Além do mais, parece que as companhias madeireiras se têm beneficiado com acordos especiais que as isentam de pagar determinados impostos e também com benefícios de dinheiro que recebem dos governos se eles alegarem pobreza! Todas as companhias plantadoras na Suazilândia alegam estar lutando para continuar sendo rentáveis. Se elas forem assumir

os custos verdadeiros totais de suas operações, enquanto operam como atualmente, já não poderiam ser viáveis.

A realidade é que seria virtualmente impossível desfazer o que tem sido feito. No entanto, precisa-se novos enfoques que garantam que a maioria do produto gerado pelas plantações permaneça na Suazilândia e beneficie a população local. A propriedade e o controle dos recursos das plantações deveriam voltar ao povo da Suazilândia. Precisa-se a máxima beneficiação no nível local para garantir a criação do maior número possível de oportunidades de trabalho na Suazilândia.

A CDC precisa assumir a responsabilidade pelo desastre que tem deixado. Idealmente deveriam incentivar e financiar um processo para restituir a propriedade das áreas de plantações para as comunidades que foram deslocadas. A CDC deveria financiar os custos de recuperação das áreas naturais que foram degradadas como consequência do estabelecimento das plantações. Isso poderia criar os empregos necessários para muitas pessoas no futuro, especialmente aquelas que sofreram em decorrência da perda de acesso à terra e à água.

A dívida social e ecológica da fábrica de polpa da Sappi Usutu deverá ser avaliada cuidadosamente e remediada. A saúde da comunidade requererá atenção especial. A vila de trabalhadores em Bhunya deveria ser derrubada e deveria proporcionar-se aos trabalhadores oportunidades de alojamento longe do ambiente poluído perto da fábrica. As três escolas em Bhunya, onde os jovens estão expostos ao ar poluído, devem ser deslocadas urgentemente. Uma alternativa poderia ser Mhlambanyatsi, onde há boa infra-estrutura, e um ambiente mais saudável.

Como comentário final, me sinto obrigado a falar sobre a atitude de desdém e desrespeito pelas comunidades locais manifestado pelas gerências em todas as companhias madeireiras onde foram realizadas as entrevistas. Parece que, como ainda é o caso da África do Sul, os legítimos proprietários de recursos que estão sendo explorados para o benefício dos estrangeiros são considerados e tratados como cidadãos de segunda classe em sua própria terra. O ambiente natural tem sofrido um abuso similar e a terra com as plantações tem sido

explorada demais. Tudo isso deve mudar. (Por: Wally Menne, Boletim do WRM Nº 82, maio de 2004).

Suazilândia: O impacto de 50 anos de florestamento com fins industriais

Examinar as estatísticas da Suazilândia é uma experiência deprimente. O desemprego atinge 40 por cento. Mais de dois terços dos habitantes da Suazilândia vivem com uma renda de menos de USD 1 por dia. Aproximadamente um terço dos habitantes da Suazilândia dependem da ajuda alimentar para sobreviver. Aproximadamente 40 por cento da população está infetada com AIDS –uma das taxas mais altas do mundo. A expectativa de vida tem diminuído para 33 anos no caso dos homens e para 35 anos no caso das mulheres.

O país é uma das últimas monarquias absolutas remanescentes do mundo. Os partidos políticos são ilegais. O rei, Mswati III, tem um estilo de vida luxuoso que está em total contraste com aquele da maioria dos habitantes da Suazilândia. No ano passado, as celebrações do aniversário número 36 do rei custaram USD 600.000 e em dezembro Mswati gastou USD 500.000 em um carro esportivo.

As principais indústrias da Suazilândia são o açúcar e o florestamento. As duas requerem grandes áreas de terra. "São um desastre para um país como a Suazilândia onde ainda há relações sociais feudais" disse Nhlanhla Msweli da Swaziland Campaign Against Poverty and Economic Inequality-SCAPEI (Campanha contra a Pobreza e a Desigualdade Econômica da Suazilândia) em uma reunião na África do Sul em 2003. Em um país onde a maioria das pessoas não têm terras, as plantações de árvores com fins industriais cobrem quase 10 por cento da terra.

A Swaziland Solidarity Network-SSN (Rede de Solidariedade da Suazilândia) é um grupo que está fazendo campanha para uma mudança democrática na Suazilândia. Em 2002, Bongani Masuku, secretário da SSN disse, "A menos que a terra fosse um componente central de qualquer liberação, essa liberação não mereceria o nobre nome de liberdade, mas seria uma simples fantasia para uns poucos e a continuação do sofrimento para a maioria pobre."

Um novo relatório escrito por Wally Menne da TimberWatch Coalition, "Timber Plantations in Suazilândia" descreve o impacto que as plantações de árvores com fins industriais têm tido sobre as pessoas e o meio ambiente na Suazilândia. Apesar de que muitas das plantações foram estabelecidas há mais de 50 anos, os impactos das plantações de árvores com fins industriais "ainda têm um efeito profundo sobre a sociedade e o meio ambiente e continuarão assim enquanto as plantações permanecem" escreve Menne.

A pesquisa de Menne, baseada em entrevistas com membros da comunidade, ambientalistas bem como com representantes do governo e da indústria, explica como as plantações de árvores com fins industriais têm prejudicado os ecossistemas e causado perda de biodiversidade. As plantações têm sido plantadas na terra com o potencial mais produtivo, às expensas de outros usos agrícolas da terra, estabelece Menne.

Atualmente, duas companhias sul-africanas da celulose e do papel controlam a maioria das 120.000 hectares de plantações de árvores com fins industriais na Suazilândia. A Mondi possui 30.000 hectares de árvores de eucalipto e pinheiro ao redor de Pigg's Peak no norte do país. O eucalipto é exportado à fábrica de celulose em Richards Bay, a 400 quilômetros, na África do Sul. O pinheiro está destinado às serrarias locais.

Um outro gigante da indústria da celulose e do papel da África do Sul, a Sappi, arrenda 70.000 hectares de terras de plantações na região da alta estepe no oeste da Suazilândia. A plantação começou em 1950, com financiamento da Colonial Development Corporation do Reino Unido (CDC, agora chamada CDC-Capital for Development). A CDC e a companhia do Reino Unido Courtaulds construíram a fábrica de celulose de Usutu em 1962. Atualmente a fábrica produz 220.000 toneladas de polpa cada ano, a maioria da que é exportada ao Sueste da Ásia.

Apesar de que o setor florestal responde por nove por cento do produto interno bruto da Suazilândia, emprega apenas 8.000 pessoas diretamente. Nhlanhla Msweli da SCAPEI disse para Menne "A indústria madeireira não tem contribuído significativamente com a melhoria

econômica de seus trabalhadores." Nos últimos anos, a maioria do trabalho tem sido terceirizado em favor de empreiteiros, muitos dos que eram antigos empregados.

Nem sequer os trabalhos remanescentes são seguros. Mandla Dlamini, Gerente de Assuntos Públicos da fábrica de celulose em Usutu da Sappi disse para Menne que a Sappi tinha considerado o fechamento de sua fábrica, por causa da "incerteza econômica" causada pela taxa de câmbio e "outros fatores econômicos" que afetaram a lucratividade da companhia.

Menne informa que a fábrica de celulose em Usutu da Sappi é "notória pelo lançamento regular de efluentes no próximo rio Lusutfu". Ela acrescenta que "a poluição adicional provém do vertedouro de resíduos industriais que está localizado na vila dos trabalhadores."

O governo descreve a escassez de chuvas nos últimos anos como uma "séria seca, que parece ser a pior registrada na história". Mas a pesquisa de Menne sugere que a escassez de água é pelo menos em parte um problema criado pelo homem. Rexs Brown da Environmental Consultancy Services, uma consultora da Suazilândia que trabalha para o governo e companhias particulares considera as plantações como uma das causas da escassez de água no país. Ele disse para Menne que "as plantações ocorrem em importantes áreas altas de captação –áreas essenciais para o fornecimento de água para atividades de irrigação igualmente importantes na baixa estepe da Suazilândia."

Eu visitei a Suazilândia com Wally Menne em outubro de 2004. Na fronteira, vimos novos caminhões Volvo e Mercedes carregados com árvores, esperando para deixar o país. Atravessamos plantações de monoculturas de árvores que pareciam não ter fim e passamos grandes áreas de nítidos paisagens lunares. Vimos os campos secos de agricultores e vimos moradores de vilas em fileira para receber milho doado pelo World Food Programme. Vimos e cheiramos a fábrica de celulose em Usutu da Sappi. Vimos a fumaça da fábrica acumulada sobre a vila dos trabalhadores contígua à fábrica.

Claramente, não deve culpar-se às plantações de árvores com fins industriais de todos os infortúnios da Suazilândia. Mas mais de

cinquenta anos de desenvolvimento pela indústria da celulose e do papel não têm trazido benefícios para a maioria da população da Suazilândia. Pelo contrario, ela tem piorado as coisas. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 90, janeiro de 2005).

AMÉRICA DO SUL

Argentina: Desmatamento e plantações em duas províncias

Coincidentemente com a conquista do vasto território argentino pelo governo centralista de Buenos Aires, iniciada na segunda metade do século XIX em nome da modernização, as florestas das diferentes regiões do país entraram em uma etapa de decadência que tem continuado até o dia de hoje. Os dois casos mencionados a seguir constituem apenas dois exemplos de um processo que está afetando o país todo.

Na província de Santa Fe, a cobertura florestal diminuiu em aproximadamente 4,6 milhões de hectares durante os últimos 80 anos. De acordo com um relatório publicado recentemente pela Secretaria de Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável, a superfície total de florestas na província é atualmente de apenas 1.300.000 hectares. Em 1915 o Censo Florestal de Santa Fe revelava a existência de 5,9 milhões de hectares de florestas. Entre 1915 e 1970 a taxa de desmatamento era de 52.700 hectares ao ano, mas no período 1970-1984 atingiu as 121.500 hectares anuais. As responsáveis diretas da atual situação são duas empresas florestais. Uma delas é a britânica "La Forestal" que começou a operar na região em 1880, explorando as florestas de quebracho (*Schinopsis balansae*) e sendo dona da terceira parte do território da província. Com esse fim utilizava à população local que foi forçada a trabalhar sob condições de semi-escavidão. Na década de 60, quando a exploração do quebracho já estava declinando, a empresa fechou suas portas e deixou atrás um deserto, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. Na década de 30 chegou à região a "Celulosa Argentina". Para alimentar suas

fábricas de celulosa e papel, a companhia também explorou as florestas nativas e, além disso, estabeleceu plantações de eucalipto.

A província de Misiones também está sofrendo um sério processo de perda de suas florestas e substituição das mesmas por plantações. No início do século, 90% de sua superfície estava coberta de floresta subtropical. Atualmente restam em pé apenas 1.500.000 hectares, das que apenas a terceira parte está incluída em áreas protegidas. O desmatamento continua sem diminuir. Considerando apenas o caso de uma empresa estrangeira de pasta e papel, espera-se que vai desmatar 7.000 hectares ao ano, ao tempo que não há qualquer medida planejada para frear esse processo de deterioração. Ao mesmo tempo, Misiones está sendo coberta por vastas plantações de pinheiros de rápido crescimento e os pinheiros já estão invadindo as poucas áreas de florestas protegidas que restam na província.

Como sempre, a perda de florestas nas duas províncias tem acontecido de forma paralela ao incremento da área de plantações. No entanto, muitos expertos florestais, apoiados na definição de "floresta" da FAO, vão dizer que em Santa Fe e Misiones a "cobertura florestal" tem aumentado, pelo fato de acrescentar a superfície ocupada por plantações à "cobertura florestal". Felizmente, a opinião pública está percebendo que as monoculturas de eucalipto e pinheiro não são "florestas" e que, na realidade as plantações são uma causa fundamental de desmatamento. (Boletim do WRM N° 38, setembro de 2000).

Brasil: Enfrentamento político no Espírito Santo sobre plantações de eucalipto

As plantações de eucalipto em grande escala no Estado do Espírito Santo e as atividades de produção de celulose associadas têm gerado oposição desde o início. No começo tiveram a oposição daquelas pessoas mais diretamente afetadas: os povos indígenas Tupiniquim e Guarani, as comunidades afro-brasileiras (quilombolas) e os camponeses locais, cujas terras foram expropriadas para estabelecer as plantações. Depois se uniram a eles ONGs que apoiaram suas reclamações, cujas pesquisas sobre os impactos sociais e ambientais os levaram a iniciar campanhas para deter o avanço das plantações e

a unir esforços com as populações locais, com ONGs ambientalistas e com setores acadêmicos para atingir esse alvo. Isso levou à criação da Rede Alerta contra o Deserto Verde, que tem realizado campanhas muito efetivas durante os últimos anos.

O aumento da consciência sobre os impactos negativos das plantações, decorrente em grande parte das atividades mencionadas supra, tem feito com que a Assembléia Legislativa do Estado tenha aprovado uma lei que proíbe a expansão das plantações de eucaliptos até a realização do mapeamento ecológico que definirá onde podem ser plantadas essas árvores e onde não podem ser plantadas essas árvores. A lei visa claramente aos planos de expansão da Aracruz Celulose. Essa companhia é a maior produtora de celulose branqueada de eucalipto do mundo. Já possui 88.000 hectares plantadas no Espírito Santo, além de ter plantações no vizinho Estado da Bahia, e agora projeta plantar mais outras 17.000 hectares próprias, às que se somariam 30.000 hectares adicionais cultivadas em terras de terceiros, a través do chamado "Fomento Florestal".

Nasser Youssef, o autor da lei, exprimiu os sentimentos de muitos povoadores locais sobre a Aracruz, quando declarou que a companhia "não beneficia o estado, não paga impostos e trata o Estado do Espírito Santo como se fosse uma colônia. Exigimos ser tratados com respeito" acrescentou. É interessante salientar que a Aracruz planeja investir USD 222 milhões em suas novas plantações no Espírito Santo e na Bahia e que aproximadamente a metade desse montante será providenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). E o que é mais importante ainda, esse processo se levará a cabo em um contexto no que a agricultura familiar não recebe qualquer financiamento pelo BNDES como apoio a essa forma de desenvolvimento alternativo.

De acordo com Marcelo Calazans, membro da Rede Alerta contra o Deserto Verde, a Aracruz é um dos maiores terratenentes do Estado, mas fornece apenas 1.689 postos de trabalho diretos, enquanto há aproximadamente 70.000 famílias que vivem da agricultura em pequena escala, cada uma delas com apenas dez hectares de terra. Dentro desse contexto, a lei que proíbe a expansão das plantações é

totalmente coerente do ponto de vista social, já que a concentração de terras pelas mega-companhias se realiza necessariamente às expensas da terra disponível para os camponeses locais, que constituem a grande maioria da população rural.

Muitas pessoas no mundo inteiro consideraram essa lei como um passo muito positivo, que poderia servir como exemplo a seguir em outros locais onde esse tipo de plantações está causando impactos sobre as populações e o meio ambiente. Perante a notícia da possibilidade de que o governador do Estado, José Ignácio Ferreira pudesse vetar a lei, muitas organizações encaminharam mensagens apoiando a lei. Um jornalista local surgiu rapidamente, dizendo "A Aracruz não precisa da minha defesa", para passar imediatamente a defender à Aracruz, alegando que as mensagens provinham de países como a Colômbia, a Argentina, o Equador, o Uruguai, a Guatemala, a Nicarágua, etc., que descreveu como "países subdesenvolvidos que querem que nós permaneçamos na extrema miséria, como eles, sem qualquer perspectiva de futuro"

Demonstrando que a influência da Aracruz é tão forte como dizem as organizações locais, o Governador reagiu imediatamente em defesa dos interesses da empresa e vetou a lei, informando o público sobre sua decisão em uma "sessão solene". Um membro do parlamento local disse que era a primeira vez que o governo do Estado organizava uma "sessão solene" para assinar e publicar um veto. Agora o Parlamento do Estado se reunirá de novo em finais de agosto de 2001 e poderá deixar sem efeito o veto do Governador ou aceitá-lo e abrir as portas para novos desertos verdes de eucaliptos.

Enquanto isso, o proponente da lei e a comissão que preside no Parlamento do Estado, a Comissão de Meio Ambiente e Agricultura, organizaram um seminário internacional sobre as monoculturas de plantações de eucaliptos em Vitória, a capital do Estado. Muitas coisas dependerão desse seminário e suas conclusões e da capacidade da sociedade civil organizada de enfrentar o enorme poder econômico e político de uma companhia como a Aracruz. (Boletim do WRM Nº 48, julho de 2001).

Brasil: A Stora Enso e a Aracruz planejam a maior planta de celulose do mundo

Nas próximas semanas, os acionistas da Veracel decidirão sobre a construção de uma enorme planta de celulose no Estado da Bahia. O principal diretor executivo da Veracel, Erton Sanchez, descreveu o projeto, dizendo que: "Essa será a maior planta de celulose do mundo, com capacidade para produzir 900 mil toneladas ao ano. Será produzida celulose esbranquiçada livre de cloro elementar, objetivando o segmento mais importante do mercado de celulose. O investimento total ficará em torno dos 930 milhões de dólares".

A Veracel é um *joint-venture* entre a gigante sueco-finlandesa Stora Enso e a empresa brasileiro-norueguesa Aracruz. Esta última é o maior produtor mundial de celulose esbranquiçada de eucalipto, controlando 170 mil hectares de plantações de eucalipto, na Bahia e no Espírito Santo. Para possibilitar a instalação das vastas plantações da Aracruz, as nações indígenas Tupiniquim e Guarani, bem como as comunidades afro-brasileiras quilombolas e outras comunidades locais, perderam suas florestas e terras.

Jukka Harmala, principal diretor executivo da Stora Enso, diz que a sua visão para a empresa é transformá-la "na companhia de produtos florestais líder no mundo". Em junho de 2001, Harmala declarou à Pulp & Paper International que: "A nossa prioridade, na América Latina, é achar boas fontes de fibra". Em 1999, Bjorn Hagglund, subdiretor executivo da Stora Enso, explicou ao *Financial Times* que a estratégia da empresa consistia em aumentar as operações de celulose no Brasil, para garantir o fornecimento de matéria-prima para suas fábricas de papel na China e na Tailândia.

A decisão de proceder, ou não, com a planta de celulose deve ter sido tomada no final de 2002. "Esse projeto é bem complicado, é um projeto grande. Ele foi adiado até março ou abril, principalmente por motivos econômicos e similares", explicou Timo Heikka, da divisão Estratégia e Investimentos da Stora Enso.

A Veracel já plantou 63 mil hectares com eucalipto, nos 147 mil hectares que a empresa possui na Bahia. Está previsto o plantio de

mais 6 mil hectares. Quer concretizada, ou não, a fábrica de celulose, a Aracruz comprará 3,5 milhões de metros cúbicos de madeira das plantações da Veracel, entre 2002 e 2004.

Em setembro do ano passado, Timo Heikka, da Stora Enso, visitou a área do projeto. Ele declarou que: "No tocante à biodiversidade e questões sociais, ela parece ser uma das melhores alternativas no hemisfério sul todo". Sanchez, representante da Veracel, afirma que serão destinados 76 mil hectares para a "preservação e recuperação" da Mata Atlântica. Ele mencionou, também, que a Veracel é dona da Estação Veracruz, uma reserva de florestas de 6 mil hectares, declarada patrimônio da humanidade pela UNESCO.

Sanchez não mencionou que, quando da chegada da Veracel à Bahia, no ano 1991, a empresa planejava transformar 80% de suas terras em plantações de eucalipto. Foi somente pela intervenção das ONGs brasileiras e do Sindicato dos Trabalhadores Florestais que a agência do meio ambiente brasileira insistiu em que fossem reservados 6 mil hectares para uma área sob proteção. Sanchez também não disse que a Veracel derrubou florestas, para instalar suas plantações, a somente uns poucos quilômetros da Estação Veracruz.

Em outubro de 2001, o Banco Europeu de Investimento (BEN) – instituição financeira da União Européia– anunciou a aprovação de um empréstimo de 30 milhões de dólares para a Veracel, para as plantações na Bahia. A diretora chefe do Departamento de Informação do BEN, Yvonne Berghorst, declarou que: "O reflorestamento com eucalipto exerce uma influência benéfica a longo prazo no solo, porquanto reduz a erosão, aumenta a infiltração e retenção da água e melhora as propriedades químicas e físicas e a fertilidade do solo".

O otimismo da Sra. Berghorst contrasta fortemente com a realidade vivenciada pelas comunidades do Espírito Santo, as quais vêm-se forçadas a conviver com as plantações da Aracruz. Em maio de 2002, numa carta endereçada aos altos funcionários do Estado do Espírito Santo, as comunidades locais, sindicatos e ONGs descreveram como secaram os cursos de água, a partir do momento em que a Aracruz começou com as plantações. A carta continua dizendo: "Para as comunidades locais e o meio ambiente em geral, a sustentabilidade

das plantações de eucalipto é muito questionável, já que é uma monocultura de árvores com um ciclo vital extremamente curto, exigindo grandes quantidades de fertilizantes químicos e agrotóxicos".

Os representantes da Stora Enso, do BEN, da Aracruz e da Veracel não responderam à pergunta sobre quantas pessoas tinham sido deslocadas de suas terras para instalar as plantações da Veracel. Erton Sanchez, diretor executivo da Veracel, comentou que "o índice de ocupação é extremamente baixo, devido a que a população vive em terras que não pertencem à empresa". Ele acrescentou que a terra a ser plantada foi "previamente degradada pelos antigos proprietários".

José Augusto Tosato, integrante da ONG local CEPEDDES, questiona o argumento da empresa, de que a terra já estava degradada. Ele sustenta que a Veracel instalou suas plantações em pradarias e pequenas fazendas antes produtivas.

A Política de Responsabilidade Social da Stora Enso reza que "a Stora Enso considera essencial o debate aberto e a interação com todos os atores envolvidos, quer governamentais ou não-governamentais". No caso da Veracel, o debate aberto é impossível, pois os estudos de impacto ambiental das plantações não estão disponíveis para a consideração do público em geral.

Como resposta ao pedido do Estudo de Impacto Ambiental, Yvonne Berghorst declarou que "o EIA é um documento público que pode ser obtido recorrendo às autoridades competentes do Estado da Bahia ou da Veracel Celulose S.A."

Ao ser perguntado pelo EIA, Erton Sanchez, diretor executivo da Veracel, respondeu que "a documentação consta de 14 volumes, com aproximadamente 2.800 páginas. Somente existe a versão impressa, motivo pelo qual não é possível enviar uma cópia eletrônica. No entanto, os documentos estão disponíveis, para consulta, no CRA (Centro de Recursos Ambientais), uma agência do governo do Estado da Bahia, sediada em Salvador".

Se os documentos do projeto da Veracel não estão incondicionalmente disponíveis, não é possível realizar um debate

aberto. Toda decisão dos acionistas deve ser adiada, para permitir que a sociedade civil no Brasil, na Noruega, na Suécia e na Finlândia tenha a oportunidade de contribuir para um debate aberto sobre a Veracel. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 67, fevereiro de 2003).

Brasil: ONGs solicitam ampla discussão sobre expansão de plantações florestais

Em carta enviada ao presidente Lula nesta quinta-feira (20/03), instituições alertam para os possíveis riscos socioambientais envolvidos na ampliação da área de florestas plantadas [1], como reivindicado recentemente pelo setor, caso não seja estabelecido um planejamento adequado.

O Grupo de Trabalho (GT) Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento encaminhou, nesta quinta-feira (20/03), carta ao presidente Lula, manifestando preocupação com uma proposta de expansão da área de florestas plantadas no país, apresentada recentemente ao governo por empresas do setor. O documento foi enviado com cópia para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e para o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Formadas em sua maioria por espécies exóticas como Pinus e eucalipto, as florestas plantadas suprem, entre outros, o mercado de papel e celulose e construção, cujas empresas propõem a expansão da área ocupada por florestas plantadas dos atuais 5 milhões para 11 milhões de hectares. Além disso, o setor, hoje subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, reivindica estar ligado ao Ministério da Agricultura, por meio da criação da Secretaria de Florestas Plantadas.

Na carta enviada a Lula (conteúdo na íntegra abaixo), as ONGs pedem que a proposta de ampliação do setor seja analisada e planejada com extrema cautela e que a elaboração de uma política para o setor considere os preceitos de desenvolvimento efetivamente sustentável, citando posteriormente as implicações socioambientais e econômicas da atividade, especialmente para a Mata Atlântica e para o Cerrado.

Para a coordenadora do GT Florestas, Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), é preciso discutir as bases de expansão do

setor de forma criteriosa, para não permitir impactos indesejáveis, como a concentração fundiária e os distúrbios hidrológicos. O GT Florestas espera que o governo estabeleça uma agenda de discussões sobre o tema com ampla participação da sociedade civil.

Reportagem publicada no jornal *Valor Econômico* no dia 25 de fevereiro de 2003, reproduzida no site da Associação Brasileira de Florestas Renováveis (Abracave), cita que, embora as propostas do setor contem com o apoio do vice-presidente, José de Alencar, e do ministro da Agricultura, sabem que terão de derrubar a resistência do Ministério do Meio Ambiente, que já havia defendido no início do mês proposta para que os setores como papel e celulose e siderurgia mudassem a forma da produção de madeira reflorestada, trocando plantio em grandes áreas pela dispersão com características de agricultura familiar, o que garantiria trabalho para o pequeno produtor rural.

Ontem (19/03) foi aprovado requerimento do deputado Luis Carlos Heinze (PPB/RS) para que o tema seja discutido em uma audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, em data a ser definida.

Carta encaminha para o presidente Lula pelo GT Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento:

"Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da Republica Federativa do Brasil
Brasília, 20 de março de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Grupo de Trabalho de Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que congrega as principais instituições não governamentais do país interessadas no tema, reuniu-se em Brasília nos dias 12 e 13 de março. Na oportunidade acordou manifestar a Vossa Excelência a discordância com a "Proposta de Agenda para o Setor Brasileiro de Florestas Plantadas", apresentada por empresas do mesmo a Vossa Excelência.

A agenda apresenta demandas que não levam em consideração a necessidade da elaboração de uma política específica para o setor, que esteja articulada às políticas ambiental, agrária, creditícia, de geração de emprego e renda e de combate à fome.

As atividades do setor de "florestas plantadas", fundamentalmente baseadas no plantio de espécies exóticas como o Pinus e o Eucalipto, têm implicações graves para as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, especialmente na região de Mata Atlântica e de Cerrado, que concentram a maior parte dessas monoculturas no Brasil. Levando-se em consideração que estes biomas mantêm apenas 7,6% e 30% de sua cobertura original, respectivamente, a expansão massiva desses plantios, de cinco para onze milhões de hectares, deve ser analisada e planejada com extrema cautela, no âmbito de uma política de governo que esteja em consonância com os preceitos do desenvolvimento efetivamente sustentável. Há muito a ser equacionado entre os benefícios econômicos e o passivo socioambiental da atividade, a exemplo dos inúmeros processos trabalhistas envolvendo as empresas do setor.

Trata-se de um momento importante para o estabelecimento de um processo de discussão acerca de uma política para as plantações florestais, uma vez que o governo brasileiro, por meio do Programa Nacional de Florestas (PNF), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), está em negociação com o Banco Mundial visando um empréstimo para o setor florestal.

Seria um grande risco para o país dar encaminhamento às demandas sobre "florestas plantadas" sem a definição prévia de uma política de governo para o setor, que assegure o desenvolvimento da atividade de forma ambientalmente sustentável e socialmente justa, que beneficie de fato a população local e que garanta o princípio da precaução. Ressalta-se que qualquer política de expansão para o setor de "florestas plantadas" deve evitar o aumento da concentração fundiária, a supressão de vegetação nativa, os distúrbios hidrológicos e a ocupação de terras que produzem alimentos. Além disso, seu planejamento deve ser feito a partir de informações técnicas e científicas comprovadas e amplamente discutidas com a sociedade.

Certos de que o governo de Vossa Excelência está aberto a promover os debates necessários ao melhor encaminhamento da questão, colocamo-nos à disposição para participarmos do processo de discussão acerca do tema.

Atenciosamente,

Grupo de Trabalho Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Amigos da Terra Amazônia Brasileira; Associação de Preservação do Meio Ambiente do Vale do Itajaí (Apremavi); Central Única dos Trabalhadores (CUT/RJ); Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes); Centro de Trabalhadores da Amazônia CTA/AC; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Fundação SOS Mata Atlântica; Fundo Mundial para a Natureza (WWF); Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC); Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora); Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Instituto Socioambiental (ISA); Rede de ONGs da Mata Atlântica; Rede Deserto Verde; Os Verdes; Vitae Civilis-Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

C/c: Ministra do Meio Ambiente Marina Silva; Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues". (Boletim do WRM Nº 68, março de 2003).

Brasil: Desastre social e ambiental provocado por indústria de papel

No último fim-de-semana de março de 2003, mais precisamente na sexta-feira 28 de noite, vazou, em Minas Gerais, um depósito de produtos químicos da fábrica de papel Indústria Cataguazes. A planta, próxima à cidade de Cataguazes, fica à beira do rio Pomba, onde foram despejados milhões de litros de soda cáustica, cloro e outros produtos tóxicos usados no fabrico do papel.

O rio Pomba deságua no principal rio do Estado do Rio de Janeiro, o Paraíba do Sul, o qual, em decorrência disso, também foi atingido

[1] Termo não compartilhado pelo WRM, mas mantido para respeitar a redação original do artigo que reproduzimos.

pela poluição. Uma grande mancha cobriu toda a extensão do rio na altura do município de São João da Barra, chegando até ao oceano e poluindo de passagem as praias de Atafona, Grussaí e Iquipari. Imagens na tevê mostravam os rios Pomba e Paraíba do Sul cobertos por uma espuma branca, peixes mortos boiando na superfície e longas filas de pessoas à espera da água que chegava de caminhão.

Trata-se, talvez, do maior desastre ecológico ocorrido no país, necessitando o ecossistema de uns 15 anos para se recuperar, segundo a opinião de cientistas. O vazamento estimado em 1,2 bilhão de litros de produtos tóxicos afetou aproximadamente um milhão de pessoas, implicou que mais de meio milhão de moradores de oito municípios ficassem vários dias sem fornecimento de água e que, por 90 dias, fosse proibida a pesca nos dois rios poluídos. Diante do prejuízo que isso representa para os pescadores locais, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que receberiam compensação em dinheiro equivalente a um salário mínimo por mês, durante o período em que a atividade fosse suspensa por causa da contaminação.

Existe um segundo tanque, com 700 milhões de litros de material tóxico da empresa, que também preocupa pela insegurança, motivo pelo qual estão sendo tomadas medidas preventivas.

Algumas organizações ambientalistas responsabilizaram, além da empresa, o governo do Estado de Minas Gerais, por omissão nas medidas de controle. A fábrica foi fechada e a Justiça Federal, por sua vez, decretou a prisão preventiva do diretor administrativo da empresa, Félix Santana, e do sócio-gerente, João Gregório do Bem, os quais podem enfrentar acusações penais. Além disso, o governo anunciou que multaria a empresa por aproximadamente 15 milhões de dólares. Não obstante, é difícil achar que possa existir uma quantia capaz de compensar os graves prejuízos, alguns deles, talvez, irreversíveis, causados ao ecossistema, à economia e à saúde da região.

Na sessão pública da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, referiu-se aos quatro objetivos a serem trabalhados pelo Ministério nos próximos

anos: transversalidade, fiscalização social, fortalecimento do setor ambiental e desenvolvimento sustentável. A ministra disse que é preciso um grande esforço, para fazer com que a política ambiental não seja uma política isolada do Ministério, mas se torne uma ação integrada do governo.

Certamente, é um grande desafio, da mesma forma que as questões trazidas à tona por esse desastre, as quais estão longe de serem resolvidas e, talvez, também não tenham sido suficientemente debatidas: custos sociais e ambientais, responsabilidade empresarial, fiscalização social, política ambiental, sustentabilidade dos modelos de produção, entre outras. O que é evidente é a fraqueza do argumento daqueles que propõem a auto-regulação das empresas, no marco da abertura dos mercados e das políticas de desregulamentação.

Pois não é que as empresas ignorem a problemática ambiental. Pelo contrário, quase todas elas, nas páginas Web, fazem alarde de propósitos ambientais. A própria Indústria Cataguazes de Papel declara que "a preservação ambiental através da reciclagem de papéis originados de grandes centros urbanos, como São Paulo, Vitória, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, é um compromisso da Cataguazes com a sociedade". Ela chega a dizer, inclusive, que "cada tonelada de papel reciclado evita a derrubada de 20 a 30 pés de eucalipto, ou de 16 a 30 árvores nativas em média". E agora, o que ela tem para dizer do seu "compromisso com a sociedade"? Sinto muito? O que interessa, em todo caso, é garantir uma estrita vigilância das atividades das empresas por parte do Estado e da sociedade em seu conjunto, a fim de garantir que situações como essa não voltem a se repetir. Pode ser que as empresas sejam bem-intencionadas, mas não são instituições de caridade. Elas estão interessadas, basicamente, na rentabilidade.

A sociedade deve assumir essas questões com rigor e sem ingenuidade, pois as empresas se adaptam aos tempos que correm e fazem o marketing necessário para continuar com seus negócios. Contudo, os "acidentes" continuam acontecendo. Já houve vários panos de amostra. Quantos mais serão necessários? (Boletim do WRM N° 69, abril de 2003).

Brasil: A Rede Alerta Contra o Deserto Verde exige mudança de modelo florestal

Cem organizações do Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais reuniram-se nos dias 28 e 29 de junho de 2003, em Porto Seguro, Bahia, no II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. As organizações elaboraram uma carta enviada ao Presidente Lula, a congressistas e ao Banco Mundial, exigindo uma maior atenção ao problema descrito a seguir:

"Nós, representantes de comunidades quilombolas, Tupinikins, Pataxós, Guaranis, pescadores e camponeses e dezenas de entidades presentes ao II Encontro Nacional da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, movimento que luta contra a expansão da monocultura do eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vimos denunciar as profundas violações dos direitos econômicos, culturais e socioambientais provocadas por este complexo agroindustrial exportador.

Ao longo das últimas quatro décadas, este complexo tem destruído o modo de vida de comunidades locais. As empresas do setor continuam invadindo suas terras, causando o êxodo rural e a conseqüente dispersão de muitas comunidades. Os rios nessas regiões foram degradados pela contaminação por uso intensivo de agrotóxicos e por um processo de secamento relacionado ao plantio em larga escala, ambos comprometendo a pesca e a qualidade e quantidade da água potável. A empresa Aracruz Celulose desviou o Rio Doce para garantir o consumo abusivo de 248 mil metros cúbicos diários, inclusive gratuitos, das suas três fábricas de celulose.

As empresas, com seu discurso desenvolvimentista, têm estimulado uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego. Hoje, o que resta são milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso, que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatada a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores abandonados residem. E as pessoas que resistem, no meio da monocultura de eucalipto, estão perdendo sua

identidade e sua riqueza cultural e sofrendo literalmente um processo de isolamento profundo. Quem resiste contra este projeto desumano está sujeito a tentativas de cooptação e até ameaças de morte.

Lamentavelmente, o Estado tem sido cúmplice das práticas dessas empresas. Há quatro décadas que fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que concede licenças ilegais para plantios –não respeitando áreas de preservação permanente– e fábricas, uma construída em cima de uma antiga aldeia indígena. Além disso, as empresas exportadoras são devedoras no INSS e são beneficiadas pela Lei Kandir, causando situações dramáticas como no Espírito Santo, onde o governo estadual deve mais de R\$ 100 milhões de créditos de ICMS à empresa Aracruz Celulose. Ao mesmo tempo, o Estado não tem apresentado nenhuma alternativa à população local; ao contrário, mostra-se cada vez mais conivente com os interesses empresariais em detrimento da sua responsabilidade social e, nesse vazio, as empresas assumem alguns papéis do Estado, desenvolvendo uma relação perversa de dependência e desestruturação da organização social das comunidades locais.

As entidades abaixo relacionadas entendem que as conseqüências de todos esses problemas estão ligadas ao modelo atual de desenvolvimento financiado pelo governo federal e por organismos internacionais que têm como objetivo, exclusivamente, o retorno econômico dos financiamentos em detrimento do modo de vida das populações acima relacionadas.

As tentativas para reverter os danos das estratégias empresariais perversas, introduzindo, por exemplo, o selo verde do FSC (Conselho de Manejo Florestal) para o manejo sustentável de monoculturas de árvores, têm se mostrado incapazes de reverter os impactos negativos já citados, e mais ainda, insuficientes em redirecionar a lógica desse modelo agroindustrial. Lembramos inclusive um relatório elaborado recentemente por uma equipe de pesquisadores da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que mostra a flagrante insustentabilidade das plantações de eucalipto das empresas Plantar e V&M Florestal em Minas Gerais, certificadas pelo FSC.

A Rede se pronuncia também contra o uso de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo –MDLs– para plantações extensivas dessas mesmas empresas mineiras, entendendo que esses mecanismos continuam favorecendo países do Norte que não terão que reduzir suas emissões de poluentes que contribuem para o aquecimento global, e ao aumentar as áreas de plantações, os MDLs vêm agravando o empobrecimento das populações do Sul.

Afirmamos que existem contradições entre os investimentos nesse complexo agroindustrial e o programa Fome Zero do Governo Federal. De um lado, volumosos investimentos, como no caso da fábrica projetada da Veracel Celulose na Bahia, continuam privilegiando uma monocultura que na sua grande maioria é destinada à produção para exportação aos países ricos, gerando pouquíssimos empregos, legitimando o latifúndio, impedindo a reforma agrária e aumentando mais ainda o êxodo rural e o desespero de milhares de famílias que ficarão sem terra e sem sustento. De outro lado, o governo apresenta um Programa Fome Zero que busca estimular a produção de alimentos, enquanto as melhores terras agricultáveis continuam sendo ocupadas por plantações de árvores. As metas da política macroeconômica não podem ser obtidas com o sacrifício das condições de vida, saúde, trabalho e modos de vida dos trabalhadores e das comunidades que necessitam de água, terra, pescado e caça para não serem obrigados a engrossar o contingente de desempregados nas cidades.

Não é suficiente buscar saídas temporárias dentro do modelo atual de desenvolvimento. É preciso mudar drasticamente os rumos desse modelo que gira em torno da acumulação financeira e do consumo ilimitado, e construir uma outra lógica de desenvolvimento onde o ser humano –homem e mulher–, na sua totalidade, seja questão central e que altere a forma de utilização dos recursos naturais do planeta. Conscientes da insustentabilidade do presente modelo, os movimentos e comunidades que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde discutem e desenvolvem experiências novas no campo da produção, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos locais, construindo assim uma outra relação com o ambiente.

Em função de tão dramático e insustentável quadro socioambiental acima descrito, envolvendo milhares e milhares de pessoas

diretamente, nós, comunidades e entidades abaixo relacionadas, entendemos que é inaceitável a proposta do setor de ampliar suas plantações de 5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares nos próximos 10 anos. E que a paralisação da expansão da monocultura de árvores de rápido crescimento no Brasil na elaboração do novo PPA e da política industrial do governo é uma necessidade de caráter extremo e urgentíssimo. Porto Seguro, 29 de junho de 2003 [seguem assinaturas]". (Boletim do WRM Nº 72, julho de 2003).

Brasil: Estrada é fechada em protesto contra a expansão do plantio de eucalipto

Em 8 de março de 2004, teve lugar uma grande manifestação na BR-101 Norte, na localidade de São Mateus, no Estado brasileiro do Espírito Santo. Coincidindo com o Dia Internacional da Mulher, com nutrida participação de mulheres, cerca de 600 índios tupiniquins e guaranis, representantes quilombolas, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o conhecido MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, membro da Via Campesina) ocuparam a estrada, interrompendo o trânsito.

A escolha da estrada não foi à toa. Nela transitam cerca de 39 caminhões por hora, transportando toras de eucalipto para as fábricas da empresa Aracruz Celulose, bem como celulose da empresa Bahia Sul.

@s manifestantes fazem parte do Movimento Alerta contra o Deserto Verde, que luta contra as grandes monoculturas de árvores no país. O objetivo central da manifestação era protestar contra o Plano Nacional de Florestas do governo federal, que pretende ampliar, a curto prazo, as plantações de árvores dos atuais 5 milhões para 7 milhões de hectares (ou seja, mais dois milhões).

Uma das empresas que se beneficiaria com essa ampliação é a Aracruz Celulose. Aberta na época da ditadura militar com recursos do governo federal, a empresa possui atualmente cerca de 220 mil hectares plantados com eucalipto no Estado do Espírito Santo. Grande parte dessas terras pertencia a comunidades quilombolas e indígenas e foi tomada à força pela empresa, ou comprada a preço vil. Expulsos

de suas terras, quilombolas e índios passaram a engrossar o subúrbio da cidade de São Mateus; calcula-se que 60 bairros da periferia são formados basicamente por pessoas expulsas da terra pela Aracruz Celulose. Foi denunciado ainda que, no município de Conceição da Barra, 47% das terras do município são destinadas à monocultura de eucalipto.

Nas plantações de eucalipto, são usadas grandes quantidades de agrotóxicos que destroem a biodiversidade e contaminam pessoas, águas e solos. Assim, perdem-se terras aptas para a lavoura, que não são usadas para a produção de alimentos, mas de celulose exportada para a Europa e os Estados Unidos, onde se produz principalmente papel higiênico. Quem se beneficia com esse modelo é um reduzido setor do Brasil e, em particular, a indústria européia que fabrica máquinas e tecnologia para o setor de celulose e papel.

No ano 2003 foram denunciados perante o governo federal crimes ambientais praticados pela empresa, mas até hoje não foi tomada nenhuma providência para coibir esses abusos. Por isso, com a manifestação na estrada, @s manifestantes exprimiram o seu protesto contra a omissão dos governos federal e estadual em relação às denúncias, além de buscarem o apoio da comunidade para a luta pela terra.

Dezenas de faixas deixavam claro que @s manifestantes querem reforma agrária, produção de alimentos saudáveis e devolução das terras indígenas e quilombolas, hoje ocupadas pela megaempresa Aracruz Celulose. Nalgumas faixas, lia-se: "Aracruz Celulose: invasora das terras indígenas e quilombolas", "MST e MPA: atuam contra a monocultura do eucalipto e da cana".

@s manifestantes avisaram que, se não forem atendidas suas reivindicações, vão realizar novas manifestações. Eles julgam que essas bandeiras de luta deveriam ser prioridade num governo popular, e que é inaceitável que o governo do Presidente Lula privilegie o reduzido setor de grandes plantações de eucalipto e de produção de celulose para exportação, cuja cadeia produtiva consome grandes quantias de dinheiro público, mas gera bem poucos postos de trabalho. Por exemplo, a construção da nova planta de celulose da Veracel

Celulose, no Estado da Bahia, custará mais de um bilhão de dólares, mas gerará apenas 400 empregos permanentes. Quem sofre mais com esse tipo de "desenvolvimento" é a mulher, já que ela perde suas terras e, junto com elas, seu sustento. (Boletim do WRM N° 80, março de 2004).

Brasil: Rotunda manifestação contra o deserto verde e a favor da vida

Na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com a presença de um delegado do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, se realizou em 6 e 7 de maio o III Encontro convocado pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Essa Rede, composta por mais de 100 entidades, reuniu dezenas de representantes do Movimento dos Sem Terra, campesinato, povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e movimentos sociais dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro.

O painel que deu início ao encontro esteve composto por um delegado nacional do Movimento dos Sem Terra, uma delegada das comunidades afrobrasileiras, um geógrafo de Minas Gerais, um membro do Secretariado Internacional do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM) e um representante do Ministério do Meio Ambiente. Com exceção desse último, todos os outros membros do painel exprimiram sua solidariedade com os afetados pelas plantações e explicaram as razões que motivavam sua oposição às monoculturas em grande escala.

A apresentação do Sr. Nelson Barbosa, representante da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, provocou enorme comoção entre os participantes do evento. Ele falou da necessidade de plantar árvores para obter madeira, acrescentando que as estatísticas mostram que em sua vida, uma pessoa de 65 anos já "consumiu" 367 árvores. Portanto, ele sustentou que era necessário fomentar os planos de reflorestamento e criar empregos para atingir o alvo do governo de "Fome Zero", para o que propunha chegar a algum tipo de acordo com os presentes.

Mostrando indignação pelo que tinham acabado de escutar, mas conservando o respeito e contribuindo com exemplos contundentes,

por mais de duas horas muitos dos participantes fizeram saber ao representante oficial a falácia de sua argumentação. Alguns exemplos dos numerosos testemunhos são apresentados a seguir.

Um representante indígena fez saber claramente ao representante do governo que as pessoas não estavam contra o governo porque, "O governo é nosso" disse, e acrescentou "estamos contra a expansão das empresas à custa de nossa supervivência".

Uma moça de 20 anos, integrante de uma comunidade de Nova Venécia, no Estado de Espírito Santo, clarificou que as monoculturas de árvores em grande escala não são plantadas para fornecer madeira às comunidades, mas para fornecer matéria prima barata às grandes empresas para suas fábricas de celulose ou carvão para siderurgia. Ela achou ridículo que as comunidades fossem culpadas do desflorestamento e ironicamente sugeriu que o Sr. Barbosa fizesse que a Aracruz Celulose, uma das maiores empresas de produção de celulose do mundo, o convidasse para poder constatar o impacto das monoculturas nas comunidades vizinhas.

Um representante da Federação de Trabalhadores Rurais e Agrícolas do Município de Mucurí no Estado da Bahia, salientou o fato de que não era possível falar em reflorestamento quando na realidade o que estava sendo promovido era a monocultura em grande escala; e que as plantações não podem ser confundidas com as florestas. Enquanto as florestas são "uma dádiva da natureza, a monocultura é um crime", enfatizou.

"A palavra sustentabilidade está ligada à durabilidade e não há nada mais duradouro que a agricultura indígena" acrescentou outro participante "Os povos indígenas têm demonstrado que são capazes de poder manter as florestas porque o fizeram durante milhares de anos. Os 50 anos de Revolução Verde tem apenas causado estragos", finalizou.

Um integrante do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) afirmou que são muitos mais os empregos que se perderam que os que se geraram com as plantações e a instalação de fábricas de celulose. Especificou os investimentos realizados e o que teriam significado

em matéria de geração de emprego se tivessem sido apoiados os pequenos agricultores em vez de as grandes multinacionais do papel. De acordo com os números fornecidos pelo governo em matéria de investimento, por cada emprego gerado, investiram-se um milhão de reais (aproximadamente USD 330.000).

Um representante do movimento Hip-Hop, um jovem das "favelas" (bairros marginalizados do Brasil), clarificou com dor e pena que não é possível falar de "fome zero" enquanto são promovidas políticas que agravam o fome.

De forma concisa, séria e rápida, uma integrante da organização FASE, questionou perante Barbosa a índole dos números que tinha apresentado. "Se o senhor quiser falar de números, seria bom saber o número de pequenos produtores que têm perdido suas terras, o número de poços de água que se secaram, o número de rios que se poluíram, o número de pessoas que todo ano morrem de fome e os números dos lucros das grandes empresas plantadoras estabelecidas no Brasil", disse.

Outro participante enfatizou que é impossível chegar a qualquer acordo com as comunidades enquanto o governo tenha acordos com as empresas e as beneficie, enquanto viola os direitos das comunidades e nem sequer considera seus integrantes como seres humanos. "Acudimos ao chamado realizado pelo Presidente e trabalhamos muito e voluntariamente na preparação de um plano para que o governo tomasse medidas que favorecessem as comunidades. Onde estão esses documentos e esses planos? Quando vão ser colocados na prática?" perguntou indignado um representante da organização baiana CEPEDS.

Antes de retirar-se, o representante do governo prometeu fazer saber à Ministra as graves denúncias que tinha escutado e assegurou que ele pessoalmente estaria sempre defendendo os pequenos agricultores, já que durante muitos anos de sua vida ele se tinha dedicado a essa tarefa.

Uma vez finalizadas as apresentações do painel, os participantes, divididos em grupos de discussão, analisaram os impactos negativos

das monoculturas em grande escala na população local e nas relações de trabalho na indústria. Também discutiram a relação dos monoculturas industriais de árvores com os problemas da terra, a biodiversidade, o modelo energético, os direitos humanos e a violência.

Em decorrência disso, preparou-se um documento que junto com uma carta, os aproximadamente 200 participantes entregaram pessoalmente no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e também na Secretaria Nacional de Planejamento. Num trajeto que durou aproximadamente 4 horas por ruas do centro da cidade de Belo Horizonte, os participantes entregaram centenas de folhetos que acompanharam com uma clara afirmação: Chega de Eucalipto! Queremos reforma agrária! Se o campo não planta, a cidade não janta!

Na carta endereçada ao governo do Estado de Minas Gerais se exige a reparação de um conjunto de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais diretamente violentados pelos plantios industriais de árvores em grande escala, seja pra celulose, seja pra siderurgia. Além disso, dão-se pautas de reivindicações, como a devolução para as comunidades de 280 mil ha. de terras públicas que foram arrendadas para empresas privadas, com programa de reconversão agroextrativista.

No documento que denominaram "Manifesto contra o deserto verde e a favor da vida", as comunidades adotam uma posição sobre o desastre sócio-ambiental causado nos últimos 35 anos pela monocultura de eucalipto e pinus, integrado aos complexos siderúrgico e de celulose, atingindo diversos ecossistemas e populações de su território, empobrecendo sua diversidade biológica, social e cultural, causando expropriação, desemprego, êxodo e fome.

Neste sentido, a Rede afirmou: **MONOCULTURAS NÃO SÃO FLORESTAS!**

As populações atingidas reivindicaram do governo a criação de políticas públicas que recuperem esse passivo socioambiental desastroso e incentivem ações que fortaleçam as diversidades biológicas, culturais e agroecológicas.

Talvez o mais importante desse Encontro e o mais difícil de transmitir através do presente artigo é a força de convicção e a alegria que se manteve nas expressões de todos e todas as participantes. A força de convicção de que não será possível uma verdadeira mudança social sem a eliminação das monoculturas em grande escala, e a alegria de saber que comunidades do Brasil e de muitas partes do mundo estão nesse caminho. (Boletim do WRM Nº 82, maio de 2004).

Brasil: Mais celulose para exportação gera mais exclusão

Iniciou-se no Norte do Espírito Santo, Extremo Sul da Bahia e Nordeste de Minas Gerais, um novo ciclo de aumento da produção de celulose de eucalipto para exportação, com a inauguração em 2002 da nova fábrica da Aracruz Celulose. Essa empresa elevou sua produção anual de celulose de 1,2 para 2,0 milhões de toneladas, com previsão de chegar a 2,4 milhões de toneladas. A Veracel Celulose, de propriedade da Aracruz e da sueco-finlandesa Stora Enso, está construindo sua primeira fábrica de celulose de eucalipto, a maior do mundo, com uma capacidade produtiva de 900 mil toneladas ao ano. A Bahia Sul Celulose, de propriedade da Suzano Papel e Celulose, triplicará sua produção anual de celulose e pretende chegar a 1,7 milhões de toneladas. A Cenibra, do grupo japonês Japan Brazil Paper and Pulp, duplicará sua produção anual para 1,7 milhões de toneladas.

Com estes aumentos, a região que já contava com a maior produção do Brasil de celulose de eucalipto para exportação, irá aumentar sua produção anual de 2,7 milhões de toneladas para 6,7 milhões de toneladas de celulose.

As fábricas de celulose surgem na região como símbolos do desenvolvimento e do progresso, prestigiadas nas suas inaugurações por presidentes da república. No entanto, muitas questões chamam a atenção como:

- o volume gigantesco de investimentos públicos na construção de uma fábrica de celulose. A nova fábrica da Aracruz consumiu cerca de R\$ 1 bilhão (US\$ 310 milhões) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES emprestou

cerca de R\$ 1,5 bilhões (US\$ 470 milhões) para Veracel construir sua nova fábrica.

- a geração direta de empregos é pequena, comparada com o volume de investimentos; no caso da nova fábrica da Aracruz, extremamente automatizada, apenas 173 empregos foram criados num país com um desemprego alto.

- a promessa de emprego na construção de uma fábrica de celulose atrai um grande número de trabalhadores para a região. Muitos deles, mesmo sem conseguir trabalho, acabam ficando. Com a falta de outras opções de emprego e de infra-estrutura local, é comum constatar um aumento de problemas sociais nas comunidades vizinhas às fábricas de celulose como a fome, a violência, o uso e tráfico de drogas e a prostituição infantil.

- as tecnologias e máquinas principais do processo de fabricação de celulose e corte de eucalipto são importadas da Noruega, Finlândia, Suécia, Suíça e Alemanha, de empresas como Andritz-Ahlstrom, Kvaerner, Metso, Jaakko Poyry, ABB, Siemens e Voith Paper. Portanto, não é surpreendente que o European Investment Bank (EIB) e o Nordic Investment Bank (NIB) tenham financiado, por exemplo, a construção da fábrica da Veracel com respectivamente US\$ 80 milhões (EIB) e US\$ 70 milhões (NIB). Vale ressaltar que cerca de 95% da celulose produzida é exportada novamente para os países do Norte, sobretudo para Europa, e se destina, majoritariamente, à produção de papéis descartáveis.

- o consumo de água é muito alto; as três fábricas da Aracruz, por exemplo, consomem 248.000 m³ por dia. Isto significa aproximadamente o consumo de água de uma cidade com 2,5 milhões de habitantes, considerando um consumo de em média 100 litros por pessoa por dia. Para isso, a empresa desviou três rios na região e construiu, sem respeitar a legislação ambiental, um canal que traz água de um rio interestadual. E tudo isso sem pagar um centavo pela água.

- apesar da introdução de tecnologias ambientalmente menos prejudiciais, a Aracruz Celulose em 2002 ainda produziu 203,8 mil

toneladas de celulose com o uso de cloro elementar para branquear o produto, provocando a formação de organoclorados, produtos extremamente tóxicos, como a dioxina.

- a exportação da celulose garante às empresas isenção do principal imposto, o ICMS, levando, por exemplo, à situação contraditória e preocupante no Espírito Santo onde o governo do Estado deve 266 milhões de reais (US\$ 84 milhões) à empresa Aracruz.

- iniciou-se também um novo ciclo de expansão das plantações de eucalipto na região para garantir matéria prima para as novas fábricas. Assim, o plantio de monoculturas de árvores ganhou prioridade sobre o reflorestamento tão necessário com espécies nativas. Centenas de produtores rurais perderam seu sustento e emprego porque as terras onde trabalhavam e moravam foram compradas pelas empresas. A reforma agrária ficou gravemente prejudicada numa região com mais de 7000 famílias sem terra acampadas e esperando por terra.

Estes e outros fatores mostram como a produção de celulose em larga escala beneficia principalmente as empresas de eucalipto e um grupo pequeno de trabalhadores permanentes, além de empresas, bancos e consultores europeus. Os grandes prejuízos, direta e indiretamente, são para as comunidades locais o que levou à criação, há cinco anos, da Rede Alerta contra o Deserto Verde: uma resistência articulada de comunidades locais, movimentos rurais e entidades de apoio, que lutam contra este novo ciclo de expansão que fortalece a lógica desigual e excludente de um modelo de desenvolvimento imposto à população. (Por: Winfried Overbeek, Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

Brasil: O "desenvolvimento" trazido por uma fábrica de celulose

Em 1972, no Estado do Rio Grande do Sul, a poucos quilômetros da cidade de Porto Alegre, no município de Guaíba e sobre o rio do mesmo nome, o grupo norueguês Borregaard estabeleceu uma fábrica de celulose que foi fechada em 1975 em decorrência de pressões públicas contra a poluição que estava causando. Nesse momento, a fábrica foi comprada pela Klabin e aberta novamente sob o nome Riocell.

A fábrica utilizava cloro elementar para o branqueamento da celulose, o que gerou grande poluição no rio Guaíba, que fornece água potável à cidade de Porto Alegre. No entanto, foi com dinheiro público obtido através de um empréstimo do BID de 170 milhões de dólares, que o Estado teve que realizar trabalhos para despoluir a bacia do rio.

Em 2002 a companhia mudou o tipo de procedimento de branqueamento, e passou a utilizar o ECF (livre de cloro elementar). No ano seguinte, em 2003, a Riocell foi comprada pela Aracruz Celulose S.A. A fábrica produz celulose branqueada destinada à exportação, abastecida com os eucaliptos das 40 mil hectares de plantações que possui em um raio de 85 quilômetros e que também adquiriu ao comprar a fábrica.

A Aracruz Celulose S.A. também é a proprietária no Estado do Espírito Santo, da maior fábrica de celulose branqueada de eucalipto do mundo, com uma capacidade de produção anual de 2 milhões de toneladas. O empreendimento se estabeleceu cerceando os direitos dos indígenas locais tupiniquim e guarani, já que ocupa terras ancestrais dessas comunidades, que desde essa época têm estado suportando uma longa luta contra a empresa.

No Rio Grande do Sul, a companhia realizou em 2004 grandes investimentos na fábrica Unidade Guaíba (antiga Riocell), com o fim de revitalizá-la. Além de inaugurar grandes e novas instalações em finais de julho desse ano, a companhia lançou um programa florestal no Estado do Rio Grande com o fim de incrementar as plantações de eucaliptos. Atualmente, a fábrica possui uma capacidade de produção de 400.000 toneladas anuais de celulose branqueada.

No marco do Fórum Social Mundial, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) organizou uma visita à referida fábrica, com o fim de realizar uma pesquisa de campo sobre os impactos que o empreendimento tem tido no meio.

Um grupo de 27 representantes de diferentes organizações de uma dezena de países do mundo participou da experiência e visitou a área circundante à fábrica, conversando com os vizinhos e percorrendo o local para verificar suas condições.

No final, os participantes apresentaram tanto os depoimentos recolhidos, quanto suas impressões. A opinião unânime foi que a situação dos arredores da fábrica –antigamente um pitoresco balneário chamado "Alegria", é atualmente deplorável: a impressão geral não é, com certeza, a de um povo que se distinga por sua prosperidade, os arredores da fábrica aparecem poeirentos e a costa é um lamaçal oleoso e abandonado, de águas turvas e, perto da fábrica, quentes. Conforme dizem @s vizinh@s, há até peixes mortos flutuando nelas.

Do depoimento d@s vizinh@s surgiu que estão obrigad@s a viver no meio de ruídos persistentes as 24 horas ao dia pelo intenso trânsito de caminhões, o que altera seu sonho e às vezes acaba em casos de perturbações nervosas. Também devem suportar o intenso mau cheiro que até chega a prejudicar o intercâmbio social com pessoas de outras áreas que não estão acostumadas a ele. Apontou-se um alto índice de quadros alérgicos, especialmente em crianças, que afetam principalmente o sistema respiratório.

Quanto ao emprego, disseram que houve um auge com a construção da fábrica, e talvez em algumas obras de ampliação. Apesar disso, grande parte da mão de obra foi trazida do nordeste brasileiro, e uma vez acabada a construção, os trabalhos diretos cessaram e os indiretos diminuíram. A fábrica é boa apenas para os que têm trabalho nela. E não são muitos. As diferenças sociais são grandes. De outro lado, a pesca artesanal, uma importante fonte de trabalho local, foi prejudicada porque os peixes começaram a ter mau gosto e as pessoas deixaram de comprá-los. Os pescadores agora têm que ir bem mais longe para pescar, perto do mar.

A queda permanente de um polvilho branco que dana sobretudo os veículos foi um outro dos efeitos comentados.

Evidentemente, a presença dos visitantes foi percebida na empresa, rodeada por altas cercas. Logo, uma caminhonete com seguranças começou a circular muito devagar, detendo-se às vezes e olhando direta e inquisitoriamente os integrantes espalhados em grupos, que conversavam aqui e lá com diferentes pessoas da vizinhança.

Alguns vizinhos e vizinhas souberam desfrutar do local quando era um bonito balneário de águas transparentes ao que chegavam

embarcações carregadas com pessoas desde Porto Alegre. Depois, com a fábrica de celulose desembarcou o "desenvolvimento". Promessas ocas que os deixaram cheios de fumaça, poeirada, ruído e mau cheiro. Trabalho, pouco. Com certeza, muit@s terão agora saudade da antiga Alegria. (Por: Raquel Núñez, Boletim do WRM Nº 91, fevereiro de 2005).

Chile: Projeto florestal ameaça produção de vinhos

Durante décadas no vale do Itata, pequenos e médios proprietários têm desenvolvido atividades econômicas baseadas na produção de vinhos e têm conseguido obter "denominação de origem" para a produção de vinhos finos de exportação. Com o trabalho de muitos anos eles têm conseguido desenvolver uma atividade que tem enorme potencial econômico e social.

Em janeiro de 2000 a COREMA (Comissão Regional do Meio Ambiente) da VIII Região decidiu rejeitar a instalação do projeto "Complejo Forestal Industrial Itata" (Complexo Florestal Industrial Itata) que se localizaria nesse mesmo vale e que abrange atividades vinculadas ao setor florestal, entre as que estão a instalação de uma fábrica de celulose no vale do Itata. A razão fornecida para a rejeição foi que esse projeto geraria impactos ambientais negativos. A empresa que propôs o projeto, a Celulosa Arauco y Constitución S.A. pertence ao grupo Angelini, um dos mais poderosos do país.

Utilizando os mecanismos que lhe outorga a lei, a Celulosa Arauco apelou da decisão perante a instância superior, a CONAMA (Comissão Nacional do Meio Ambiente). De acordo com a Lei de Bases do Meio Ambiente, em situações desse tipo, o órgão encarregado finalmente de resolver a viabilidade ambiental do projeto é o Conselho de Ministros, instância superior da CONAMA. Para decidir de forma adequada, o Conselho de Ministros tem o apoio do Conselho Consultivo, órgão de consulta, que na teoria inclui representantes de diferentes setores –organizações não governamentais, cientistas, centros acadêmicos independentes, trabalhadores, empresários e governo–. Na realidade, seus representantes não são eleitos democraticamente pelas próprias organizações, mas são nomeados pelo Presidente da República.

Surpreendentemente, o Conselho Consultivo decidiu recomendar ao Conselho de Ministros a aprovação ambiental desse projeto. Qual a explicação para isso? Vários serviços públicos, além de um Painel de Expertos da Universidade Católica contratado especialmente para analisar o projeto, têm opinado que a instalação da fábrica de celulose no vale do Itata é incompatível com a atividade econômica que se desenvolve atualmente na área: a vitivinicultura. A instalação do projeto produziria um conflito entre duas atividades econômicas incompatíveis: a existente vitivinícola-turística, versus a florestal-industrial.

Por outro lado, desde o começo esse projeto tem sido fortemente rejeitado nas cinco comunas próximas ao local de instalação do Complexo Itata (Ranquil, Coelemu, Trehuaco, Quillón e Portezuelo). Essa oposição não é por acaso e se baseia em que a instalação de uma fábrica de celulose é altamente poluente, já que no processo industrial de produção de celulose se usam compostos químicos clorados que são considerados compostos tóxicos perigosos e além disso se geram "dioxinas" que são substâncias mutagênicas, as que aumentam a probabilidade de desenvolver câncer. Ou seja, se gerariam sérios impactos ambientais, além de prejuízos à saúde e à qualidade de vida das pessoas que moram nesse vale.

Uma alegação comum desse tipo de empreendimentos é a geração de emprego, tão escasso em nosso país atualmente. Apesar disso, também nesse sentido a recomendação do Conselho Consultivo não resulta compreensível, já que atualmente existem 3.000 empregos fixos na área, em decorrência da atividade vitivinícola, contra 1.200 empregos que poderia chegar a gerar a instalação do Complexo Florestal Itata em todas suas atividades.

Essa situação apresenta muitas interrogações. O que é que está sendo avaliado realmente? A capacidade de exercer pressão e influência de um dos grupos econômicos mais importantes do país ou o impacto ambiental do projeto? São consideradas realmente as comunidades e as economias locais no momento de decidir o que é melhor para elas?

Toda a responsabilidade está em mãos do Conselho de Ministros. Sua decisão indicará na realidade qual é efetivamente a política

ambiental e econômica do atual governo. (Por: Flavia Liberona, Boletim do WRM Nº 40, novembro de 2000).

Chile: Florestamento e celulose geram pobreza e indigência

No mundo inteiro as plantações florestais e a instalação de fábricas de produção de celulose são promovidas pelos governos, utilizando entre seus argumentos que essas atividades geram emprego. No entanto, a realidade mostra a falsidade desse argumento.

No começo de 2002 recebemos um relatório de uma pesquisa que levou a cabo a economista Consuelo Espinosa, pesquisadora da Fundação TERRAM do Chile, titulada "Evaluación de los impactos de la producción de celulosa" (Avaliação dos impactos da produção da celulose). Achamos que é muito interessante compartilhar algumas das conclusões às que se chegou nesse estudo. Nós vamos fazer referência a alguns impactos sociais do setor das plantações e da celulose no Chile, mencionados no estudo, mas aconselhamos a leitura da versão completa do mesmo (vide Referências).

O estudo contribui com informação que permite concluir que a instalação de fábricas de celulose no país não tem contribuído com a diminuição da pobreza nem com a melhoria dos níveis de vida naquelas regiões, e inclusive comunas, onde estão localizadas. Portanto, o crescimento dessa indústria no país não está de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Apesar de que a ocupação florestal nas regiões VII, VIII, IX e X é mais importante do que em outras regiões do país, isso não significa que a indústria florestal tenha gerado crescentes postos de trabalho. Especificamente na indústria da celulose foi evidenciada uma contínua capitalização, isto é, uma crescente substituição do fator trabalho por capital. Isso implica que por cada unidade adicional de produto elaborado se utiliza cada vez menos mão-de-obra. Isto é, a indústria gera cada vez menos empregos.

Por outro lado, o estudo menciona que ao analisar os níveis de pobreza nas regiões florestais, especificamente onde estão instaladas as

fábricas de celulose e onde estão localizadas as maiores extensões de plantações, evidencia-se que essas regiões possuem os maiores índices de pobreza do país.

Além disso, ao analisar os níveis de pobreza a nível comunal, é possível observar que em aquelas comunas onde estão localizadas fábricas de celulose e para as que existe informação disponível, a taxa de pobreza (pobres e indigentes) entre 1994 e 1998 tem aumentado em média mais de 29%.

O maior crescimento nesse sentido foi experimentado pela comuna de Constitución, onde a taxa de pobreza aumentou 20 pontos, passando de 29,6% para 49,9%. Na comuna de Nacimiento cresceu pouco mais de 26%, fazendo com que o nível de pobreza atingisse 43,9% da população. Nas duas comunas, a taxa de pobreza ultrapassa a taxa nacional duas vezes.

É importante salientar que nas duas comunas supra (Constitución y Nacimiento) há grandes fábricas produtoras de celulose e papel estabelecidas, tais como a Celulosa Arauco y Constitución SA na comuna de Constitución, pertencente ao grupo Angelini, e na comuna de Nacimiento o consórcio CMPC (Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones), pertencente ao Grupo Matte.

O que antecede permite constatar que o nível de desempenho das indústrias de celulose não tem contribuído com a melhoria do nível socioeconômico das comunas onde estão estabelecidas. O que é pior ainda, também não tem contribuído a minimizar os níveis de pobreza existentes nas diferentes áreas.

O Chile possui aproximadamente 2 milhões de hectares florestadas e é apresentado ao mundo como "o modelo florestal" a ser seguido. À luz dos dados supra, resulta claro que esse modelo florestal não soluciona mas também agrava os problemas existentes. Tanto o governo chileno como os muitos outros que continuam promovendo essa atividade devem saber que não podem continuar mentindo às pessoas sobre as supostas "bondades" desse modelo florestal, que apesar de gerar enormes riquezas para alguns grandes grupos econômicos, somente gera maior pobreza e indigência para as populações locais. (Boletim do WRM N° 52, novembro de 2001).

Chile: Algo cheira mal no sul

Depois de 22 meses de construção e com um atraso de quase cinco anos de acordo com o programado pela Celulosa Arauco y Constitución (Celco), filial florestal do Grupo Angelini, no passado 30 de janeiro, Alejandro Pérez, Gerente Geral da Celco, anunciava o início da produção de seu "Histórico Investimento": a Fábrica Valdivia na Região dos Lagos. O atraso deveu-se à resistência de organizações da sociedade civil, ecologistas, indígenas, camponesas e particularmente dos moradores da localidade costeira Mehuin, os que por mais de três anos mobilizaram-se com sucesso para impedir que a Celco levasse seus resíduos líquidos à baía de Maiquillahue.

Não tinha transcorrido um mês de iniciado o funcionamento e as comunidades vizinhas queixaram-se pelos insuportáveis cheiros que provinham da fábrica de celulose: San José de la Mariquina pelo Oeste (a aproximadamente 10 Km da fábrica), Lanco e Loncoche pelo Norte (aproximadamente 30 Km) e Valdivia pelo Sul (aproximadamente 60 Km), dependendo da direção dos ventos, sentiam-se agredidas pela fetidez do monstro de Arauco.

O projeto original contemplava a construção e operação de uma fábrica para a obtenção de 550 mil toneladas anuais de celulose *kraft* branqueada de pinheiro radiata e eucalipto que requererá 2,24 milhões de m³ e 563.000 m³ respectivamente, equivalentes a aproximadamente 5.000 hectares ao ano. O sistema de branqueamento é o ECF (livre de cloro elementar), que é promovido de forma enganosa, tentando fazer crer que o processo não usa cloro (neste caso se usará dióxido de cloro), que não é o sistema TCF (totalmente livre de cloro). A vida útil do projeto é de mais de 20 anos, considerando um investimento de USD 1.045 milhões.

O volume dos impactos de acordo com os dados da Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) podem apreciar-se na informação que entrega a própria empresa. Em emissões na atmosfera se lançarão no ar 2,4 ton/dia de Material Particulado; 3,04 ton/dia de dióxido de enxofre (SO₂); 4,69 ton/dia de óxidos de nitrogênio (Nox) e 0,25 ton/dia de compostos de enxofre reduzido (TRS), responsáveis pelo cheiro característico do processo de produção da celulose. Em despejo de

resíduos líquidos, 900 litros /seg (RILES) e 250 lit/sg de águas de esfriamento; no total, 1145 litros/sg despejados no rio Cruces. Além disso, geram-se 1450 m³/mês de lama provinda do tratamento terciário de Riles e 40.100 m³/ano de outros resíduos sólidos.

O problema não é constituído apenas por mal cheiro. O que começou com denúncias da comunidade afetada pelos cheiros nojentos levados pelo vento, acabou com uma série de irregularidades. Com lentidão e certo atraso, as autoridades ambientais e sanitárias começaram ações de fiscalização perante as repetidas protestas dos moradores. As evidências foram evidentes e se determinou que a empresa não tinha sistema de controle, abatimento e monitorização dos gases, ao tempo que iniciou suas fainas em fevereiro passado sem contar sequer com a recepção municipal de obras, pago de patentes e autorizações sanitárias, infringindo de forma flagrante a resolução ambiental do projeto.

Além disso, a empresa foi surpreendida com ductos adicionais que despejam resíduos industriais líquidos que não foram incluídos no EIA. Cabe mencionar que os resíduos industriais líquidos da fábrica são despejados no leito do rio Cruces, o que constitui o principal curso de água do Santuario de la Naturaleza del Río Cruces, sítio protegido pela convenção RAMSAR e a cujo cuidado ambiental o governo de Chile se comprometeu.

A empresa continua vendendo ilusões. O seguinte faz parte das promessas ambientais da Arauco perante a oposição que desde 1995 têm feito organizações da sociedade civil. "A fábrica utilizará a mais moderna tecnologia para produzir celulose branqueada" ou "A tecnologia utilizada resolve os problemas com efluentes líquidos, resíduos sólidos e gases". Em outras partes é mais específica: "a cor do efluente não será perceptível" e será "uma fábrica sem problemas de cheiros". "As emissões de TRS não serão detectáveis pelo olfato humano nos locais povoados próximos ao lugar do projeto". (Avaliação do Impacto Ambiental. Projeto Celulosa Valdivia, agosto de 1997). "O projeto Valdivia usará a última e melhor tecnologia ambientalmente disponível, o que a transforma numa das três melhores fábricas de celulose do mundo". (Mario Urrutia, gerente de engenharia do projeto. *Jornal Estrategia*, 1996.)

Transcorridos cinco meses de funcionamento, os fatos revelam a falta de seriedade das promessas assumidas pela empresa. O Serviço de Saúde iniciou duas indagações que acabaram com uma multa máxima como sanção por 1000 UTM (USD 48.000 aproximadamente) por infrações ao Código Sanitário, enquanto a Comissão Regional do Meio Ambiente (COREMA) impôs duas multas, uma delas por 500 UTM (USD 24.000) e outra por 400 UTM (USD 19.000 aprox.) por descumprir a Resolução Ambiental. Por outro lado, a Municipalidade de San José de la Mariquina, onde está localizada a fábrica, fechou as instalações por não ter recepção municipal das Obras, nem a patente industrial que a autoriza para funcionar nesse território. A medida durou apenas uma semana. Pessoas e organizações da sociedade civil apresentaram também um Recurso de Proteção nos Tribunais de Valdivia, onde é requerida a paralisação das fainas da fábrica, até que sejam outorgadas garantias aos requerentes e em geral aos habitantes da província de Valdivia, que a acusada cumprirá fielmente com as medidas de mitigação e monitorização da poluição ambiental, prometidas na Resolução de Impacto Ambiental. Até hoje a decisão está pendente.

Do que antecede é possível extrair algumas conclusões:

- A Celco continua mentindo, já que o projeto que foi avaliado e resolvido pelas autoridades era de 550 mil toneladas/ano e no momento de iniciar sua operação se anuncia uma fábrica de 700 mil toneladas/ano sem qualquer modificação da qualificação ambiental.
- A única forma de legitimar politicamente e socialmente projetos deste tamanho é sobre a base da desinformação e fazendo ofertas enganosas a respeito dos impactos ambientais e sociais.
- O poder de empresas com a Celco é tão grande que atuam com total impunidade, fazendo funcionar um investimento de mais de USD 1000 milhões, sem ter as autorizações correspondentes e sem respeitar os compromissos e normas ambientais. As Multas são tão irrisórias que ficam incorporadas nos custos operacionais. Por outro lado está o Estado que permite e facilita a instalação destes megainvestimentos e não tem capacidade técnica nem vontade política para colocar limites reais a esses projetos.

- O conjunto de fatores econômicos e políticos que rodeiam esses megaprojetos indicam que uma vez instalados, não é possível mitigar os impactos ambientais e sociais que são inerentes ao negócio.

- Experiências como essas demonstram que no Chile os grandes projetos de investimento colocam em risco o ambiente, a saúde das pessoas e a sustentabilidade. Por sua vez, o povo já não confia nesse tipo de investimentos, cujos efeitos são verificados com o início das operações de cada um deles. A crescente oposição a esses projetos evidencia-se nos sucessivos conflitos ambientais que confrontam interesses econômicos ambientalmente inescrupulosos e comunidades que não aceitam sofrer novas injustiças ambientais. (Por: Lucio Cuenca Berger, Boletim do WRM N° 83, junho de 2004).

Chile: Morte em zona úmida por poluição de fábrica de celulose

O Santuário da Natureza Carlos Anwandter no Rio Cruces, é o Sítio que o Chile incorporou em 1981 como zona úmida de Importância Internacional ao aderir à Convenção Ramsar, Convenção relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Hábitat de Aves Aquáticas. Alberga grande diversidade de espécies de flora e fauna, especialmente de cisnes-de-pescoço-preto (*Cygnus melancoryphus*), uma ave migratória ameaçada. O Santuário e seus cisnes fazem parte da identidade e imagem dos povoadores da cidade próxima de Valdivia, estreitamente ligados à paisagem fluvial.

Em finais do mês de outubro de 2004 acendeu-se o alarme público com a aparição de dezenas de cisnes-de-pescoço-preto mortos ou desnutridos, cegos e com alterações neurológicas evidentes que não lhes permitiam voar. Identificou-se que a razão do acontecido é que as algas elódeas (*Egeria densa*), com as que se alimentam os cisnes, aparentemente estão sendo afetadas por poluentes. Esse desastre também afeta as taguás (ave da região), os ratões-do-banhado (roedores vegetarianos) e diferentes tipos de peixes que também foram achados mortos.

Apesar de que ainda não foi dada uma resposta concludente sobre as causas deste desastre, o único evento relevante ocorrido sobre o

Rio Cruces no último ano e que pudesse explicar essa drástica mudança do ecossistema, é a entrada em funcionamento da Fábrica de Celulose Valdivia da companhia Celulosa Arauco (CELCO). Em fevereiro de 2004, essa fábrica de celulose começou a funcionar 15 Km rio acima da zona úmida protegida.

Localizada na comuna San José de la Mariquina, província de Valdivia, e com um investimento inicial de mil milhões de dólares, essa fábrica, com uma produção anual de 850.000 toneladas de celulose *kraft*, foi apresentada ao país como uma empresa modelo. Era a primeira em ser submetida a um Sistema de avaliação do impacto ambiental (Seia), estabelecido na Lei 19.300 sobre bases gerais do meio ambiente e uma das poucas no mundo com um sistema de tratamento terciário para a evacuação de fluidos, conforme seus executivos. A resolução ambiental que a aprovou, assegurava que as emissões de enxofre total reduzido (TRS) –o característico "cheiro de ovo podre" das fábricas de celulose– não seriam detectadas pelo olfato humano. Quando muito, estimava-se um alcance de 500 metros.

Apesar disso, desde 1996, diferentes organizações ecologistas e cidadãos se opuseram à instalação da CELCO. Advertiram fundamentadamente sobre os impactos que esse projeto poderia ter e especialmente as conseqüências dos vertidos de resíduos líquidos industriais (Riles). Não foram escutadas pelas autoridades políticas, seduzidas pela possibilidade de inaugurar uma grande companhia.

Hoje, a menos de um ano de sua colocação em funcionamento, os impactos negativos no meio ambiente têm turvado qualquer benefício que pudesse ter trazido à economia regional. O que começou nos primeiros meses deste ano com denúncias e protestações da comunidade de Valdivia, afetada pelos cheiros nojentos levados pelo vento, continuou em agosto com uma emergência ambiental na Oitava Região, depois do derramamento de sulfato de terebintina que afetou, entre outros, os povoadores de Lota, localizada a 30 km da fábrica, onde as aulas foram suspensas porque os alunos sentiram forte enjôo, dores de cabeça e vômitos. Depois da colocação em funcionamento da fábrica, em outros povoados próximos como Lanco, Máfil e San José de la Mariquina, as pessoas começaram a realizar consultas médicas por dores de cabeça, náuseas e irritação nos olhos.

As fortes emanações de cheiros ultrapassam de longe os 50 quilômetros, e chegam inclusive à cidade Valdivia. A CELCO já tem sido sancionada pelo Serviço de Saúde de Valdivia, pela Prefeitura de San José de la Mariquina e pela CONAMA (Comissão Nacional do Meio Ambiente) da Décima Região.

As autoridades ambientais detectaram graves irregularidades na construção e operação da fábrica e nas emissões de resíduos líquidos e gasosos que demonstram descumprimentos nos volumes estabelecidos no Estudo de Impacto Ambiental aprovado pelas autoridades chilenas. Foi identificado, entre outras coisas, um ducto clandestino e vertidos diretos no Rio Cruces de rebalsamentos da piscina de emergências de riles sem tratar e de 50 litros por segundo de águas de refrigeração a altas temperaturas, através do coletor de águas de chuva.

Além de tudo isso está a mortandade de cisnes-de-pescoço-preto. Perturbados pelo desastre ecológico que afeta as zonas úmidas do Rio Cruces e decepcionados pela lentidão com a que têm atuado as autoridades perante esse evento, os povoadores da região organizaram em 14 de novembro uma passeata e uma original caravana fluvial na que participaram mais de 1.500 pessoas e em 16 de novembro uma assembléia de cidadãos à que assistiram outra 500 pessoas. A reclamação foi unânime: aplicando o princípio preventivo consagrado na legislação ambiental, deter o funcionamento da Fábrica de Celulose para eliminar os vertidos poluentes que supostamente estão causando a perda do patrimônio ecológico no Rio Cruces, enquanto não seja descartada sua eventual responsabilidade pelas mortes no Santuário.

A morte massiva de cisnes e os impactos sobre o ecossistema do Santuário da Natureza eram evitáveis. (Boletim do WRM N° 89, dezembro de 2004).

Colômbia: O insustentável modelo da Smurfit

Em 1998, o escritor Joe Broderick concluiu uma pesquisa sobre a empresa Smurfit Cartón de Colômbia, publicando seu livro "El imperio de cartón: impacto de una multinacional papelera en Colombia (O império do papelão: impacto de uma multinacional do papel na

Colômbia). Nele são documentados em detalhe os sérios impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da filial da transnacional irlandesa Jefferson Smurfit nesse país.

A atividade da empresa no país começou em 1957 quando foi criada a Celulosa y Papel de Colombia S.A. (Pulpaapel), integrada pela Cartón de Colombia, a Container Corporation of America, uma subsidiária da Mobil e o Instituto de Fomento Industrial (IFI), que depois vendeu suas ações à Cartón de Colombia, quando a empresa passou a chamar-se Smurfit Cartón de Colombia, que por sua vez faz parte da multinacional Jefferson Smurfit Group, sediada na Irlanda. Essa empresa é uma das maiores produtoras de embalagens de papel do mundo, e opera em vinte países.

A Smurfit é responsável dos danos ambientais como o corte da selva no Chocó, a poluição hídrica no rio Cauca e a poluição atmosférica na cidade de Yumbo, onde está localizada sua principal fábrica. A isso se acrescentam os impactos sociais e ambientais das vastas plantações de árvores destinadas a fornecer matéria-prima para sua fábrica de celulose em Yumbo.

Em novembro de 2003, o WRM foi convidado por organizações colombianas a percorrer a região afetada pelas plantações de pinheiros e eucaliptos da Smurfit, para poder observar de perto a problemática e ouvir a opinião da população local de forma direta. A visita não só confirmou amplamente a informação fornecida por Broderick, mas também mostrou que a empresa não mudou em absoluto a sua política em relação às pessoas e o ambiente, e que seu relacionamento com a sociedade local continua tão problemático quanto na época da publicação desse livro.

Nada disso podia chamar a atenção, já que os impactos provocados na vizinha Venezuela por uma filial dessa mesma empresa já tinham sido inventariados pelo WRM, por ocasião de uma visita similar, em dezembro de 1998, à área de plantações da Smurfit Cartón de Venezuela. Em artigo escrito a partir dessa visita concluímos que "o modelo de 'desenvolvimento' implementado pela Smurfit no Estado de Portuguesa é insustentável, tanto do ponto de vista social quanto ambiental".

Poderíamos dizer algo similar sobre os impactos na Colômbia, onde a empresa tem estado envolvida em processos de desmatamento, provocando impactos na água, na fauna e na flora, e onde tem sido fator fundamental na expulsão da população rural das áreas onde se estabeleceu. Todas essas coisas –e muito mais– surgem das entrevistas do WRM com moradores locais, realizadas no mês passado.

A população local disse que "as plantações acabaram com a água", que "a fumigação estraga tudo quanto existe no solo", que "quase não há fauna", que antigamente havia "nuvens de pássaros" e que "agora só no verão aparece algum pássaro, mas no inverno não", e que "o peixe também acabou".

Quanto ao serviço, eles informaram que "o trabalho todo é feito de empreitada" (por empreiteiros) e que "o contrato implica trabalhar como duas pessoas e cobrar como uma". Como acontece na selva, ali apenas sobrevive o mais forte: "se a gente não atinge o rendimento, é mandado embora, a pessoa não pode ter mais de 40 anos de idade e todos devem ser fortes para atingir esse rendimento". No que diz respeito à organização dos trabalhadores, além de não existir um sindicato, "quem espernear está fora" e "aqui não se fala mais nisso".

Apesar de tudo isso, a empresa recebe uma série de benefícios. Alguns deles são absurdos. Por exemplo, através dos Certificados de Incentivo Florestal (CIF), estabelecidos em 1993 como "um reconhecimento do Estado colombiano às externalidades positivas do reflorestamento a respeito dos benefícios ambientais e sociais gerados", permite-se que os projetos de plantação com espécies introduzidas recebam os mesmos benefícios que aqueles onde se usem espécies de árvores autóctones, contanto que "seja demonstrado como resultado de estudos científicos ou de pesquisa aplicada que a espécie apresenta qualidades excepcionais para povoar e conservar e regular águas". Levando em conta os provados impactos negativos que as monoculturas florestais com espécies de rápido crescimento têm sobre a dinâmica da água nas bacias, o que antecede é difícil de imaginar. No entanto, a empresa consegue que os estudos o "demonstrem" e se beneficia com os CIF. Nesse sentido, a página da web da empresa diz: "Recentes estudos socioeconômicos, realizados

por organizações independentes e qualificadas academicamente, mostram o impacto favorável da atividade reflorestadora da Empresa nas áreas rurais e nos trabalhadores vinculados às florestas cultivadas".

A Smurfit também é beneficiária de diferentes tipos de isenções de impostos para promover o que erroneamente a legislação chama de "reflorestamento". Como exemplo: um desconto de 20% no imposto de renda gerada pelas novas plantações, uma dedução de 80% do valor imputável sobre a venda dos produtos da colheita de madeira aos efeitos do pagamento de impostos, e a isenção de impostos sobre o fornecimento de serviços técnicos relacionado com as plantações florestais, estabelecida pela Lei de Orçamento de 1995.

A orientação da política florestal na Colômbia é alarmante por diferentes motivos. Enquanto por um lado não existe uma proteção efetiva da enorme diversidade florestal existente em seu vasto território, afetada além disso pelas atividades de plantação de cultivos ilícitos e sua repressão, por outro lado se fomentam as monoculturas, que são uma causa direta do desmatamento e degradação das florestas, tanto na Colômbia quanto no resto do mundo. Além disso, se aprovam medidas legislativas feitas sob medida para a Smurfit e os grandes "reflorestadores", enquanto os agricultores, especialmente os minifundiários, são deixados livrados aos avatares do mercado e às condições atmosféricas.

Tudo isso com o único objetivo de produzir mais e mais papelão para embalagens. (Boletins do WRM Nº 43, fevereiro de 2001 e Nº 77, dezembro de 2003).

Uruguai: Porto madeireiro privado financiado pelo BID incluirá fábrica de celulose?

O departamento de Rio Negro (Uruguai), localizado no litoral este do rio Uruguai, possui atualmente 70.510 hectares de plantações (principalmente de eucalipto), o que faz com que seja um dos departamentos com mais monoculturas florestais do país.

Há alguns meses se anunciou o lançamento de um novo projeto relacionado com o florestamento nesse departamento. O projeto consiste na instalação de um complexo portuário e industrial ("M'Bopicuá") sobre o rio Uruguai, aproximadamente 8 quilômetros rio acima da cidade de Fray Bentos. O objetivo do projeto é construir um porto privado (no país os portos tem estado até agora em mãos do Estado), em cuja área está prevista a instalação de máquinas "estilhaçadoras" (que esmiúçam a madeira em pequenas lascas). As lascas ("chips") seriam exportadas por via marítima para fábricas de celulose no exterior, enquanto o porto servirá de saída para a exportação de toda a produção madeireira e florestal do centro, norte e oeste do país, como uma via alternativa à atual saída principal desde o porto de Montevidéu.

O complexo será construído por uma companhia privada, a "Terminal de Logística de M'Bopicuá" (TLM), integrada por várias das empresas florestais mais importantes que operam no país. Entre elas estão a Eufores e a Las Pléyades (pertencentes à ENCE, companhia espanhola de fabricação de papel), a Forestal Oriental (*joint-venture* do Grupo Royal Dutch Shell e a UPM-Kymmene), e a Paso Alto, que é um Fundo de Investimento florestal nacional. Também faz parte do consórcio a empresa espanhola Fenosa, que tem expandido sua área de atividades a nível internacional. Trata-se portanto de um empreendimento levado a cabo principalmente por empresas multinacionais (com exceção da Paso Alto) sediadas na Espanha, no Reino Unido, na Holanda e na Finlândia.

Grande parte do financiamento do empreendimento estará a cargo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que vai contribuir com o montante de 23,1 milhões de dólares. De acordo com a Ficha de Impacto Ambiental e Social disponível no site do Banco, prevê-se a instalação de um polígono industrial focalizado na exportação de produtos florestais e não florestais ("ou de industrialização de madeira, mas com destino diverso da produção de papel").

A última frase ("mas com destino diverso da produção de papel") resulta suspeita demais. Efetivamente, de acordo com informação publicada na imprensa local, a ENCE, companhia espanhola de fabricação de papel, tem a intenção de instalar nesse mesmo local

uma fábrica de produção de celulose. A informação referida à instalação de uma fábrica de celulose também tem sido conferida por um diretor da empresa associada Unión Fenosa em declarações à imprensa. Em virtude dos conhecidos impactos ambientais desse tipo de atividade, sua inclusão no projeto, com certeza implicaria a exigência pelo BID de uma avaliação de impacto ambiental completa, com a conseguinte necessidade de abrir o assunto para consulta e participação públicas. Pode o BID garantir que depois de completado o Terminal nunca se construirá lá uma fábrica de celulose por um dos proprietários da mesma, neste caso a ENCE? Duvidamos que isso seja possível.

As forças locais de Fray Bentos, que no ano de 1997 formaram o Grupo MO.VI.T.DES ("Movimiento por la Vida, el Trabajo y un Desarrollo Sustentable") quando houve a intenção de instalar uma fábrica de celulose nesse local, opõem-se radicalmente à instalação desse tipo de indústrias por seu potencial altamente poluidor.

Deve salientar-se que uns 20 quilômetros rio abaixo da área onde a ENCE tem a intenção de instalar a fábrica de celulose, está o ponto turístico "Las Cañas" que permite que muitas famílias da área se ganhem a vida. Por sua vez, a tomada de água potável para a cidade de Fray Bentos está a apenas 8 quilômetros do projetado porto e complexo industrial. É evidente que tanto a atividade turística quanto a qualidade da água potável da cidade estariam gravemente afetadas por uma fábrica de celulose localizada a poucos quilômetros rio acima.

Ao mesmo tempo, as organizações locais apontam que, além da poluição que a instalação da fábrica geraria, haveria ao mesmo tempo mais um incentivo para a continuação da "plantação de monoculturas, e desse jeito vão deixar nosso país sem terras". É importante salientar a crescente oposição que as plantações de eucalipto estão gerando a nível local, devido aos impactos que já estão sendo percebidos. Em particular, na área de Cerro Alegre (no vizinho departamento de Soriano, onde a subsidiária do Grupo ENCE, a Eufores, tem uma de suas plantações), os agricultores locais têm denunciado o esgotamento das fontes de água das que dependem, ocorrida poucos anos depois da instalação dessas grandes monoculturas florestais na área.

A situação é preocupante demais, principalmente se levarmos em conta que duas das empresas que lideram o projeto (a Eufores e a Las Pléyades) são subsidiárias da companhia espanhola de fabricação de papel ENCE, que em seu país já foi denunciada pelos graves atos de poluição aérea e hídrica que tem provocado durante sua existência. As denúncias tem resultado em um processo judiciário, no que a organização local "Defensa da Ría" pede penas de até dois anos de prisão para seis dos nove diretores da ENCE envolvidos no caso. Além disso, a acusação considera a possibilidade de pedir grandes multas econômicas por um crime contra o meio ambiente por emissões atmosféricas e despejos na ria de Pontevedra. Com esses antecedentes em seu próprio país, nada faz concluir que seu comportamento será mais responsável no Uruguai, o que aumenta os motivos de preocupação da população de Fray Bentos.

Há alguns anos, o Grupo MOVITDES liderou, com o apoio de outros grupos ambientalistas do país, uma forte mobilização popular contra a instalação de uma fábrica de celulose e papel na cidade de Fray Bentos. Agora estão mobilizados de novo para enfrentar essas poderosas multinacionais que têm o apoio financeiro do BID e o apoio político dos governos nacional e departamental. O sucesso não será fácil e dependerá muito do apoio que recebam da sociedade civil nacional e internacional. Portanto MOVITDES faz um chamamento às organizações dos países onde essas empresas estão sediadas, para que se solidarizem com sua luta (Boletim do WRM Nº 54, janeiro de 2002).

Uruguai-Argentina: Luta conjunta contra planta de celulose

Como tantos outros países do Sul, o Uruguai foi convencido (pela FAO, o Banco Mundial e a Agência de Cooperação Internacional do Japão, entre outros) de que devia promover o plantio de árvores em grande escala. Desde o início, ficou claro que o objetivo era produzir matéria-prima em quantidade suficiente para a produção de celulose, e por isso foi promovido principalmente o plantio de eucalipto.

Os fartos subsídios diretos e indiretos dados ao setor plantador (calculados em mais de 400 milhões de dólares) tiveram o resultado

esperado: foram plantados mais de 600 mil hectares. Agora, chegou a hora de começar a colher a madeira e o país não tem nenhum plano para o desenvolvimento do setor madeireiro. Nesse contexto, chega a Empresa Nacional de Celulose da Espanha (ENCE), com um projeto de planta de celulose a ser instalada no rio Uruguai, e o governo a recebe de braços abertos.

A ENCE não é nova no país. A empresa instalou-se em 1990 no Uruguai, comprando terras e plantando 50 mil hectares com eucalipto destinado para o abastecimento de suas plantas de celulose na Espanha, onde, por sua vez, possui 100 mil hectares com eucalipto. A sua história é obscura demais, tanto no Uruguai, onde foi cadastrada como Eufores, quanto no país de origem.

Na Espanha, após décadas de contaminação da Foz de Pontevedra, ela foi levada à Justiça por crime ambiental. Finalmente, depois de muitos anos, foi sentenciada e seus executivos foram punidos com multas e penas de prisão. No entanto, a sua "herança" ambiental ainda é sofrida por quem mora perto das três plantas de celulose da empresa. Cabe ressaltar que, em Pontevedra (onde teve e ainda tem a maior oposição à ENCE), ela ainda produz celulose TCF (totalmente livre de cloro), ao passo que em Huelva e Navia aplica o processo ECF (com bióxido de cloro). É claro que o processo que pretende implementar no Uruguai não é o mais limpo, mas o que utiliza bióxido de cloro.

No Uruguai, a Eufores (ENCE) jamais foi multada ou sentenciada, não por não ter feito mérito suficiente, mas devido à falta de fiscalização, em particular, no que diz respeito ao cumprimento da legislação trabalhista. Aqueles que trabalham, ou que trabalharam, na Eufores contam histórias terríveis sobre as condições de trabalho imperantes entre os empreiteiros que trabalham para a empresa.

Com esse currículo, não é de estranhar que tenha surgido um movimento contra a instalação dessa planta de celulose, que ficaria situada no rio Uruguai, águas acima da cidade de Fray Bentos, no departamento de Rio Negro. A novidade é que o movimento de oposição não se restringe ao Uruguai, mas inclui também ambientalistas da Argentina, país com o qual é compartilhado o rio Uruguai e, portanto, também poderia ser atingido pela poluição vinda da planta.

No dia 4 de outubro, ambientalistas de ambos os países realizaram uma ação conjunta que devia acontecer no meio da ponte internacional que liga os dois países, nas proximidades de Fray Bentos. Os cidadãos uruguaios foram impedidos de atravessar a ponte pelas forças de segurança, ao passo que, do lado argentino, somente foi permitido o cruzamento de uma pequena delegação (liderada pelo prefeito da vizinha cidade de Gualeguaychú, Emilio Martínez Garbino), impedindo que as mais de 800 pessoas ali reunidas pudessem tomar parte na ação.

Transposta a ponte, juntaram-se aos ativistas uruguaios e todos juntos foram a Fray Bentos, onde o prefeito Martínez Garbino entregou ao prefeito de Rio Negro, Francisco Centurión, a "Declaração de Gualeguaychú", elaborada em assembléia por entidades da sociedade civil dessa cidade, manifestando sua oposição à instalação da planta.

A ação teve tanta repercussão, que os principais atores do governo uruguaio viram-se na obrigação de se pronunciar (do vice-presidente até o ministro das Relações Exteriores), lançando mão da batida "defesa da soberania" e da "não intromissão em assuntos internos", jamais alegadas em se tratando do embaixador dos Estados Unidos ou de representantes do Fundo Monetário Internacional. Do lado argentino, o Presidente Néstor Kirchner pediu ao seu chanceler, Rafael Bielsa, que transmitisse formalmente ao governo uruguaio a sua preocupação com a possível contaminação de um curso de água compartilhado, o que ele fez poucos dias depois numa reunião com o Presidente do Uruguai, Jorge Batlle.

A agitação gerada pela "cruzada" abriu portas até então fechadas para o movimento ambientalista uruguaio. Pela primeira vez, emissoras de rádio, imprensa e até telejornais deram à sociedade civil a oportunidade de se informar através da mídia dos motivos daqueles que são contra as monoculturas florestais (e as plantas de celulose associadas) e lutam por um país ambientalmente saudável e socialmente justo. Em face da "cruzada" de um grupo de cidadãos de um povo irmão, a esquizofrenia oficial teve o efeito contrário ao procurado: a abertura informativa de uma questão até então silenciada.

A cruzada foi um sucesso e a luta continua. Ambientalistas dos dois países, reunidos em torno da Rede Socioambiental desde o ano 2001, hoje estão considerando a implementação de novas ações em parceria, para impedir a instalação da planta da ENCE. Enquanto os governos falam em integração, os povos estão começando a se integrar de fato. (Boletim do WRM Nº 75, outubro de 2003).

Uruguai: Ou com as fábricas de celulose e o florestamento ou com o povo

O Uruguai tem sido um dos países da região que melhor e mais cedo tem cumprido com os deveres que outros lhe impuseram.

Já em 1951, uma missão conjunta da FAO e do Banco Mundial fez uma série de recomendações sobre o desenvolvimento florestal do país, que constituíram a base das leis florestais aprovadas em 1968 e 1987. Sua visão implicava a promoção de plantações de espécies aptas para a indústria madeireira no marco de um modelo exportador, para o que o manejo florestal é mais uma atividade empresarial ou fabril.

Em 1985, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) veio a estas terras para estudar a viabilidade econômica e financeira da instalação de uma fábrica de pasta *kraft*. Sua incidência foi tão importante que o Plano Nacional de Florestamento promulgado pelo governo em julho de 1988, baseia-se explicitamente no "Estudo do plano piloto para o estabelecimento de plantações de árvores e utilização da madeira plantada [sic] na República Oriental do Uruguai", publicado pela JICA em março desse mesmo ano, que incentiva o florestamento massivo com pinheiros e eucaliptos.

Depois foi o Banco Mundial o que contribuiu em 1989 com os recursos que fizeram possível a consolidação do modelo exportador florestal de troncos de eucalipto para celulose. Essa injeção de dinheiro permitiu a outorga de uma série de benefícios ao setor florestal: isenções de impostos, devolução parcial do custo de plantação, empréstimos brandos a longo prazo, desoneração de impostos à importação de maquinário e veículos, construção de rodovias e pontes, igualdade de benefícios para investimentos do exterior. O investimento no setor,

disparou-se, às expensas de subsídios pagados pelos remanescentes membros da sociedade (avaliados neste data em mais de 400 milhões de dólares) e da destruição das pradarias e dos poucos exemplares remanescentes de floresta indígena em áreas próximas de serras. Uma outra consequência foi o aumento da concentração da posse da terra e sua profunda estrangeirização, além do aumento do êxodo rural.

O modelo de plantações florestais do tipo "deserto verde" instalou-se no Uruguai, sem cumprir as promessas de emprego que tinha feito. Conforme dados oficiais do Censo Agropecuário, gerou menos empregos permanentes que a própria criação de gado extensiva, considerada até hoje a mais ineficiente em matéria de geração de empregos por hectare. Por outro lado, os poucos novos empregos foram criados a expensas daqueles perdidos nas atividades substituídas e com igual ou pior qualidade de condições de trabalho e remuneração.

Com esses antecedentes e nesse contexto, apresentaram-se em 2003 dois projetos –um deles da empresa espanhola Ence e outro da empresa finlandesa Botnia– para a instalação de fábricas de celulose sobre o rio Uruguai, que limita com a Argentina, a 5 km da cidade de Fray Bentos e a pouco mais do centro turístico "Las Cañas".

A proposta da Ence tem sido resistida por ambientalistas uruguaios e argentinos das duas margens do Rio Uruguai. A Botnia, com luva branca e com uma oferta de investimento de mil milhões de dólares que no Uruguai desvalorizado e empobrecido faz brilhar os olhos a mais de um@, também propõe a instalação de uma fábrica ECF. Tem em seu favor uma imagem "mais limpa", decorrente das estritas normas ambientais impostas em seu próprio país e de uma abordagem mais inteligente, com indícios participativos, o que lhe valeu alguns apoios. No entanto, consciente dos problemas que pode enfrentar, preocupou-se por conseguir que o Parlamento uruguaio aprovasse um "Acordo com o Governo da República da Finlândia relativo à promoção e proteção de investimentos", que na realidade tem nome e sobrenome: Botnia. Através desse acordo, a empresa se assegura o apoio e a proteção constante do Estado uruguaio a seus investimentos, prevendo até a restituição de possíveis perdas por causa de "passeatas", entre outras causas.

É uma forma de abrir o guarda-chuva antes de que comece a chover. E não é por acaso. Apesar de que perante os temores expressados da possível poluição do rio Uruguai e da área insiste-se em que a fábrica projetada será totalmente inócua, não é possível negar que esses megaprojetos acarretam grandes riscos. E ainda mais nestas latitudes, onde se sabe que os controles ambientais de um Estado desmantelado como o uruguaio são débeis.

O argumento das empresas e dos que as apóiam é a promessa de criação de empregos num meio com alto nível de desocupação. Mas as contas estão incompletas, já que não incluem as fontes de trabalho locais que se perderiam por causa dos possíveis impactos das fábricas de celulose –desde o característico cheiro de "ovo podre" até a poluição do rio– no setor turístico, na pesca, na horticultura orgânica, na apicultura. E por outro lado, de acordo com declarações da própria empresa Botnia, dos 300 empregos prometidos, 292 seriam ocupados por pessoal muito qualificado, e portanto a maioria da população não mudaria substancialmente sua situação.

Enquanto isso, a sociedade local, nacional e regional fez ouvir seu desacordo. A integração de uruguaios e argentinos preocupados com a possibilidade da instalação de uma (ou duas) fábricas de celulose que poluam a água e o ar da bacia do Rio Uruguai, compartilhada pelos dois países, tem adquirido forma na Rede Socioambiental.

Por sua vez, um conjunto de organizações uruguaias, tanto locais quanto nacionais, estão empenhadas em impedir a instalação dessas fábricas e levam a cabo diferentes ações com esse objetivo, procurando conscientizar sobre os impactos das mesmas e apontando também que essas fábricas ajudariam a consolidar e aprofundar o atual modelo de monoculturas florestais que tem resultado social e economicamente funesto para o país e seus habitantes.

Nesse contexto, os ambientalistas também tem estabelecido vínculos internacionais com organizações e pessoas da Espanha, da Finlândia e da Suécia, com o objetivo de intercambiar informação, obter apoios e coordenar ações nos países onde as empresas envolvidas estão sediadas.

Ao mesmo tempo, as organizações que se opõem às fábricas de celulose tem oferecido alternativas às 600.000 hectares de monoculturas de árvores decorrentes da promoção das plantações pelo Estado. Nesse sentido têm apresentado a necessidade de preparar um plano nacional para o desenvolvimento da indústria madeireira (que inclua desde produtos de madeira até a construção de casas de madeira), que gere empregos estáveis para oferecer às pessoas o que mais precisam hoje: trabalho e melhores condições de vida, que é precisamente o que esses megaprojetos celulósicos não podem oferecer. (Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

Uruguai: Para continuar festejando, sem fábricas de celulose

Consumismo e pobreza são as duas pontas do atual mercado mundial do papel. Manipulação dos mercados, acordos de cartel, estabelecimento de preços e outras práticas similares outorgam a um grupo de empresas o poder necessário para controlá-lo. No meio disso, poluição do ar, da água e do solo, acumulação e estrangeirização da terra, aumento da escala, aprofundamento de uma forma de produção que cada vez requer menos trabalhadores. Uma cadeia de ações insustentáveis nessa área –cópia de outras– que deixa atrás qualquer sensibilidade e prudência com a natureza e as gerações atuais e futuras. A equidade social não está entre os objetivos desses empreendimentos.

Desde 1989 o Estado uruguaio está endividado com o Banco Mundial para apoiar um modelo florestal exportador de troncos de eucalipto para celulose, por causa da concessão de isenções de impostos, devolução parcial do custo de plantação, créditos brandos, construção de infra-estrutura rodoviária, igualdade de benefícios para investimentos do exterior, entre outros. Em resumo, a sociedade uruguaia fez uma contribuição de aproximadamente 400 milhões de dólares ao setor.

Mas as plantações de árvores não trouxeram com elas os empregos prometidos. Contribuíram com a despovoação rural, ao ponto que não apenas geraram menos empregos permanentes que a criação de gado extensiva, mas também o fizeram à custa dos que se perderam nas atividades substituídas e com igual ou pior qualidade das condições de trabalho e da remuneração.

Apesar disso, todas essas considerações não estão assentadas na contabilidade das empresas e das instituições financeiras internacionais, nem dos governos que respondem a essas diretrizes. Eles discutem apenas na língua da economia ortodoxa e da "demanda global" e não na dos pequenos produtores rurais, dos trabalhadores ou da política. Portanto o florestamento continuou avançando.

Além de destruírem pradarias e os poucos exemplares de floresta indígena nas áreas de serras, as plantações de árvores em grande escala aumentaram a concentração da posse da terra e aprofundaram sua estrangeirização. Na década de 60, a reforma agrária era uma forte reclamação popular. Nessa data, os maiores latifúndios de particulares eram de aproximadamente 30.000 hectares. Atualmente, a sociedade anônima florestal Weyerhaeuser, de origem estadunidense, concentra aproximadamente 150.000 hectares. Também há capitais canadenses e chilenos que têm comprado milhares de hectares para florestamento. A EUFORES, do grupo espanhol ENCE, possui aproximadamente 50.000 hectares plantadas com eucaliptos para a fabricação de celulose. A sociedade anônima Forestal Oriental (FOSA), propriedade dos capitais finlandeses da Botnia e da UPM-Kymmene, é proprietária de aproximadamente 100.000 hectares, das que 60.000 são destinadas ao florestamento, conforme declara.

Em 2003, essas duas companhias apresentaram projetos para a instalação de duas fábricas de elaboração de celulose de eucalipto branqueada, a poucos quilômetros da cidade de Fray Bentos e do balneário "Las Cañas": a ENCE para uma fábrica com uma capacidade de produção de 500.000 toneladas anuais e a Botnia, para uma fábrica com uma capacidade de um milhão de toneladas anuais.

A resistência a esses megaempreendimentos tem aumentado e tem envolvido não apenas uruguai@s mas também argentin@s vizinh@s da província de Entre Rios, que se veriam afetad@s pelos impactos das duas fábricas.

Membros de Guayubira, um dos grupos uruguaios que tem questionado fortemente a instalação das fábricas de celulose, presentes no V Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, Brasil, tomaram a

iniciativa de encaminhar uma carta pública ao Dr. Tabaré Vázquez, Presidente eleito que entrará em posse no próximo 1º de março, para exprimir sua preocupação a respeito da possível instalação das duas fábricas de celulose.

A carta estabelece que:

"O Fórum Social Mundial é um espaço que dá voz às esperanças de mudança da humanidade. "Um outro mundo é possível" diz, porque o atual, no que prevalece a exploração, a exclusão social, e a destruição ambiental tem demonstrado ser insustentável.

O modelo atual de monoculturas florestais em grande escala imposto no país, tem enriquecido apenas umas poucas pessoas com o dinheiro de todos. Tem aprofundado a exclusão social, a concentração e a estrangeirização da terra e a degradação do ambiente.

Agora, para completar esse projeto neoliberal, o governo de saída tem promovido a instalação de duas gigantescas fábricas de celulose perto da cidade de Fray Bentos, sobre o Rio Uruguai.

A instalação das fábricas não apenas consolidaria o modelo florestal existente mas aumentaria a área plantada para abastecê-las, exacerbando desse jeito os impactos já constatados.

As fábricas de celulose vão causar não apenas poluição ambiental, mas também deslocarão fontes de trabalho locais nos setores agropecuário, turístico e da pesca, bem como terão um impacto sobre a saúde da população local uruguaia e argentina.

O governo de saída já tem autorizado a instalação de uma das fábricas e vemos com preocupação que estão criando-se todas as condições para aprovar apressadamente a segunda fábrica.

Desde Porto Alegre, uruguai@s e argentin@s -muit@s del@s representantes de organizações sociais- presentes no Fórum Social Mundial, lhe pedimos encarecidamente que antes de tomar uma decisão sobre as fábricas de celulose, analise profundamente os graves impactos que terão.

Achamos conveniente que, fazendo uso de sua autoridade como novo presidente, exija ao governo de saída que detenha qualquer decisão que autorize a instalação da segunda fábrica.

Os que votaram por Va. Sa. o fizeram com a convicção de que outro Uruguai É possível e temos o convencimento que a instalação dessas fábricas apenas aprofundaria o modelo anterior."

A carta pública, que faz referência às palavras proferidas por Vázquez quando se confirmou sua vitória eleitoral ("festejem uruguaias, festejem uruguaios") acaba dizendo: "É por isso que lhe pedimos que permita aos uruguaios e às uruguaias que apostaram pela mudança, continuar festejando."

Centenas de uruguai@s e argentin@s presentes no FSM, muit@as del@s representantes de organizações sociais, sindicais, ambientais, políticas e religiosas assinaram a carta, que teve o apoio de importantes personalidades como o escritor uruguaio Eduardo Galeano, o argentino Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel e a lutadora pelos direitos humanos e membro da Associação das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, entre outras.

Também aderiram participantes de outras nacionalidades "movidos pela visão comum de que um outro mundo é possível", exprimindo que "Confiamos que [o Dr. Tabaré Vázquez] vai saber honrar a esperança que uruguaios e uruguaias souberam construir ao longo de muitos anos de luta e que hoje depositaram em Va. Sa." (Boletim do WRM N° 91, fevereiro de 2005).

Venezuela: A Smurfit Cartón, as plantações da discórdia

"O grupo Smurfit Cartón de Venezuela está vinculado às comunidades de cada região onde atuam suas empresas. Através de programas socioeducacionais e culturais mantém a proximidade com seu ambiente, para atingir a integração total com a comunidade".⁽¹⁾

⁽¹⁾ Asociación Civil Escuela Técnica Agropecuaria Smurfit Cartón de Venezuela, s.f. (Escola Florestal criada e financiada pela Smurfit)".

Se o parágrafo supra tenta descrever a realidade no Estado de Portuguesa, basta conversar cinco minutos com os habitantes das comunidades próximas às plantações da Smurfit para afirmar que é falso; em caso de tratar-se de uma declaração de intenções, é possível concluir apenas que até agora tem sido um fracasso estrepitoso.

Um passado pouco alentador

Em 1986, o Grupo Jefferson Smurfit comprou a empresa norte-americana Container Corporation, e um dos resultados dessa fusão foi transformar-se na principal acionista da Cartón de Venezuela, mudando seu nome para o atual de Smurfit Cartón de Venezuela.

O que é o Grupo Jefferson Smurfit e quais são seus antecedentes? Trata-se de uma enorme empresa transnacional, sediada na Irlanda, que recentemente se fusionou com a norte-americana Stone Container (transformando-se desse jeito na maior produtora mundial de embalagens de papel e papelão). A empresa possui investimentos em vinte países, entre os que estão os Estados Unidos, o México, a Colômbia e a Venezuela (nesses três últimos países é onde obtém os maiores lucros). Em nossa região continua em expansão, particularmente na Argentina e com possibilidades de fazê-lo no Brasil.

Seus antecedentes em matéria social e ambiental são insatisfatórios. Nos Estados Unidos, a política inflexível da empresa gerou longas greves e seus diretores tem freqüentemente lançado mão do *lockout*. Na época da aquisição da Container Corporation, demitiu imediatamente a aproximadamente mil empregados, de acordo com sua política já tradicional nesse sentido. Nos estados de Ohio e Oregon a empresa tem sido investigada e multada por seus crimes ambientais. Na Colômbia tem desmatado e gerado sérios impactos ambientais, ao tempo que mantém conflitos com as comunidades locais, o que tem implicado questionamentos na própria Irlanda. Recentemente foi publicado um livro (*El imperio de cartón: impacto de una multinacional papelera en Colombia*, por Joe Broderick, 1998), onde se descreve minuciosamente um panorama na Colômbia quase idêntico ao verificado no Estado de Portuguesa.

A invasão latifundiária

Em 1986 começa a adquirir terras e a plantá-las com eucaliptos (fundamentalmente das espécies *urophylla* e *grandis*), pinheiros (*caribaea* variedade *hondurensis*) e gmelinas (*Gmelina arborea*). Na atualidade é dona de quinze propriedades, com um total de 27.000 hectares no Estado de Portuguesa e de outras 7.000 nos Estados Lara e Cojedes. Pelo menos a metade dessas terras têm sido classificadas como de prioridade agrícola. De acordo com a legislação venezuelana, essas terras não poderiam ter sido plantadas com árvores. Por um lado, porque isso viola o Plano Estadual de Ordenamento Territorial, ao ocupar solos de vocação agrícola, diferentes dos alocados explicitamente para a plantação de árvores. Por outro lado, porque a própria Constituição venezuelana proíbe explicitamente (em seu artigo 105) o latifúndio e esse conjunto de propriedades correspondem claramente à definição de "latifúndio". Apesar disso, a empresa tem conseguido adquirir todas essas propriedades e cobri-las com enormes plantações de eucaliptos, pinheiros e gmelinas.

A geração de empregos

A geração de empregos por uma empresa constitui em geral uma das razões para que seja aceita e valorada pelas comunidades locais. No entanto, as condições de trabalho nos empregos que gerou a Smurfit em Portuguesa têm sido más e acompanhadas por repressão anti-sindical. Além disso, depois de uma primeira etapa que implicou determinada geração de empregos, passou-se a uma redução drástica de pessoal e na atualidade apenas umas poucas pessoas têm trabalho permanente em cada uma das propriedades. Emprega muitas mulheres em seu viveiro, mas as condições de trabalho são péssimas, com longas e esgotantes jornadas de trabalho, sem transporte de ida ou de volta, sem leis sociais, sem roupa adequada e expostas a produtos químicos que afetam a pele. Supõe-se que vários abortos e malformações são decorrentes da exposição a essas substâncias químicas, utilizadas na clonagem de eucaliptos. Além disso, o trabalho é majoritariamente temporário, e portanto a instabilidade do trabalho é a regra.

A tomada de "La Productora"

Independentemente do que a empresa considere por "aproximação a seu entorno, para atingir a integração total com a comunidade", na realidade ela fez todo o contrário. Já em 1997 a relação entre a Smurfit e as comunidades camponesas locais se achava em um nível crítico em decorrência de uma fumigação aérea com herbicidas realizada pela empresa, que destruiu 190 hectares de cultivos dos camponeses e inclusive provocou a intoxicação de escolares na população de Tierra Buena. Subitamente, a situação explodiu. Nesse ano, a Smurfit tinha adquirido uma vasta propriedade de 2.700 hectares ("La Productora") que até esse momento tinha estado dedicada à produção agrícola comercial e à criação de gado. Os camponeses de duas comunidades adjacentes (Morador e Tierra Buena) tinham estado à espera de que lhes forem adjudicadas terras dessa propriedade no marco do programa de reforma agrária do governo. A Smurfit mudou totalmente a situação, não apenas pela plantação de árvores nessas terras que os camponeses necessitavam para seus cultivos, mas também porque modificou a relação que os camponeses tinham mantido até então com o anterior proprietário, que lhes autorizava o livre acesso à propriedade, incluindo atividades de pesca, caça e lazer. Nesse contexto, a Smurfit cercou a propriedade com arame farpado e contratou guardas para impedir o ingresso de pessoas à propriedade.

Em 14 de julho de 1997, os camponeses ocuparam "La Productora" de forma pacífica, com o objetivo de dialogar com o governo para conseguir que lhes fosse alocada porção dessas terras. Como parte de sua estratégia para impedir que nessas terras agrícolas fossem plantadas árvores, os camponeses estragaram aproximadamente 150 hectares recém plantadas com eucaliptos, passando por cima da plantação de um trator com grade.

Como resposta, o governador enviou à Guarda Nacional. A repressão foi impiedosa e centenas de homens, mulheres e crianças foram brutalmente apaleadas, baleadas, espancadas, receberam gases e foram detidas. As narrações dos que viveram a experiência são terríveis. Falam em fuzilamentos com chumbos, em bombas lacrimogêneas que eram explotadas no rosto das pessoas, de um jovem baleado com os intestinos saindo do corpo, deitado em uma caminhonete da Guarda e com a bota de um soldado pisando-lhe o

pescoço e gritando que ia matá-lo, em um homem de 60 anos recebendo pancadas de 6-8 soldados jovens e ao que em decorrência disso se lhe desprende um rim, de mulheres grávidas sendo brutalmente apaleadas e espancadas, de uma moça violada.

O açoitamento permanente

Muitos dos que participaram na tomada de "La Productora" ainda sofrem os danos físicos sofridos e aqueles suspeitos de ter dirigido a operação têm seus movimentos restringidos e devem apresentar-se regularmente perante as autoridades. A pesar de existir abundante evidência das torturas às que foram submetidas as pessoas (incluindo fotografias e depoimentos escritos), os responsáveis não tem sido condenados e estão impunes. Pelo contrário, a repressão continua existindo na área e o terror é a ferramenta básica para tentar manter às pessoas afastadas das propriedades da empresa. Foram trazidos desde a Colômbia cães especialmente adestrados (incluindo seus correspondentes adestradores); dispararam-se metralhadoras durante a noite; a área é patrulhada por sentinelas a cavalo com seus rostos cobertos com capuzes; registram-se casas sem ordem judiciária; atira-se contra as pessoas na frente de suas próprias casas; as pessoas são detidas na rodovia e são espancadas se tiverem uma caixa de fósforos em seus bolsos (isso é considerado pela empresa como sinônimo de tentativa de incêndio).

Uma outra medida adotada foi a demissão de todos aqueles trabalhadores que participaram na tomada ou que supostamente tinham participado nela. Mas a empresa não perdoa. Ainda depois de demitidos, continua hostilizando-os com uma mesquinha vingança: não preenche os formulários a serem apresentados perante o seguro social e finalmente os preenche, mas de forma incorreta, e portanto o trâmite nunca acaba e ainda não têm podido cobrar o dinheiro ao que têm direito.

No entanto é importante salientar que o assunto não se limita à propriedade "La Productora". Em Chigüire, povoado adjacente a outra propriedade da Smurfit (El Toco), a Guarda Nacional confiscou e derramou o querosene de uso doméstico dos povoadores, alegando que se tratava de uma arma para provocar incêndios nas plantações. E atuou da mesma maneira nas outras propriedades.

Vejamos uma outra pérola desse colar: Melvis Molina, presidente do Grupo Ecológico Morador foi detido em dezembro de 1998, poucos dias depois da visita do autor deste artigo a esse estado, onde pode obter grande parte da informação resumida aqui. O Grupo Ecológico denunciou que a decisão do juiz foi o resultado de pressões pelos procuradores da empresa Smurfit e acusou à empresa de "responder com terrorismo judiciário à recente visita do Eng. Ricardo Carrere do Movimento Mundial pelas Florestas, o que levará a instâncias internacionais o desastre ecológico e social causado por essa empresa". Ao mesmo tempo, acredita-se que a detenção constitui uma vingança contra a família Molina por sua persistente crítica nos meios de imprensa locais sobre os impactos sociais e ambientais das plantações da Smurfit. Graças à ativa participação do advogado do Comitê de Terras, o Dr. Rafael González, Melvis Molina foi finalmente liberado, depois de ter estado detido por vários dias.

A arte de fazer "amigos"

Resulta claro que essa empresa tem tido grande habilidade para fazer inimigos. Em compensação também tem sabido fazer amigos, particularmente nos círculos do poder. Por alguma estranha razão os efetivos locais da polícia e da Guarda Nacional, bem como do Ministério do Ambiente e até o governador parecem ser seus amigos. Diz-se – as pessoas são más e murmuram – que o tenente coronel da Guarda Nacional que dirigiu pessoalmente a operação de despejo de "La Productora" recebeu uma caminhonete Toyota como prêmio a seus esforços. Sabe-se que os funcionários da Guarda Nacional lotados na defesa das propriedades da empresa são alojados e alimentados às expensas da mesma. Estranha por sua vez a facilidade com a que o Ministério do Ambiente lhe outorga licenças de corte de florestas, e também estranha a cegueira da polícia que "não vê" os caminhões que circulam com madeira da floresta tropical pelas rodovias. Diz-se – outra vez as pessoas más – que os filhos do diretor de Meio Ambiente de Portuguesa trabalham para a empresa. Em matéria sindical, a empresa resolveu o assunto conforme o clássico estilo do século XIX: demitiu todos aqueles que tentaram criar um sindicato e inventou um com gente adicta à empresa.

Falemos do meio ambiente

"O Grupo Cartón de Venezuela e suas Companhias Associadas se comprometem a fazer da preservação do ambiente uma prioridade em suas atuais operações, bem como em seus novos investimentos (...) e tem o objetivo de assegurar que vivamos e trabalhemos em um mundo ambientalmente amistoso".⁽²⁾ A empresa patrocina diariamente um programa de rádio (muito mau, logicamente) chamado "Hablemos del medio ambiente" (Falemos do meio ambiente). Pois então falemos, mas seriamente, do que a empresa está fazendo com o meio ambiente.

O desmatamento faz parte da política da companhia. Apesar de possuir vastas plantações, sua fábrica de pasta tem sido até agora alimentada fundamentalmente com madeira tropical, extraída tanto de suas próprias propriedades quanto de propriedades de terceiros. Apesar de que essa atividade é ilegal, a empresa consegue "legalizá-la" com a ajuda de alguns funcionários públicos. Existe ampla evidência de que a companhia têm desmatado em muitas de suas propriedades e uma das primeiras denúncias nesse sentido data de 1993, quando se constatou um importante desmatamento nas cabeceiras da Quebrada de Tacamajaca. No caso da propriedade "La Productora", obteve uma licença do governo para desmatar 600 hectares de floresta tropical altamente diversa. Em outra de suas propriedades, o corte de florestas tem sido levado a cabo ilegalmente.

Além disso, qualquer pessoa pode observar caminhões carregados de "lenha" (designação genérica utilizada para evitar o controle de espécies legalmente protegidas do corte), transitando à noite as rodovias em direção à fábrica de pasta Mocartel (propriedade da Smurfit) no Estado Yaracuy. Ao mesmo tempo, a empresa consegue "legalizar" o corte de florestas de terceiros através de um mecanismo simples: envia emissários às propriedades privadas onde tem identificado a existência de florestas aproveitáveis, mas que seus donos não podem cortar porque é impossível para eles obter a licença

⁽²⁾ Smurfit Cartón de Venezuela, S.A., División Florestal, Acarigua, Estado de Portuguesa.

correspondente. O emissário requer apenas que o proprietário esteja de acordo em vender-lhe a madeira e o resto da tarefa é sua: obter a licença do Ministério do Ambiente, cortar, tirar, carregar e levar a madeira. Apesar de que o preço pago ao proprietário é muito baixo, é conveniente para ele porque por um lado ele obtém um pouco de dinheiro (que de outra forma não poderia obter da floresta) e por outro porque lhe permite ampliar –legalmente– a área destinada a cultivos agrícolas ou à criação de gado. Para a empresa constitui um grande negócio, já que obtém a matéria-prima que necessita a um preço tão baixo que lhe resulta mais conveniente que cortar suas próprias plantações, o que explica o mistério da predominância dos caminhos de "lenha".

Os povoadores locais tem constatado importantes impactos sobre a água poucos meses depois de que se estabeleceram as plantações da Smurfit. Como no resto do mundo, esses impactos são decorrentes do elevado consumo de água por essas plantações de rápido crescimento. Mas neste caso se acrescenta a destruição deliberada de cursos de água com bulldozeres, que nivelam o terreno para poder desse jeito plantar mais árvores (a política da empresa parece ser a de que cada centímetro de terra deve ser plantado) e a destruição das florestas de galeria que protegem e regulam a bacias hidrográficas. O resultado (logicamente negado pelos "expertos" trazidos periodicamente pela empresa para demonstrar o indemonstrável) é que as quebradas se estão secando e o volume de água dos poços é cada vez menor.

Animais, peixes e plantas locais que constituíam muitos dos recursos alimentares da população local também estão desaparecendo vertiginosamente, à medida que seus habitats naturais são substituídos por desertos verdes de árvores e à medida que são cortadas mais florestas para alimentar a fábrica de pasta. "Nunca tenho visto um pássaro que se pare em uma árvore dessas" dizem as pessoas. Acrescentam que antes os coelhos eram muito abundantes e que agora se encontram somente muito longe das plantações. Dizem que antes caçavam tatus, veados e que consumiam peixes da quebrada, mas que agora, por causa das plantações, quase têm desaparecido.

Um modelo insustentável

O que antecede leva a uma só conclusão: o modelo de "desenvolvimento" que leva adiante a Smurfit em Portuguesa é insustentável, tanto social quanto ambientalmente. Apesar da política de fustigação e repressão, a empresa não parece estar tendo sucesso quanto a dobrar a determinação das pessoas de opor-se a essas atividades, abrindo-se um grande ponto de interrogação quanto ao tempo que poderão sobreviver suas plantações (mesmo protegidas com arame farpado, cães e homens armados), cercadas como estão por centenas de pessoas que odeiam essas árvores e a empresa que representam. Se normalmente as plantações florestais são insustentáveis, nesse caso, elas parecem ser mais insustentáveis que nunca". (Por: Ricardo Carrere, Revista del Sur, No.87/88, Janeiro/fevereiro 1999).

Venezuela: Relatório sobre Plantações da Smurfit

Por muitos anos os camponeses de Morador e Tierra Buena têm estado lutando para recuperar as terras agrícolas que ocupam as plantações de pinheiros, eucaliptos e gmelinas, propriedade da empresa Smurfit, Cartón de Venezuela, C.A, na Fazenda "La Productora" e outras propriedades dos arredores entre Ospino e Guanare, Estado de Portuguesa, na Venezuela. A ação mais emblemática para esses camponeses foi a tomada pacífica levada a cabo em 14 de julho de 1997 na fazenda "La Productora" (de quase 2.000 hectares), e com a que tinham a intenção de chamar a atenção dos governantes para estabelecer um diálogo que permitisse conseguir que lhes fosse alocada porção dessas terras para sere cultivada por eles. Como forma de pressão e para evitar que nessas terras agrícolas se plantassem pinheiros, eucaliptos e gmelinas, os camponeses estragaram centenas de hectares recém plantadas. A resposta do governo venezuelano da época –Presidente Dr. Rafael Caldera e Governador do Estado de Portuguesa Sr. Iván Colmenares– candidato de novo à Governação de Portuguesa para as eleições de 31/10/04– não se fez esperar. O Governador enviou à Guarda Nacional. A repressão foi brutal! Centenas de homens, mulheres e crianças foram apaleados, espancados, baleados e arrestados. Até o dia de hoje sofrem as conseqüências dessa agressão.

- A luta no contexto político atual

A partir da mudança do governo em 1998 achamos um novo cenário político, um processo Constituinte que dá como resultado em 1999 uma nova Constituição. Essa Constituição da República Bolivariana da Venezuela em seu artigo 306 dispõe que: "O Estado promoverá as condições para o desenvolvimento rural integral, com o fim de gerar emprego e garantir à população rural um nível adequado de bem-estar, bem como sua incorporação ao desenvolvimento nacional. Da mesma forma, fomentará a atividade agrícola e o uso ótimo da terra através da dotação das obras de infra-estrutura, insumos, créditos, serviços de capacitação e assistência técnica". Da mesma forma a nova Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário estabelece, por exemplo, no Artigo 8: que se garante ao setor rural sua incorporação ao processo produtivo e que com esse objetivo se promove a estruturação de fundos através da aquisição de terras. No Artigo 12: reconhece-se o direito à alocação de terras a qualquer pessoa apta para o trabalho agrário. Por outro lado, a segurança alimentar do país é uma prioridade expressada pelo atual governo, e portanto as terras agrícolas também o são.

Muitos dos que participaram na luta dos camponeses e a apoiaram, em 1997, têm passado a ocupar cargos políticos com o atual governo do Presidente Hugo Chávez. No entanto, os camponeses de Morador e Tierra Buena ainda não têm conseguido atingir seus objetivos.

Dizem os camponeses, que têm estado recebendo apoio desde a Alcaldaria do Município Ospino para melhorar, entre outras coisas, a organização do Movimento Camponês e gerar propostas e ações que facilitem a obtenção dos objetivos propostos. Em 2002, os camponeses de Tierra Buena, Morador, Río Caro, El Chigüire, Las Mesitas, El Mangal e La Parreña (Portuguesa), se organizaram no "Movimiento de Campesinos Sin Tierra 14 de Julio" (Movimento dos Camponeses Sem Terra 14 de Julho). Também os camponeses de Morador e Tierra Buena acordaram no dia 4 de julho de 2004, em criar a organização Associação Civil "Comité de Tierras 14 de Julio" (Comité de Terras 14 de Julho).

Em julho de 2002, o Movimento dos Camponeses Sem Terra 14 de Julho redigiu um documento denominado "Propostas gerais para a

aquisição e desenvolvimento da propriedade "La Productora". Neste documento o Movimento Camponês aponta que a agricultura que desejam praticar (.) "estará regida por critérios de conservação e não poluição do homem e seu ambiente, pela utilização de poucos insumos a baixo custo e de fácil aplicação e a obtenção de alimentos de alta qualidade ecológica". Salientam "a necessidade de uma boa organização para o trabalho", pelo que tem pensado que as associações de cooperativas são uma opção muito importante. O Documento mencionado supra conclui com um Plano de Ação e um Esquema de Estratégias Gerais que inclui, entre outros, a necessidade de realizar um Estudo para a expropriação ou negociação da propriedade "La Productora", além de um projeto para a seleção de ramos adaptados à agro-ecologia da área, a capacitação de técnicos e produtores, a necessidade de obter créditos, o apoio à comercialização e para estabelecer as infra-estruturas necessárias.

Apesar de que os camponeses manifestam achar-se em um contexto favorável e dos grandes esforços organizacionais que têm feito os próprios camponeses, eles NÃO têm conseguido atingir seus objetivos.

- Estratégias da empresa Smurfit

A Smurfit mantém o poder que lhe outorga a lucrativa atividade que realiza na área e as grandes extensões de terra que possui. Alguns camponeses cujas terras estão cercadas pelas plantações da Smurfit têm que pedir licença à companhia para ter acesso a suas pequenos lotes de terra e poder cultivá-los. No entanto, os camponeses percebem que a companhia tem perdido poder com a chegada dos novos governantes locais e a nova Lei de Terras. Os camponeses alegam que por essas razões, por suas constantes reclamações perante a companhia e pelos contínuos incêndios nas Plantações, a Smurfit se viu obrigada a estabelecer um diálogo com os camponeses. Nessas conversas eles foram informados que está disposta a vender –das 27.000 hectares de sua propriedade no Estado– a propriedade "La Productora" (de 2.000 hectares) para resolver o conflito existente. No entanto, a empresa mantém e intensifica sua campanha nacional, de transnacional dedicada ao negócio das plantações.

- Resposta das Comunidades perante a proposta da Smurfit

Os camponeses de Morador e Tierra Buena aduzem que essa delicada negociação com a empresa Smurfit não pode ser levada a cabo por eles isoladamente e que precisam um negociador de alto nível do Governo, com experiência para atingir um acordo com a Smurfit. Os Camponeses não concordam em que a compra seja efetuada sem antes determinar claramente: 1) Que número de hectares de terra da propriedade "La Productora" são particulares e que número de hectares pertenciam ao Instituto Agrário Nacional (IAN), hoje Instituto Nacional de Terras (INTI) e portanto são propriedade do Estado venezuelano? 2) Quais são e quantos são os passivos ambientais e sociais que a atividade da Smurfit têm gerado na área? Porque de acordo com os camponeses, devem deduzir-se do preço que a Smurfit vai pedir pela propriedade.

De qualquer jeito, os camponeses não querem ser cúmplices de uma negociação onde a empresa Smurfit seja beneficiada com o dinheiro da Nação e sem pagar pelos danos ocasionados nestes anos. Eles têm decidido manter-se vigilantes se as negociações prosperarem. Disseram inclusive que estão dispostos a comprar as terras ao Estado venezuelano ou através de créditos ou outra modalidade que o mesmo estabeleça, já que eles têm a certeza de que o lucro que se obterá ao cultivar essas terras de vocação agrícola será suficiente para assumir os compromissos que adquiram

- Impactos ambientais e sociais evidenciados na visita

Para poder verificar os impactos que a empresa Smurfit está ocasionando, Amigransa pediu à Governação do Estado de Portuguesa que fosse levada a cabo uma visita oficial à propriedade "La Productora". Em 8 de setembro de 2004 a visitamos, acompanhados de um engenheiro em Recursos Naturais, nomeado oficialmente pela Direção Ambiental da Governação do Estado para que nos acompanhasse, no intuito de sustentar as denúncias dos camponeses. Com surpresa, pudemos constatar como o guarda da porta da plantação nos negou a entrada à Comissão presidida por um funcionário oficial, representante da Direção Ambiental (isto é, nem sequer a Governação do Estado de Portuguesa pode efetuar uma

inspeção nas plantações de "La Productora" sem a licença e autorização dos chefes da Smurfit e sem hora marcada).

Apesar de que não pudemos ter acesso às plantações, pela casa de guarda principal pudemos observar desde algumas áreas próximas que visitamos, acompanhados por camponeses baqueanos do setor, que:

1. A empresa não respeita a área de proteção dos rios. A plantação chega à margem direita do rio Morador, e portanto a floresta de galeria que deveria proteger essa área tem sido eliminada. A floresta de galeria, com suas raízes profundas, resiste mais efetivamente a erosão produzida nas margens dos rios, mas isso não acontece com essas plantações, que com raízes mais superficiais permitem um processo de perda de solo, com a conseqüente diminuição de terras agrícolas e grande contribuição de sedimento ao rio.

2. Estavam realizando-se as fumigações das árvores recém plantadas, localizadas muito próximas aos canais que vertem suas águas à quebrada Los Manires, cujas águas são utilizadas pela Comunidade de Tierra Buena para seu consumo. Os camponeses estão preocupados pela poluição desta água e dos peixes, que eles consomem.

Danos físicos e morais

Os lugarejos de Tierra Buena y Morador ainda hoje se lembram dos danos físicos e psicológicos que lhes foram ocasionados durante sua luta aberta contra a permanência da Smurfit nas terras que eles afirmam que pertencem a suas comunidades há mais de 50 anos e que estão catalogadas como as melhores terras para a agricultura –tipo A1 e A2– no Estado de Portuguesa, Venezuela.

Foi muito surpreendente verificar em nossa visita a Morador e Tierra Buena, como 7 anos depois das violentas ocorrências na propriedade da Smurfit ("La Productora"), muitos jovens adolescentes que eram crianças em 1997 podiam narrar exatamente como foram agredidos seus pais, avôs e vizinhos, e até eles mesmos, e como a mesma situação de angústia daquela época, se reflete hoje em suas famílias.

Esses eventos fazem parte da história mais importante vivida por esses camponeses da localidade, e é a história mais contada às crianças e aos visitantes.

Os camponeses continuam sendo parte do "problema" para a empresa, a que mantém um sistema de vigilância com os moradores desses lugarejos. Eles são vigiados como suspeitos, ao estarem nos arredores de "seus rios" que lindam com as terras hoje compradas pela Smurfit, ao passearem nas proximidades das terras cercadas ou quando vão pescar, ou simplesmente a caminhar nas proximidades dessa propriedade privada.

Essa situação, em nossa opinião, cria uma sensação de exclusão na alma camponesa, ao serem estranhos em seus próprios territórios de origem, de nascimento, onde seus avôs cresceram ou aos que chegaram desde outros Estados vizinhos, há mais de 40 anos.

- Situação do emprego

Os povoadores de Morador e Tierra Buena, por razões óbvias, em geral, Não trabalham nos poucos trabalhos que oferece a empresa Smurfit. No entanto, tivemos a oportunidade de conversar com alguns jovens provindos de outros lugarejos próximos e disseram que "os contratavam eventualmente,...que os salários são baixos,...que não possuem seguro social e que lhes pagam por dia de trabalho –se chove não lhes pagam–" Somente trabalham na época de corte ou semeadura através de subempreiteiras e o resto do ano não recebem qualquer benefício.

- Resistência das comunidades às plantações

A mudança de atividade econômica que foi realizada na área ao substituir-se a a produção agrícola e pecuária pela produção florestal (plantações) não tem sido aceita nas Comunidades. Assim o disseram os habitantes de Morador e Tierra Buena. Não apenas porque essa atividade da Smurfit causa danos ao ambiente e não fornece benefícios econômicos à comunidade, mas também porque afeta seriamente a segurança alimentar da área. Dizem os camponeses: "Essas árvores não se comem e nem sequer os animais se beneficiam

com as plantações". Além disso, se trata de um modelo forâneo, que não harmoniza com as raízes e costumes desses povoadores acostumados a admirar as savanas, as pontas de gado, os cultivos ou porções de terra, a fauna silvestre, suas florestas nativas, as árvores conhecidas, sob cuja sombra costumam repousar. Paisagens fonte de inspiração de seus cantos populares. Por tudo isso não podem, nem poderão jamais, aceitar esse exército uniforme de pinheiros, eucaliptos e gmelinas que não incentivam sua criatividade, e que pelo contrário lhes causa raiva, a ponto que "NÃO descansarão até que essas plantações desapareçam de sua visão". (Por: AMIGRANSA-Sociedad Amigos en Defensa de la Gran Sabana, 2004).

ÁSIA

A UPM-Kymmene e APRIL: a conexão chino-indonésia

A corporação UPM-Kymmene, uma das maiores empresas de fabricação de produtos florestais e papel do mundo, com fábricas em 15 países, o grupo APRIL (Asia Pacific Resources International Holdings Ltd.) e a maioria dos acionistas de APRIL assinaram recentemente um acordo para vender 51% da participação de APRIL na fábrica de papel de Changshu (China) à UPM-Kymmene. O valor da transação é de USD 150 milhões. Em decorrência do acordo, a UPM-Kymmene, sediada na Finlândia, será de agora em diante a única dona da fábrica de Changshu. Ao mesmo tempo assinou-se um contrato por seis anos e meio com APRIL para que durante esse período forneça celulose *kraft* branqueada a essa fábrica.

A fábrica de papel de Changshu, que começou a operar em março de 1999, está localizada no rio Yangtze, na Província de Jiangsu, a aproximadamente 100 quilômetros de Shanghai. A maquinaria da fábrica, fornecida pela Valmet, que também é finlandesa, tem uma capacidade de produção de 350.000 toneladas de papel fino. Desde seu início, a UPM-Kymmene tem tido a responsabilidade do manejo da mesma. Para o ano 2000 a produção estimada da fábrica é de aproximadamente 290.000 toneladas de papel fino e suas exportações representarão a metade das vendas de papel produzido na China aos países vizinhos.

É interessante apontar que até 2006, os dois sócios agora formalmente separados, continuarão realizando atividades em conjunto, mas em cenários diferentes. A UPM-Kymmene produzirá papel em sua própria fábrica na China, mas com celulose fornecida por APRIL. As fortes críticas que originou a aliança entre as duas empresas se fundamentou basicamente na má reputação de APRIL na Indonésia, onde destruiu vastas superfícies de selva úmida e as substituiu por plantações de monoculturas para celulose. Por outro lado, APRIL gerou conflitos de posse da terra com comunidades locais e entre povoadores e trabalhadores da companhia. A nova situação permitirá à UPM-Kymmene procurar afastar-se dessa imagem negativa, e ao mesmo tempo beneficiar-se com a compra de celulose barata a ser utilizada em um processo mais limpo e menos problemático, como a produção de papel.

Ao mesmo tempo, e de acordo com fontes da própria empresa, "a fábrica de papel de Changshu se transformará em uma importante plataforma para a estratégia da UPM-Kymmene na Ásia. O forte aumento no consumo de papel na China e em outros países da Ásia gera condições favoráveis para um ulterior desenvolvimento da fábrica de Changshu". Será a próxima estratégia a plantação de eucaliptos, com assessoria da Jaakko Pöyry da Finlândia, e a produção de celulose na China? Sera essa a razão para o contrato de "seis anos e meio" com APRIL? (Boletim do WRM N° 38, setembro de 2000).

A indústria internacional da celulose e do papel na região do Mekong

Na última década, a superfície de plantações de árvores de crescimento rápido na região de Mekong se expandiram drasticamente. As aldeias da região têm visto como suas florestas, pradarias e terras de pastoreio foram substituídas por monoculturas de eucalipto, acácia e pinheiro. O relatório do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) escrito por Chris Lang "The Pulp Invasion: The international pulp and paper industry in the Mekong Region" (*A invasão da celulose: A indústria internacional da celulose e do papel na Região do Mekong*), dá uma visão geral da indústria, os perfis, os atores envolvidos e documenta a resistência à expansão das plantações.

O relatório pesquisa os planos de ampliar as plantações na região. Na Tailândia, um projeto chino-tailandês de USD 1.000 milhões pretende criar uma indústria de celulose e papel de 700.000 toneladas anuais, com 96.000 hectares de plantações. A indústria da celulose e do papel de Phoenix está à procura de empréstimos baratos do governo finlandês e sueco para financiar seus planos de duplicar a capacidade de sua fábrica. No Camboja, a *joint-venture* taiwanesa-cambojana Pheapimex, planeja construir uma fábrica de celulose e papel de USD 70 milhões, com 300.000 hectares de plantações. Na República do Laos, a BGA Lao Plantation Forestry planta 50.000 hectares de plantações, principalmente para alimentar uma fábrica de lascas de madeira ("chips") para serem exportadas ao Japão. No Vietnã, a agência sueca de ajuda, a SIDA (Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), com o apoio da Corporação Sueca de Crédito à Exportação financia a expansão da fábrica de celulose e papel Bai Bang. O governo vietnamita tem anunciado recentemente seus planos de um novo projeto de construção de uma fábrica de celulose na província de Kontum.

Os promotores das plantações apresentam diferentes argumentos com o fim de justificar a expansão das plantações industriais para alimentar a indústria da celulose e do papel. Dependendo da situação e da audiência, descrevem as plantações como uma forma de prevenir a erosão do solo, de proteger as bacias, de reduzir a pressão sobre as florestas nativas, de absorver carbono, de mitigar o problema da pobreza, de reflorestamento ou florestamento. As plantações têm sido promovidas como uma fonte de abastecimento de lenha para combustível, como uma alternativa ao método de "roça e queima" ou como um meio de "sedentarizar" as comunidades locais.

Quase invariavelmente, no entanto, o motivo real para a expansão das plantações industriais é a exploração de terras e mão-de-obra baratas, solos ricos, clima temperado e subsídios de fácil disposição, que de qualquer jeito desejam manter os grupos vinculados à indústria da celulose e do papel. Por exemplo, a fábrica de celulose e papel da Phoenix na Tailândia declara ter o fornecimento mais barato de eucalipto no mundo. Por trás dessas afirmações há empréstimos baratos sob a forma de "ajuda" dos governos finlandês, sueco e austríaco, e uma isenção de impostos por oito anos pelo governo

tailandês. A Corporação Européia para o Desenvolvimento de Ultramar (EODC), a companhia que deu origem à Phoenix, foi criada especificamente para beneficiar-se com projetos financiados através de créditos europeus à exportação.

Uma ampla variedade de organizações promove e financia a expansão de plantações industriais e da indústria da celulose e do papel, em especial agências de "ajuda", órgãos que providenciam créditos à exportação, firmas consultoras florestais, fornecedores de maquinaria para a fabricação de celulose e papel, associações industriais de celulose e papel, estabelecimentos de educação florestal, instituições de pesquisa, e inclusive ONGs.

Como exemplo, o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), financiou um projeto de plantações industriais de árvores de USD 12 milhões na República do Laos, e coordena atualmente o Programa de Reflorestamento de cinco milhões de hectares no Vietnã (um milhão de hectares dos cinco milhões propostos são para abastecer a indústria da celulose e do papel). Na década de 90, três novas fábricas começaram a funcionar na Tailândia. As três utilizaram eucalipto como matéria-prima e todas elas utilizam tecnologia e maquinaria do Norte para produzir celulose. Consultoras como a Jaakko Pöyry fornecem assessoria "experimentada" a esses projetos. A Pöyry tem ganhado a consultoria de aproximadamente dois terços de todas as novas operações de celulose no sueste asiático desde 1981.

Na região do Mekong, a Pöyry se tem beneficiado com uma ampla variedade de projetos de celulose e papel baseados em financiamento externo. Entre as consultorias da Pöyry é possível mencionar o projeto de Plantações Industriais de Árvores, do ADB na República do Laos e o Plano Diretor do Setor Florestal na Tailândia, consultorias para a Phoenix, a Advance Agro, a Siam Pulp and Paper na Tailândia, e (talvez o caso mais notório) a fábrica Bai Bang de celulose e papel no Vietnã, financiada pela agência sueca SIDA.

Em 1998, a SIDA publicou um pequeno livro celebrando os 30 anos de ajuda sueca no Vietnã, no que explica quem se beneficia com seu apoio:

"A Suécia tem obtido importantes benefícios da cooperação para o desenvolvimento fornecida ao Vietnã. A ajuda para o desenvolvimento tem aberto o caminho às companhias suecas. O projeto Bai Bang, com todas suas ramificações tem gerado numerosos efeitos de ida e volta".

Entre 1974 e 1991, a SIDA contribui com USD 1.000 milhões ao projeto da fábrica Bai Bang de 55.000 toneladas anuais de produção. Desse montante, 40 por cento foi para os trabalhadores suecos no local do projeto e para os escritórios de consultoria na Suécia. Aproximadamente 80 por cento dos bens e serviços para Bai Bang foram comprados na Suécia. No entanto, apesar (ou talvez em decorrência) do apoio sueco, o custo do papel produzido na fábrica é 10 a 20 por cento superior ao preço internacional do papel.

No intuito de promover o debate sobre os assuntos relativos à indústria da celulose e do papel e à expansão associada das plantações, o relatório do WRM analisa o apoio governamental e internacional à indústria e descreve as principais companhias e consultoras que atuam na região (Boletim do WRM Nº 58, maio de 2002).

China: Percorrendo o batido caminho das monoculturas de árvores

Na China, o Grande Pulo para a Frente de 1958 e a Revolução Cultural barraram o estabelecimento de plantações com árvores de alto rendimento, proposto pelo Ministério de Florestas, no final da década de 1950. Mas, a partir dos anos 1980, com a implementação da reforma e a política de portas abertas (isto é, a entrada da China no cenário do mercado mundial), começou a se alterar o desequilíbrio existente entre a oferta e a demanda de madeira. Isso não é muito diferente dos processos percorridos por outros países, que acabaram devorados pelo comércio mundial e pela demanda de madeira, papel e papelão para embalagem. Aparentemente, a resposta ao abismo também foi muito semelhante à implementada na maior parte das economias de livre mercado: plantações, em grande escala, com monoculturas de árvores de espécies de alto rendimento (geralmente exóticas), o mais das vezes, as mesmas. Assim, espera-se que a árvore nacional da Austrália vire a nova alternativa que permitirá à China satisfazer as

necessidades cada dia mais vorazes de sua indústria de papelão e papel.

Em 1988, o governo chinês resolveu que, nos próximos 30 anos, seriam plantados 20 milhões de hectares com árvores de rápido crescimento e alto rendimento. Os cientistas de manejo florestal da China desenvolveram variedades de eucalipto e criaram uma área de plantações, considerada o maior "banco de genes de eucalipto" da Ásia, na região autônoma de Zhuang, no sudoeste da China, região subtropical com vastas áreas plantadas, para o fornecimento de matéria-prima para celulose mais eficiente em matéria de custos. Geralmente, as novas variedades plantadas são "eucaliptos de crescimento ultra-rápido", podendo ser derrubadas seis anos após o plantio, com rendimento anual superior a 60 metros cúbicos por hectare.

Não obstante, a voragem da produção de madeira para celulose dá-se a expensas da perda de alimentos. Segundo dados na "Comunicação 2002 sobre Terras e Recursos da China", do Ministério de Terras e Recursos, num ano, as plantações de árvores tiveram um aumento de 1,53 milhão de hectares, a área destinada para a lavoura diminuiu 1,68 milhão de hectares, ao passo que 1,42 milhão de hectares de terrenos para cultura viraram plantações de árvores.

Como sempre, o Banco Mundial meteu-se no assunto. A fim de promover o investimento estatal, em 1985, foi introduzido o Projeto de Desenvolvimento da Exploração Florestal do Banco Mundial (Crédito 605-CHA), com o objetivo de estabelecer e transformar plantações comerciais de madeira, construir estradas na floresta e adquirir equipamento acessório. No ano 2002, a área total com plantações de árvores atingiu 230,72 milhões de hectares; deles, 3,4 milhões são plantações com árvores de rápido crescimento e alto rendimento, incluindo 980 mil hectares estabelecidos em função do Plano Nacional de Florestamento, de 1991, financiado através de um empréstimo, de US\$ 300 milhões, do Banco Mundial e verba do país, num valor de US\$ 200 milhões.

As empresas estrangeiras também estão tentando entrar no enorme e cobiçado mercado chinês. Do fim dos anos 1980 para cá, são várias

as grandes empresas estrangeiras que estão investindo no desenvolvimento de plantações na China, em especial, nas províncias litorâneas do sudeste, que se caracterizam por condições naturais e clima favoráveis ao investimento. A Asia Pulp and Paper Co. Ltd., uma empresa sediada em Singapura, o Grupo Soon Hua Seng, com sede na Tailândia, a Sino-Wood Partner Co. Ltd., sediada em Hong Kong, e a empresa japonesa Princes Co. Ltd., todas elas têm projetos em andamento na China. A Asia Pulp and Paper planeja estabelecer 1,3 milhão de hectares com plantações de eucalipto e acácia de rápido crescimento, no território chinês todo. No fim de maio do ano 2000, ela já tinha 65.300 hectares com plantações de árvores.

A Stora Enso, a gigante sueco-finlandesa de produtos florestais integrados, também é um importante agente na pesquisa e desenvolvimento desse campo. Junto com o governo da região autônoma de Guangxi Zhuang, a empresa fez um estudo de pré-viabilidade, para plantações em escala industrial e operações integradas de celulose e papel. No ano 2002, a Stora Enso também assinou um contrato de cooperação com a Academia Chinesa de Manejo Florestal, em Beijing.

Não há dúvida de que a China entrou na economia mundial, no seu próprio ritmo. As restrições ao investimento estrangeiro e à propriedade privada da terra implicam que as empresas estrangeiras conseguem o acesso às terras florestais através de acordos com as comunidades locais, os quais, por sua vez, são aprovados pelo governo. Mas, em última instância, o processo traz o surgimento dos mesmos elementos que caracterizam o modelo ocidental não sustentável de produção, consumo e comercialização, no caso, plantações em grande escala com monoculturas de árvores, com todos os sabidos impactos negativos para a população e o meio ambiente. (Boletim do WRM Nº 70, maio de 2003).

China: Nova estrutura da área papeleira para se adaptar à indústria globalizada

Desde 1996, em um esforço para controlar a poluição, a Administração Estatal de Proteção Ambiental da China vem fechando milhares de plantas de papel e celulose. "Uma parcela significativa dos problemas

envolvendo poluição da água, tanto urbana quanto rural provém das indústrias e, particularmente, da indústria do papel e celulose", apontou o Banco Mundial em um relatório a respeito da indústria chinesa do papel e celulose no ano 2000.

A China encerrou as atividades de 7.000 pequenas plantas, segundo Petteri Pihlajamaki da Jaakko Pöyry, empresa consultora florestal da Finlândia. "A indústria do papel e da celulose na China tem causado mais poluição que a indústria do papel e da celulose nos restantes países do mundo em conjunto", ele disse a Tove Selin, Coordenador da campanha da ONG finlandesa para reformar as Agências de Crédito para a Exportação.

Antes do ano 2000, apenas dez por cento da celulose chinesa era produzida a partir da madeira. A maioria das fábricas fechadas não usavam madeira como matéria prima mas resíduos das colheitas de arroz e trigo. O Banco Mundial descreveu essas fábricas como "antiquadas, ineficientes e pequenas demais, e fortemente dependentes da cultura local de alimentos, em particular da palha de arroz".

As antigas plantas eram, sem dúvida, altamente poluidoras, mas fechá-las não era a única solução possível. Em muitas províncias, a venda de palha de trigo às plantas locais de papel era uma importante fonte de renda para os agricultores. A poluição causada pelas fábricas de fibra pode ser diminuída por aperfeiçoamento da recuperação química, por redução da quantidade de silício na água tratada e por uso de técnicas alternativas de obtenção de celulose.

Enquanto o governo está fechando fábricas de papel e celulose, a China é o mercado de celulose e papel que mais rapidamente cresce no mundo. Mesmo que o consumo de papel per capita seja menor a 10 por cento da quantidade consumida nos EUA, a China é responsável por 14 por cento do consumo mundial de papel. A consultora Jaakko Pöyry estima que esse consumo será aumentado em 4,4 por cento ao ano entre 2000 e 2015.

Para satisfazer a crescente demanda, a China ampliou suas importações de celulose em mais de 4 vezes entre 1997 e 2003.

China é, hoje em dia, o segundo maior importador no mundo de produtos florestais (depois dos EUA). Dezesseis por cento dessas importações são produtos de celulose e papel.

A reestruturação da indústria chinesa de celulose e papel, partindo de plantas produtoras em pequena escala que usam matéria prima local e chegando a modernas plantas com produção em grande escala e que usam celulosa a partir de madeira, tem resultado em enormes benefícios para as empresas consultoras, as fornecedoras de maquinário e as companhias de papel que melhoram a indústria mundial de celulose e papel.

Durante a década de 90, a indústria chinesa do papel recebeu cerca de US\$ 1 bilhão de instituições financeiras internacionais, governos estrangeiros e investidores estrangeiros. "China é ainda a Terra Prometida no tocante às empresas fornecedoras de equipamentos para celulose e papel", escreveu Graeme Rodden, editor da *Pulp and Paper International*, em dezembro de 2003.

A gigante companhia de papel sueco-finlandesa Stora Enso anunciou antecipadamente este ano que iria aumentar a capacidade de sua planta Suzhou de 160 mil a 240 mil toneladas ao ano. A Stora Enso tem plantios de eucalipto em Guangxi, província no sul da China.

A planta finlandesa UPM-Kymmene's Changshu começou a operar em 1999 e, hoje em dia, produz 350 mil toneladas de papel ao ano. Para 2005, sua capacidade será aumentada a 800 mil toneladas ao ano, com celulose importada da Indonésia.

A fortemente endividada empresa indonésia Asia Pulp and Paper (APP) tem planos para construir uma planta de papel e celulose com produção de 600 mil toneladas em Qinzhou, na província de Guangxi. Foi sugerido que a matéria prima viesse das plantios de eucalipto do sul da China. A APP pretende estabelecer uma plantação de 600 mil hectares na China.

A maior companhia de papel no Japão, a Oji Paper, planeja estabelecer um total de 200 mil hectares de plantios de árvores de crescimento rápido na China.

Companhias chinesas pretendem também entrar em cena. A Yueyang Forest and Paper tem 65 mil hectares de plantios e espera plantar 100 mil hectares com álamo, amieiro e pinheiro até o final de 2005. Os plantios são para alimentar 550 mil toneladas ao ano na fábrica de celulose e papel de Yueyang.

O Banco Mundial dispensou as plantas de papel em pequena escala por serem ineficientes, mas é improvável que o auge dos plantios de árvores de crescimento rápido na China sejam possíveis sem subsídios.

O governo chinês reservou US\$ 13 bilhões para o desenvolvimento de plantios entre 2002 e 2020. O objetivo é plantar quase 6 milhões de hectares para a indústria de celulose e papel entre 2001 e 2015.

Nesse íterim, a China é o maior receptor dos empréstimos do Banco Mundial para o setor florestal. Desde 1980, a China solicitou empréstimos do Banco Mundial por mais de US\$ 600 milhões para estabelecer plantios que fornecessem a matéria prima para a indústria da celulose e do papel. Em 2002, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US\$ 93 milhões para um "projeto florestal de desenvolvimento sustentável" na China, visando a proteção florestal e "garantindo fornecimento de madeira para satisfazer a crescente demanda da China".

A indústria do papel e da celulose chinesa que poluía em pequena escala, e empregava grande número de pessoas e sustentava milhões de agricultores, está sendo substituída por uma moderna indústria poluidora, que emprega poucas pessoas e conta com vastas áreas de plantios de monocultura para fornecer sua matéria prima. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 83, junho de 2003).

Índia: Manifestação de moradores locais contra fábrica de papel poluente

O Kali Bachao Andolan (Movimento pela Salvação do Rio Kali - KBA) realizou uma ação de peso contra a grave contaminação da empresa West Coast Paper Mills (WCPM), que despeja efluentes não tratados no rio Kali. Faz tempo que os moradores locais vêm sofrendo

terrivelmente por causa da contaminação, sendo que, em várias oportunidades, foram ameaçados com perda de emprego, caso a WCPM receba pressões para agir de forma ambientalmente responsável.

Em 30 de setembro de 2003, os moradores de Kariampalli, o povoado mais atingido, junto com representantes do Environment Support Group, da Parisara Samrakshana Kendra, do Alternative Law Forum e da Samvada, fizeram uma passeata, na localidade de Dandeli, que culminou com a entrada na WCPM justo quando começava a assembléia anual da companhia.

Os acionistas foram abordados individualmente e pressionados a exigirem responsabilidades da gerência da empresa por seu manejo ambiental pouco rígido e sua negligência criminoso para com as comunidades atingidas. Claramente pego desprevenido e profundamente sem graça, o Sr. Chandak, diretor executivo da WCPM, propôs se reunir com as "lideranças" do Kali Bachao Andolan. A resposta foi que devia se reunir com todos ou, então, com nenhum.

Durante as duas horas de deliberações que se seguiram, Leo Saldanha, falando em nome do KBA e dos moradores atingidos, fez as seguintes acusações contra a empresa:

- * negligência intencional que levou à grave contaminação do rio Kali e sua ecologia, e extração de água em quantidade bem maior do que a permitida;

- * danos e lesões de extrema gravidade a moradores que residem águas abaixo do local de despejo dos efluentes;

- * falta criminoso de atendimento aos moradores atingidos pelo incidente de contaminação que, em 29 e 30 de junho de 2003, provocou um surto epidêmico de gastroenterite com casos fatais (consulte <http://www.narmada.org/relatedissues/kali/documents/cm.complaint.20030714.html>);

- * consideração pouco séria das advertências legais, exigindo da empresa a instalação de uma planta de tratamento de efluentes de

última geração. Além disso, liberação de cinza da usina elétrica, inclusive, no local de uma instituição de ensino;

* grave transgressão do limite de produção estabelecido, pois o registro da empresa indica que está produzindo mais do dobro da quantidade permitida. Isso implicou maior consumo de água doce e duplicação da poluição, com os consequentes impactos negativos na saúde da população e no meio ambiente;

* ao que parece, a autoridade reguladora agiu em conivência com a empresa, pois não analisou os detalhes dos relatórios e não tomou as medidas necessárias;

* a empresa chegou a ameaçar as comunidades locais com medidas radicais, caso elas tentassem questionar seu comportamento errado.

O Sr. Chandak não conseguiu dar muitas explicações. Também não pôde negar nenhuma das acusações. Em decorrência disso, ele assumiu os seguintes compromissos:

1. a WCPM arcará com os custos de fornecimento de água potável a todos os moradores atingidos pela contaminação do rio Kali, provocada pelo despejo de efluentes;

2. a WCPM investirá num posto de saúde móvel, para atendimento médico imediato dos moradores atingidos;

3. a WCPM satisfará as demandas pecuniárias de todas as famílias atingidas. Tais demandas cobrirão perda de renda e sustento, devido a doença, morte, doença do gado e perda de lavouras;

4. seria atendido o pedido de Jahnu, de um ano de sustento, um morador Gowli que padece insuficiência renal aguda, e também para sua cunhada que perdeu o neném recém-nascido, devido à contaminação da WCPM. Além disso, o Sr. Chandak confirmou que o processo de produção seria modernizado, tornando-o livre de cloro elementar, mas não a curto prazo.

O protesto assinalou uma mudança importante na natureza dos acontecimentos em Dandeli; agora, os moradores locais já sabem

como negociar um pacto melhor para eles e os trabalhadores dessa grande fábrica de papel. (Boletim do WRM Nº 75, outubro de 2003).

Indonésia: O insustentável crescimento do setor da celulose e do papel

Um estudo patrocinado por CIFOR e o Escritório do Programa de Macroeconomia de WWF Internacional fornece uma análise profunda a respeito das características e conseqüências da expansão do setor da celulose e do papel na Indonésia durante a última década.

Por muitos anos, as ONGs indonésias têm estado denunciando o sério processo de desmatamento e degradação das florestas que afeta o país e o papel que tem tido a indústria da celulose e do papel nesse sentido. O estudo patrocinado por CIFOR e WWF revela alguns fatos e números interessantes, que demonstram que essa preocupação estava bem fundada. Efetivamente, desde finais da década de 80 a indústria da celulose e do papel na Indonésia tem crescido aproximadamente 700%. Os investimentos para o processamento da celulose e do papel têm ultrapassado de longe o ritmo de desenvolvimento das plantações para celulose e, em decorrência disso, a maior parte da matéria-prima tem provindo do corte de florestas –a maioria dele ilegal– o que provocou o desmatamento anual de 800.000 hectares de selva. Para entender a importância do setor da celulose e do papel com relação ao desmatamento generalizado no país, é importante salientar que de acordo com o Banco Mundial, a taxa de desmatamento é de 1.000.000 de hectares anuais, o que significaria que esse setor é o maior responsável pela destruição das florestas da Indonésia. Se considerarmos os números manejados pelas ONGs, que estimam que o desmatamento atinge 2.400.000 hectares ao ano, resulta claro que de qualquer jeito o setor ficaria no primeiro lugar da lista no tocante à responsabilidade pela destruição de florestas. O estudo afirma que o setor sofrerá um déficit crescente no fornecimento de fibra durante os próximos 5 a 7 anos, o que trará consigo ulteriores conseqüências para a situação das florestas no país.

A pesquisa revela que muitos dos projetos de produção de celulose e papel supõem um alto risco do ponto de vista financeiro, já que várias

empresas têm investido em infra-estrutura sem assegurar-se previamente um fornecimento legítimo e sustentável de matéria-prima. O comportamento aparentemente irracional dos investidores se explica pelo fato de que os proprietários têm podido evitar a maior parte do risco financeiro da operação, aproveitando os subsídios do governo, que incluem o aprovisionamento de fibra para pasta a um custo muito inferior ao seu valor, as débeis regulações prevaletentes no setor financeiro e a falta de avaliação pelas instituições financeiras internacionais, dos riscos envolvidos nos investimentos da indústria da celulose e do papel. Como outro fator da atual crise se menciona também a má administração realizada em grandes empresas do setor, promovida pela Agência Indonésia para a Reestrutura Bancária (IBRA), que permitiu a empresas falidas continuar suas operações com as mesmas equipes gerenciais que as levaram à crise.

Em resumo, a pesquisa mostra a insustentabilidade do "milagre econômico indonésio" no setor da celulose e do papel. Depois de uma década de crescimento desenfreado, baseado na destruição do patrimônio florestal do país, a expansão das monoculturas florestais, a violação dos direitos dos povos indígenas, a geração de conflitos sociais entre povoadores locais e trabalhadores industriais, o saldo tem sido negativo, inclusive adotando o limitado enfoque da economia convencional.

O caso da Indonésia mostra claramente que o tão publicitado mito de que as plantações contribuem para aliviar a pressão sobre as florestas nativas, e portanto ajudam a preservá-las, resulta completamente falso. Pelo contrário, as plantações constituem um fator de sua destruição, já que na realidade se cortam e incendiam vastas superfícies de florestas para deixar o caminho livre para plantações para celulose (Boletim do WRM N° 41, dezembro de 2000).

Indonésia: Produção de papel ameaça comunidades e florestas em Sumatra

Sabe-se que a indústria produtora de celulose e papel na Indonésia – e no mundo – é ambiental e socialmente destruidora. Uma das empresas mais importantes do mundo em produção de celulose e papel é a Asia Pulp and Paper Company, que está no lugar número

10 do *ranking* mundial. Uma de suas subsidiárias é a Indah Kiat Pulp and Paper, cuja fábrica de celulose e papel está localizada em Perawang, no sul de Sumatra.

Essa empresa tem um longo histórico em matéria de impactos. É acusada de devastação ambiental, de ignorar descaradamente os direitos das comunidades locais e a legislação do país, recorrendo tanto a pressões indevidas quanto a subornos a funcionários do governo. O papel "barato" que produz –obtido com o alto custo da destruição das florestas, a poluição dos rios e a liquidação dos meios de vida dos povoadores locais– é finalmente vendido principalmente na Europa e na Ásia.

A Indah Kiat Pulp and Paper adquire a maior parte da madeira que utiliza como matéria-prima através de um contrato a longo prazo com a PT Arara Abadi (empresa afiliada da Indah Kiat Pulp and Paper), que tem uma concessão outorgada pelo governo da Indonésia para explorar sem mais nem menos 300.000 hectares de floresta.

Essa empresa é a encarregada de destruir as florestas, assegurando à Indah Kiat Pulp and Paper o fornecimento de madeira. Atualmente também estão começando a utilizar como matéria-prima madeira provinda de plantações de espécies de rápido crescimento, tais como acácias e eucaliptos, que também são causa de destruição de florestas e meios de vida das populações locais.

Além disso, as atividades da Indah Kiat Pulp and Paper não apenas destroem as florestas da Indonésia, que são e têm sido um elemento vital para as populações locais, mas os efluentes das fábricas produtoras de celulose e papel estão poluindo os rios, deixando desse jeito às comunidades locais sem uma importante fonte de sustentação.

Com efeito, os habitantes de Perawang, costumavam ganhar-se a vida através da pesca no rio Siak. Conforme declarações de um dos habitantes da área ao jornal britânico *The Guardian*, "nesse rio cada um dos pescadores costumava pescar uma média de 10 quilos de peixe, mas atualmente é muito afortunado o que consegue pescar um ou dois –não quilos, mas pescados–". Em decorrência disso, os

povoadores foram forçados a dedicar-se ao corte ilegal de árvores para assegurar sua sustentação.

Conforme estudos realizados nesse sentido, estima-se que se não houver mudanças, as florestas de Sumatra desaparecerão em um período de 5 a 10 anos e para essa época as comunidades deverão enfrentar uma nova crise, bem pior que a atual, já que não restarão os rios nem as florestas que historicamente lhes garantiram sua sobrevivência.

Esse é mais um exemplo de uma empresa que gera gravíssimos impactos sociais e ambientais negativos. Por um lado, gera desmatamento devido ao corte de florestas para obter a matéria-prima –como o aval do governo da Indonésia que outorga as licenças– para suas fábricas de celulose e papel, e além disso, através das plantações de monoculturas de acácias e eucaliptos que resultam na definitiva destruição da floresta. Mas como se isso não fosse suficiente, suas atividades depredadoras e poluentes obrigam os povoadores locais de Perawang a ter que mudar seu estilo de vida –baseado na pesca– e dedicar-se ao corte ilegal para poder sobreviver, e portanto a empresa também é responsável desse desmatamento adicional (Boletim do WRM Nº 48, julho de 2001).

Indonésia: Destruição das florestas por empresa de celulose e papel APRIL

A ONG Amigos da Terra-Reino Unido acaba de publicar um relatório detalhado (em inglês) sobre a destruição de florestas na Indonésia, focalizado na deterioração ambiental e os impactos sociais gerados pela Asia Pacific Resources International Holding Ltd., conhecida como a APRIL, uma das maiores companhias de celulose e papel do mundo.

A empresa APRIL, propriedade do magnata Sukanto Tantoto, está registrada em Cingapura e faz parte do grupo indonésio Raja Garuda Mas. A principal subsidiária de fabricação de papel da APRIL é a Riau Andalan Pulp & Paper (RAPP), localizada na Província de Riau, na ilha indonésia de Sumatra. A RAPP começou suas operações em 1995 e agora possui uma fábrica de celulose com capacidade de 2 milhões de toneladas ao ano, o que faz com que seja a maior fábrica de celulose do mundo.

Em funcionamento desde 1995, a maior parte da fibra destinada à fábrica RAPP da APRIL tem provindo de madeira tropical, obtida a partir do corte de florestas. No ano de 2000, 100% da fibra da APRIL proveio do corte de florestas tropicais. Em 2001, 80% de sua fibra ainda tinha como origem o corte desse mesmo tipo de floresta. Amigos da Terra estima que em finais de 2001 as atividades de APRIL já tinham provocado a destruição de 220.000 hectares de florestas úmidas. A APRIL admite que continuará dependendo do corte rente de florestas até 2008, quando estima que suas plantações poderão satisfazer os requerimentos de sua capacidade de produção de celulose. Os analistas industriais questionam energicamente os argumentos da APRIL com relação a seus índices de plantação de árvores de acácia, e há pessoas que consideram que é possível que a APRIL continue desmatando florestas úmidas, por muito tempo depois de 2008. Conforme as estimações da própria companhia, nos próximos seis anos terá de cortar mais 147.000 hectares de florestas úmidas.

Os locais onde a APRIL realiza suas atividades de corte são o hábitat natural de numerosas espécies em perigo de extinção, entre elas o tapir (*Tapirus indicus*), a subespécie elefante de Sumatra (*Elephants maximus*) e o tigre de Sumatra (*Panthera tigris sumatrae*). Mas ainda se todo o consumo de madeira proviesse de plantações, isso significaria a conversão das florestas úmidas em plantações de árvores, provocando inevitavelmente a redução da área disponível para essas espécies, o que aumentaria com certeza as probabilidades de sua extinção.

Como agravante, um estudo dos auditores independentes da SGS, encarregado pela APRIL em 1998 descobriu que mais de 40.000 hectares da superfície outorgada em concessão à APRIL têm sido reivindicadas pelas comunidades locais. A área na que se construiu a fábrica da RAPP é território reivindicado por povos indígenas das vilas de Delik, Sering e Kerinci. Em decorrência dessa disputa, o representante legal das mencionadas vilas foi encarcerado durante três anos. Em outro caso de disputa territorial na vila Lubuk Jami, informou-se que um membro da comunidade foi morto a facadas, durante uma protesta realizada em 1998.

O relatório também salienta o papel dos atacadistas do Norte que compram papel à APRIL, bem como da gigante empresa de fabricação de papel finlandesa UPM-Kymmene, a maior compradora de celulose da APRIL para sua fábrica de papel em Changshu, China. De acordo com o relatório "A APRIL não poderia levar a cabo suas atividades destruidoras sem esse apoio de mercado. Essas empresas devem por conseguinte assumir sua responsabilidade por apoiar o dano catastrófico ocorrido em anos recentes às florestas da Indonésia".

As instituições financeiras de dentro e fora da Indonésia (Reino Unido, Holanda, Suíça, França, Estados Unidos, Finlândia, Japão) também são responsáveis da introdução massiva de investimentos de capital (de aproximadamente USD 12.000 a 15.000 milhões) que contribuíram com o crescimento exponencial da indústria da celulose e do papel da Indonésia.

A APRIL enfrenta agora uma séria crise financeira. Está renegociando o pagamento de sua dívida de USD 1.900 milhões, ao mesmo tempo que enfrenta a possível escassez de matéria-prima no futuro. A indústria mundial de celulose e papel sofre os efeitos da queda de preços e as instituições financeiras enfrentam a probabilidade de sofrer grandes perdas. Mas sem dúvida, os mais prejudicados são os povos indígenas da Indonésia, que estão perdendo seus lares e formas de vida e sustentação. Quem pagará essa dívida? (Boletim do WRM N° 55, fevereiro de 2002).

Indonésia: Relatório sobre violação dos direitos humanos praticada pela indústria do papel"

Sem solução: violação dos direitos humanos e a indústria de celulose e papel da Indonésia" é o título de um novo relatório de 90 páginas (em inglês) da organização Human Rights Watch –publicado no dia 7 de janeiro de 2003– que documenta de forma extensa, a relação subjacente entre o desprezo pelos direitos humanos e as práticas nocivas em matéria de manejo florestal.

"A Polícia e os seguranças das empresas indonésias são responsáveis por repetidas violações dos direitos humanos contra as comunidades indígenas envolvidas na indústria de celulose e papel na Sumatra",

afirmou a Human Rights Watch. As violações incluem apropriação de terras sem compensação e ataques brutais contra manifestantes locais. Do final da década de 1980 para cá, a indústria de celulose e papel da Indonésia cresceu rapidamente, até se tornar um dos dez produtores mais importantes do mundo. Porém, essa indústria acumula dívidas de mais de US\$ 20 bilhões, e a demanda gerada pela expansão consome grandes áreas de florestas tropicais nas terras baixas da Sumatra. Esses territórios são reivindicados pelas comunidades indígenas, que deles dependem para o plantio do arroz e a extração da borracha. A perda de acesso à floresta e o fato das empresas contratarem trabalhadores de fora da província são fatais para o sustento local e geram violentos conflitos. A Asia Pulp & Paper (APP) é a maior produtora de papel da Indonésia e dona de uma das maiores plantas de produção de celulose do mundo, a planta Indah Kiat, em Riau, na Sumatra. A principal fornecedora de fibra da planta, a Arara Abadi, instalou a sua plantação para polpa de papel nos anos 1980-90, durante a presidência de Suharto. A Arara Abadi, apoiada pelas forças de segurança do Estado, vem se apossando, de maneira rotineira, de terras pertencentes às comunidades indígenas, para instalar suas plantações, sem satisfazer os processos exigidos e com nula ou escassa compensação. Desde a queda de Suharto, em maio de 1998, os moradores locais vêm tentando exercer pressão para conseguir que sejam atendidas as suas reclamações, mas deparam-se com a falta de vontade para fazer cumprir a legislação. Sem soluções para combater a injustiça, as comunidades voltaram-se, de forma crescente, para a criação de organizações de vigilância próprias. A Arara Abadi respondeu com violência e prendendo pessoas. Em seu relatório, a Human Rights Watch detalha três casos acontecidos no ano 2001, em que moradores locais de Mandiangin, Betung e Angkasa/Belam Merah, frustrados pelas disputas não resolvidas com a Arara Abadi, criaram bloqueios ou começaram a derrubar árvores da plantação. Centenas de seguranças da empresa, armados com cassetetes, atacaram os moradores, ferindo gravemente nove deles e prendendo sessenta e três. A Polícia da Indonésia, que treinou as milícias civis e que também esteve presente durante os ataques, foi cúmplice nos três casos. No ano passado, voltaram a ser veiculados, em Riau, casos de violência contra moradores que se recusam a entregar suas terras aos fornecedores da APP. Das centenas de agressores envolvidos, a Human Rights Watch apenas tem

conhecimento de que duas pessoas foram julgadas, sendo que ambas, condenadas por agressão e lesões, foram postas em liberdade após trinta dias de prisão. A Human Rights Watch não apoia as ações ilegais realizadas pelos manifestantes locais e reconhece a necessidade da empresa de proteger seu pessoal e sua propriedade. Contudo, não há nada que possa justificar o uso da força em excesso pelas milícias criadas pela empresa, e a impunidade dos responsáveis pelas surras só faz alimentar, de forma direta, o ciclo de 'justiça pelas próprias mãos' por parte da população local. É provável que continuem acontecendo abusos, caso seja mantida a atual situação de impunidade, pressão financeira e falta de padrões internos das empresas no que diz respeito à segurança, sustenta a Human Rights Watch. A maior parte da verba destinada para a Polícia e o Exército (70%) não vem do orçamento estatal, mas de contribuições das empresas, muitas delas do setor florestal. Esses vínculos comerciais geram um conflito de interesse econômico que atrapalha a aplicação da legislação. Além disso, o pessoal da segurança da Arara Abadi não tem limites para o uso da força e não é responsabilizado pelas violações dos direitos humanos dos moradores locais. (Boletim do WRM Nº 66, janeiro de 2003).

Indonésia: Reabertura de fábrica de celulose da Indorayon enfrenta forte oposição local

A reabertura da fábrica de papel e raioim PT Inti Indorayon Utama, em Porsea, Sumatra do Norte, desatou forte oposição local. A planta, localizada no centro de um distrito densamente povoado, perto do lago Toba –uma das maiores reservas de água doce do Sudeste Asiático–, libera poluentes no meio ambiente, geralmente sem filtrar, contamina a água e o ar da região e destrói as bases de sustento da população Batak local. Nos anos 1990, evidência científica revelou que essa planta era responsável pelos diversos danos causados à saúde da população local: afeções da pele, doenças respiratórias e problemas no sistema nervoso são o resultado da produção de celulose e raioim. Por outro lado, a derrubada –essencial para a produção– teve efeitos devastadores na agricultura local: deslizamentos de terra, flutuações incontroláveis no abastecimento de água, danos a plantas e peixes. A população local tem uma longa história de oposição à fábrica e às plantações que a alimentam.

As ONGs e as igrejas indonésias que se juntaram ao protesto contra a reabertura da fábrica têm o apoio da Missão Evangélica Unida (UEM, em inglês). Em uma carta endereçada à Presidenta da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, a UEM, junto com a Misereor, o Trabalho Diaconal da Igreja Evangélica Alemã, a Watch Indonesia! e o INFID, solicitou ao governo a não reabertura da planta, para evitar os riscos a que ficarão sujeitos a população e o meio ambiente.

Embora ambientalistas e o então ministro do Meio Ambiente tenham, desde o começo, chamado a atenção para as conseqüências previsíveis do projeto, ele foi implementado com o apoio de Suharto, antigo mandatário do país. Depois da queda de Suharto, e como resultado dos protestos em massa da população, a produção foi suspensa temporariamente, mas, desde então, a empresa vem lutando incansavelmente por reiniciá-la, ao que parece com sucesso. Ainda que, no início do ano 2000, o ministro do Meio Ambiente da Indonésia tenha aconselhado o fechamento definitivo da planta, em novembro de 2002, o governo deu autorização à gerência da empresa para retomar as operações. Desde então, vêm acontecendo violentos confrontos entre a população local e a Polícia, com um saldo de dezoito manifestantes detidos, entre eles dois pastores da Igreja Cristã Protestante de Batak (HKBP, em inglês), uma das igrejas-membro da UEM.

A ONG local KSPPM e o ramo da Sumatra do Norte do grupo ambientalista WALHI também apoiam os manifestantes. Grupos locais criaram um centro de crise e uma cozinha, no bairro vizinho de Tarutung, para ajudar as vítimas do conflito. Um homem de Porsea, que participou num confronto em Jakarta, declarou: "O governo não está interessado no meio ambiente, não está interessado no estrago provocado pela Indorayon, como também não no que deseja a população local. O governo está do lado da empresa, mas noventa por cento da comunidade não quer a Indorayon aqui". (Boletim do WRM Nº 67, fevereiro de 2003).

Indonésia: A indústria da celulose e do papel, um desastre crescente

No início da década de 80, o governo indonésio lançou um plano florestal ambicioso chamado "Desenvolvimento das Plantações

Madeiras Industriais (HTI) e da Indústria da Celulose". Nas etapas iniciais de seu desenvolvimento, alegava-se que as plantações para celulose reabilitavam terras degradadas e reduziam a pressão sobre as florestas naturais. Essa publicidade enganosa pretendia realmente disfarçar um ambicioso plano do governo indonésio para que o país se transformasse num dos principais produtores de celulose e papel.

Para executar esse plano, o governo não apenas emitiu um grande número de regras que permitiam aos concessionários cortar florestas naturais, mas também desembolsou milhões de dólares em empréstimos isentos de juros como incentivo para que as empresas entrassem no negócio, com o benefício adicional de extrair madeira das concessões, bem como receber muitos outros privilégios políticos e econômicos.

A expansão do projeto desenvolvia-se sem problemas. Até o ano 2001, mais de 8 milhões de hectares de terras tinham sido outorgadas a 175 companhias para serem transformadas em HTIs. Aproximadamente 5 milhões de hectares do total foram alocadas para plantações de monoculturas de árvores de crescimento rápido (*Acacia mangium* e *Eucalyptus*). A produção de pasta aumentou bruscamente de 980.000 toneladas em 1987 para 8 milhões de toneladas no final de 2000. Isso mudou a situação da Indonésia de simples importador de pasta para simples exportador de pasta.

No entanto, as plantações se expandiram, o processo foi gerando gradativamente uma cadeia de desastres para o meio ambiente e para as vidas econômicas, sociais e políticas do povo indonésio.

Não há informação relevante para apoiar o argumento que a indústria de celulose é eficiente e produtiva. Pelo contrário, os dados oficiais mostraram que apenas 1,85 milhões de hectares (23,5% da correspondente área total) tinha sido plantada com árvores para alimentar as fábricas de celulose. A cifra poderia ser ainda menor no campo, já que as plantações eram estabelecidas geralmente em terras não apropriadas para HTIs, tais como pântanos de turfa ou pântanos (por exemplo a Asia Pulp and Paper Company em Jambi tinha uma proporção qualitativa-quantitativa de 1 para 3, o que significa que cada 3 árvores plantadas nos pântanos, apenas 1 sobreviveu). A madeira

obtida de graça nas concessões era logicamente a principal razão para o envolvimento das empresas no negócio: uma vez que a floresta era cortada e a madeira removida, a concessão era abandonada sem ter plantado as árvores que supostamente seriam plantadas.

Os próprios concessionários das HTIs não mantinham bem suas plantações. Em 2002 o governo revogou a licença de algumas HTIs por diferentes razões, tais como dívidas não pagadas, mal manejo e mal uso do Fundo de Reflorestamento, mostrando desse jeito que as HTIs não funcionavam corretamente.

Ironicamente, não se prestava qualquer atenção aos locais excessivamente cortados, degradando milhares de hectares de terra, que tinham sido florestas primárias ou fontes de sustentação para as comunidades locais, e transformando-as em "terras de ninguém" (terras abandonadas). Isso a câmbio degradou a função equilibradora da terra e quando a degradação ambiental estrutural acumulou-se, os resultados foram enchentes, incêndios de florestas e desmoronamentos.

Para piorar a situação, ficou claro que as sete indústrias de celulose baseadas na Sumatra e em Kalimantan estavam utilizando matéria-prima de florestas naturais. Os dados de 2003 do Ministério Florestal mostravam que em média, cada uma das indústrias tinha um déficit de matéria-prima de 700.000-2.000.000 metros cúbicos ao ano, e que as plantações satisfaziam apenas 20-25% da demanda total, e que a metade da madeira de fontes naturais estava sendo extraída ilegalmente.

Os números que antecedem poderiam ter sido bem maiores se tivéssemos tomado os dados prévios do ministério. As Estatísticas de Manejo Florestal de 2001 mostram que enquanto a demanda atingia os 25 milhões de metros cúbicos de madeira ao ano, a produção total de plantações relacionadas era apenas 3,8 milhões de metros cúbicos por ano, o que significa que 85% da celulose era extraída de florestas e não de plantações.

É evidente que as indústrias de celulose continuarão baseando-se nas florestas naturais para satisfazer suas demandas de matéria-

prima. Em março de 2004, um jornal nacional reportou que a Asia Pulp and Paper (APP) e a Asia Pacific Resources International Holding Ltd (APRIL) deixariam de receber matéria-prima de florestas naturais em 2007 e 2008, segundo suas próprias declarações. No entanto, duvidamos que isso vai ser assim, porque a produção da HTI estava bem por debaixo de sua capacidade industrial, segundo revelou uma pesquisa realizada pela rede de ONGs da Indonésia.

O sistema autoritário implementado pelo governo no setor florestal produz um sistema de licenciamento fechado, que tem incentivado a corrupção, a colusão e o nepotismo. Mais tecnicamente, os processos de alocação de terras tem subtraído a soberania das comunidades indígenas e locais, o que resulta em prolongados conflitos sociais entre os concessionários e as comunidades locais.

De acordo com dados do Ministério Florestal, durante 1990-1996, ocorreram mais de 5.700 conflitos sobre o estabelecimento de HTIs em toda a Indonésia. Os conflitos foram principalmente de luta pela posse da terra entre povos indígenas e outras comunidades locais com os concessionários.

Em Porsea, Sumatra do Norte, os conflitos entre a comunidade local e a PT Inti Indorayon Utama (IIU) chegou até o uso de violência pela companhia apoiada pelo governo. Centenas de pessoas foram atacadas, com o resultado de que algumas delas sofreram incapacidades permanentes, outras foram encarceradas e muitas morreram. A companhia também destruiu completamente a harmonia entre o meio ambiente e a comunidade local. As áreas próximas à fábrica ficaram poluídas pelo fedorento cheiro de cloro, dificultando a respiração. Os arrozais das comunidades ficaram poluídos pelos efluentes químicos da fábrica.

Depois de muitos anos de luta, a fábrica foi fechada. No entanto, o sistema legal corrupto e as complexidades políticas levaram à reabertura do negócio administrado pelo magnata Radja Garuda Mas. A reabertura da companhia com uma nova estratégia, um novo nome (PT Toba Pulp Lestari) e uma nova orientação (já não produzir raiom, mas produzir somente pasta) mostrou claramente que a Presidente Megawati fazia a vista grossa à violência militar contra a comunidade local.

Outras companhias têm utilizado métodos diferentes, apesar de que igualmente opressivos. Por exemplo, a APP criou uma espécie de milícia local (chamada PAM Swakarsa) para sufocar as protestações das comunidades locais e o mesmo fez a Indah Kiat Pulp & Paper e a Riau Andalan Pulp & Paper. Em Jambi, a PT Lontar Papyrus e a PT Wira Karya Sakti conseguiram inteligentemente utilizar sua influência para fazer que a administração local acomodasse seus interesses nas normas locais; por exemplo, conseguiu converter os arrozais em HTI nas proximidades de Parit Pudin.

É possível concluir que a pirâmide de conflitos sociais gerados pelo estabelecimento de fábricas de celulose e HTIs é o resultado das políticas estruturais e sistemáticas levadas a cabo pelo governo em colusão com as companhias e do paradigma de manejo de recursos naturais e conflitos que colocam o ambiente e as comunidades como simples objetos.

As expectativas excessivas de uma indústria de celulose próspera tem feito com que o governo viole seus próprios regulamentos. O governo apóia os concessionários de HTIs não apenas através de um sistema de licenciamento escuro e que favorece às empresas, mas através de empréstimos isentos de juros como incentivo econômico para essas empresas. Além disso, continua emitindo políticas que favorecem as companhias.

No final de 2003, através do Ministério Florestal, o governo criou alguns regulamentos ministeriais a respeito do setor de HTI e emitiram-se quatro decretos ministeriais. Ironicamente, todos eles referem-se aos privilégios HTI e continuam ignorando os problemas. Os decretos estabelecem que cada HTI pode ser estabelecido sem ter que realizar estudos de viabilidade. Os decretos portanto eludem o assunto do mau desempenho de HTI e abrem o caminho ao pragmatismo industrial e aos problemas ambientais e socioeconômicos. O decreto também estipula que tanto os HTI estabelecidos quanto os descumpridores estão autorizados para alterar sua estrutura de investimento através da divisão, o que claramente coloca os fundos públicos (canalizados através de empréstimos do governo) em risco. Os bens ou ações dos HTI vendidos ao setor privado não continuarão pertencendo ao público.

Os problemas relacionados com a indústria da celulose e HTIs têm eventualmente levado a ocorrências naturais que as comunidades têm tido que suportar, tais como os desastres naturais cuja frequência, alcance e intensidade são crescentes. As HTIs mal manejadas deixam terras degradadas ou plantações mal mantidas. Isso poderia alterar o clima, isto é, aumentando a temperatura local. No início de 2003, ocorreu um incêndio extensivo em Jambi. Quase 500 hectares do HTI gerido pela PT Dyera Hutan Lestari (PT DHL) arderam por 3 semanas devido ao mal manejo, à conversão de pântanos de turfa para plantações que destruíram a estrutura sedimentária de água e lama, e a um mal sistema de canalização. Numa outra parte de Jambi, perto de Mendahara Ulu, a área alagou-se porque as florestas de mangues no curso alto tinham sido destruídas por HTIs.

No começo de 2003 houve uma grande enchente que durou quase um mês em Riau. A enchente destruiu tudo no curso e causou uma perda de até 764 mil milhões de rupias, equivalentes a 64% do orçamento regional de 2002. Um relatório da ONG indonésia WALHI revelou que o grande número de terras convertidas no curso superior tinha causado a perda da capacidade de carga da terra, resultando em erosão, sedimentação e enchentes.

Já em Riau, em meados de 2003 houve outra grande enchente seguida por um incêndio florestal que destruiu mais de 245.000 hectares de florestas em menos de 23 dias. Trinta e dois das 54 companhias que desmatam as florestas com fogo eram HTIs.

Enchentes, desmoronamentos, incêndios florestais e poluição não são o processo de culminação da natureza, mas os produtos do manejo explorador regulado por políticas econômicas baseadas no interesse que ignoram o manejo sustentável dos recursos. Os desastres portanto demonstram ser estruturais, gerados por políticas superestruturadas e funcionários do governo corruptos. Portanto é crucial entender o papel dos atores e políticas fora do setor florestal – que diretamente e indiretamente se relacionam com assuntos florestais – para visualizar o setor de celulose e HTIs. (Por: Rivani Noor, Rully Syuamanda, Rudy Lumuru e Longgena Ginting, Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

Japão: Indústria do papel envolvida em engenharia genética de eucaliptos

Apesar dos impactos potencialmente devastadores que pode implicar, os fabricantes de papel japoneses estão realizando pesquisas de engenharia genética destinadas à "criação" de árvores que produzam mais celulose.

O eucalipto é a árvore mais utilizada pela indústria do papel como matéria-prima para a produção de celulose. A madeira dessa árvore está composta por quantias mais ou menos iguais de celulose e lignina, e portanto é necessário extrair a lignina para obter a celulose. Em procura de maiores lucros, as companhias do papel estão trabalhando para modificar árvores de eucalipto geneticamente para que sua madeira contenha menos lignina e mais celulose.

Várias estratégias estão sendo desenvolvidas com esse objetivo. A pesquisa da Nippon Paper Industries visa a bloquear os genes que ajustam as diferentes etapas da síntese de lignina, e seu resultado é um eucalipto transgênico que contém menos lignina e mais celulose, do que se obtém 5% mais de pasta. A Mitsubishi Paper Mills tem criado um eucalipto recombinante que contém de 14 a 16% menos de lignina que estima-se que produzirá 10% mais de pasta, enquanto a Oji Paper se focaliza em facilitar a extração de lignina durante o processo de obtenção da pasta para reduzir os custos com fabricação e reduzir também o número de agentes branqueadores necessários para a produção da celulose.

É importante salientar que a Oji Paper (o maior produtor de papel do Japão) possui um total de 200.000 hectares de plantações de crescimento rápido no exterior, distribuídas entre a Papua Nova Guiné, a Nova Zelândia, a Austrália e o Vietnã. Atualmente está planejando aumentar 20 vezes sua produção de papel no exterior (para um milhão de toneladas), contando com a expansão a outros países da Ásia através de fusões e aquisições, com um investimento de USD 124.000 milhões. A China é um dos objetivos principais, como a Tailândia, o Vietnã e a Indonésia.

Em finais de 2000, a indústria de papel de Japão tinha aproximadamente 140.000 hectares de plantações no próprio Japão e aproximadamente 280.000 hectares no exterior. Espera-se que para finais de 2010 a área no exterior atinja as 430.000 hectares, grande parte das quais poderiam estar eventualmente compostas por plantações de eucaliptos transgênicos. (Boletim do WRM N° 49, agosto de 2001).

República do Laos: A EcoSecurities ajuda o ADB a outorgar subsídios de carbono à indústria da celulose

O Banco Asiático de Desenvolvimento (Asiatic Development Bank-ADB) tem grandes planos para estabelecer plantações na República do Laos. O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais obteve um relatório que se filtrou de uma missão recente do ADB na República do Laos, no que se descreve a forma em que o Banco pretende atrair às companhias internacionais produtoras de celulose e papel para que invistam na República do Laos.

Nos últimos dez anos, o ADB tem financiado atividades numa área de aproximadamente 12.000 hectares na República do Laos através de seu "Projeto de Plantações Industriais de Árvores" pelo valor de USD 11,2 milhões. No marco de seu "Projeto de Plantações Florestais para a Sustentação", o Banco pretende financiar 30.000 hectares de plantações.

Como parte das atividades preparatórias para esse projeto, uma missão do ADB visitou a República do Laos entre o dia 19 de junho e o dia 4 de julho de 2003. No relatório da missão que se filtrou, o Banco argúi que "a melhor forma de desenvolver o subsector de plantações é atrair e facilitar a entrada das MPCs (companhias multinacionais de plantações) para que estabeleçam LCPs (grandes plantações comerciais)". O ADB quer criar um "pacote de incentivos" para fomentar que as multinacionais estabeleçam 500.000 hectares de plantações. Além disso, o Banco espera que ingressem companhias que construam duas fábricas de celulose pelo valor de 1.000 milhões de dólares cada uma, as duas com uma capacidade de produção anual de um milhão de toneladas.

De acordo com o relatório da missão do ADB, várias multinacionais já estão interessadas em estabelecer plantações na República do Laos, entre elas a Stora Enso (Finlândia-Suécia), a Riau Andalan (Indonésia) e a Phoenix Pulp and Paper (Tailândia). O Banco quer realizar um seminário sobre investimento internacional que "fornecerá uma boa oportunidade às firmas interessadas para melhorar sua compreensão sobre o importante potencial de estabelecer grandes plantações comerciais no país", informa o documento da missão do Banco.

A missão do ADB também propôs o estabelecimento de uma Corporação para o Desenvolvimento das Plantações na República do Laos, com o fim de facilitar o investimento em plantações no país. O Banco "já está explorando" o possível financiamento da Corporação através do governo francês e do Fundo de Desenvolvimento Nórdico.

Um outro incentivo possível para o desenvolvimento das plantações na República do Laos é o financiamento através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. No marco do MDL, os países do Norte podem obter "créditos de carbono" (na realidade, autorizações para continuar poluindo) através do financiamento de projetos de plantações (e outros tipos de projetos) no Sul, que supostamente reduzirão ou absorverão as emissões de carbono.

No entanto, o cálculo de quanto carbono absorverá uma plantação e por quanto tempo, implica assumir muitas hipóteses. Para calcular quanto carbono absorveria uma plantação   necessário realizar uma comparação com o que poderia ter acontecido sem a plantação. Uma vez que é plantada, a plantação pode se queimar. O fogo poderia espalhar-se para as florestas vizinhas. Diferentes pragas poderiam invadir grandes áreas da plantação. A taxa de crescimento das árvores plantadas poderia ser afetada por secas ou inundações, e junto com ela, a taxa de absorção de carbono dessas  rvores. Os povoadores poderiam decidir cortar árvores e reclamar suas terras. Poderiam decidir despejar outra área da floresta para substituir as terras de cultivo perdidas pelo estabelecimento das plantações.

Ainda bem que existe uma nova raça de expertos clarividentes que podem esquadrihar o futuro por nós. Louise Aukland, uma

"especialista em seqüestro de carbono" foi uma das assessoras da missão do ADB na República do Laos. Nesse momento a Sra. Aukland trabalhava para a EcoSecurities, uma firma consultora que "se especializa em assessorar sobre estratégias em problemas de aquecimento global". Entre os serviços oferecidos pela EcoSecurities está a assessoria a clientes no desenho de projetos para aumentar suas possibilidades de obter financiamento no marco do MDL.

Atualmente a Sra. Aukland já não trabalha para a EcoSecurities e seu colega Jan Fehse tem assumido suas responsabilidades. Fehse é um experto: um "especialista em manejo florestal e projetos de carbono relacionados com o uso da terra" com um profundo conhecimento da política da mudança climática com relação ao uso da terra, a mudança no uso da terra e o manejo florestal", conforme consta do sítio web da EcoSecurities.

Perguntei para Fehse como vai a EcoSecurities determinar quanto carbono poderia absorver uma plantação, como calcula a EcoSecurities o que poderia acontecer se as plantações não estivessem plantadas e como determina a EcoSecurities o que poderia acontecer com uma plantação num prazo, vamos dizer, de 100 anos.

Fehse não respondeu minhas perguntas. Em vez disso, explicou que as perguntas são "sobre metodologias para estabelecer linhas de base, a determinação dos limites do projeto, o desenho da dinâmica do carbono dentro dos limites do projeto e fora deles (fuga)". E acrescentou: "sugiro-lhe que leia primeiro os Acordos de Marrakech".

Os Acordos de Marrakech foram aprovados na Sétima Conferência das Partes (COP7), realizada em Marrakech em 2001. As questões incluídas são altamente técnicas. Felizmente, como apontara Fehse, "A EcoSecurities tem muita experiência nessas questões altamente técnicas". Infelizmente, Fehse não parece ter muita vontade de explicar essas questões altamente técnicas.

A EcoSecurities pode argüir que sua atividade está dedicada a fornecer financiamento para o desenvolvimento sustentável dos países pobres. Mas através de sua participação nos projetos de plantações do ADB na República do Laos, essa companhia está ajudando a outorgar

subsídios à indústria internacional da celulose e do papel, uma indústria que tem produzido grandes problemas ambientais e sociais na vizinha Tailândia.

Em 1995 o economista tailandês Pasuk Pongpaichit escreveu o seguinte: "A teoria econômica estabelece que é correto subsidiar a educação porque beneficia à sociedade inteira. Mas as indústrias do eucalipto, da celulose e do papel geram lucros para algumas pessoas, enquanto causam problemas para a sociedade inteira. Portanto, a teoria econômica estabelece que devemos cobrar-lhes impostos. No entanto, o governo faz o contrário".

O ADB tem a intenção de outorgar subsídios à indústria da celulose e do papel, sem o benefício de uma discussão ampla sobre seus impactos na República do Laos ou sobre se uma conversão de grandes áreas do país em plantações de monoculturas constitui realmente "desenvolvimento sustentável". A conclusão de Pasuk sobre os subsídios na Tailândia é igualmente aplicável à República do Laos: "é um problema de influência e poder". (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 76, novembro de 2003).

Malásia: Campanha contra projeto de plantações e fábrica de celulose em Sabah

Um projeto plantações florestais que ocuparia quase 3% do território de Sabah, no norte de Bornéu, e que significaria a desapareição de 6% de suas florestas primárias –que são cada vez mais escassas– está sendo promovido em Kalabakan por uma *joint-venture* integrada pela Innoprise Corporation Sdn Bhd, a Lions Group de Malásia e a China Fuxing Pulp and Paper Industries da China. O megaprojeto de plantações e fábrica de pasta, cujo custo tem sido avaliado em USD 1.100 milhões, determinará a substituição de 240.000 hectares de floresta pela monocultura de uma espécie de acácia (*Acacia mangium*) de rápido crescimento, originária da Austrália.

O projeto tem gerado críticas devido aos consabidos impactos que provocará e por não ter nem sequer cumprido com os débeis requerimentos ambientais de Sabah. Conforme a legislação para a conservação do ambiente vigente nesse local, o corte de uma floresta

de 500 hectares ou mais, da mesma forma que qualquer empreendimento de plantação de árvores de 500 hectares ou mais, requer uma Avaliação de Impacto Ambiental. No entanto, já foram cortadas 12.000 hectares na área do projeto proposto, sem que tenha sido levada a cabo qualquer Avaliação de Impacto Ambiental. A Innoprise Corporation alega que não é necessária, já que a operação madeireira foi aprovada antes de que esse procedimento virasse obrigatório por lei, e anunciou o próximo corte de mais 33.000 hectares. A empresa ignora olímpicamente a Lei de Qualidade Ambiental do Governo Federal de 1974 e a Ordem de Qualidade Ambiental de 1987, que obrigam a realizar uma Avaliação de Impacto Ambiental prévia nestes casos. Sahabat Alam Malasia (SAM) –Amigos da Terra-Malásia– tem denunciado que ao permitir que o corte continue sem a Avaliação de Impacto Ambiental obrigatória, o governo de Sabah está ignorando completamente os impactos ambientais das atividades madeiras e manipulando a lei em favor dos interesses das grandes empresas e em prejuízo da conservação da floresta.

Com toda razão receia-se que essa enorme plantação provoque impactos devastadores sobre o ambiente. A plantação cortará o maior trecho contínuo de selva remanescente na região, que se estende entre o vale de Danum e a bacia do Maliau, os dois classificados como Áreas de Proteção Classe Um. A área possui um alto grau de biodiversidade, incluindo 120 espécies de mamíferos, 280 de aves e mais de 2.500 de diferentes árvores. Esse ecossistema rico em biodiversidade corre o risco de ser substituído por um agrossistema uniforme e pobre em diversidade. Já há informação de que é mais freqüente ver animais selvagens, provavelmente porque estejam fugindo da área já cortada. Considerando que a maior parte da área do projeto apresenta um importante declive, o corte da plantação exporá o solo diretamente à erosão provocada pela chuva. Desse jeito, os sedimentos poderiam atingir a vegetação do mangue da baía Cowie, destruindo os recursos marinhos. As conseqüências já são evidentes: quando foram cortadas apenas 12.000 hectares, já houve inundações no vale de Danum. O microclima também será afetado uma vez que a selva seja substituída por uma plantação, tornando-se mais seco e cálido. Além disso, isso poderia criar condições negativas para a própria plantação, fazendo com que seja mais proclive ao risco de incêndios.

Os efeitos da fabricação e do branqueamento de celulose também são ameaçadores. O uso do cloro para o branqueamento tem feito com que essa indústria seja a terceira maior fonte de dioxina e derivados no mundo. Esse problema se agrava pelo fato de que a Malásia carece de uma política de prevenção do dano causado por dioxinas. Essa indústria emite também –entre outros gases poluentes– dióxido de carbono, óxidos sulfurosos e clorofórmio. Além disso, nos efluentes da indústria da celulose e do papel tem sido identificados aproximadamente 300 produtos químicos, entre os que estão poluentes orgânicos, clorofenóis e compostos ácidos e organoclorados.

Com o fim de evitar uma ulterior destruição, SAM tem feito um chamamento ao governo do Estado de Sabah e ao governo federal para que ordene cessar qualquer atividade de corte, iniciar ações legais contra os responsáveis do corte das 12.000 hectares sem Avaliação de Impacto Ambiental, levar a cabo uma Avaliação de Impacto Ambiental do projeto completa, procurar obter insumos genuínos pelo público com relação à revisão da Avaliação de Impacto Ambiental no conjunto, em virtude da magnitude e escala dos impactos ambientais previstos. Além disso se lançou uma campanha em nível internacional de oposição ao projeto (Boletim do WRM Nº 40, novembro de 2000).

Tailândia: Prevê-se massivo florestamento com eucalipto

Durante a última década, a Tailândia tem presenciado repetidas protestações contra as plantações de eucalipto. Os camponeses têm participado de passeatas, arrancado árvores pela raiz, incendiado plantações, declarado suas terras "livres de eucaliptos" e melhorado o solo onde houve plantações de eucalipto através de práticas de florestamento comunitário. Apesar destas protestações e dos problemas associados com a plantação de eucaliptos, as duas principais firmas produtoras de celulose e papel da Tailândia –a Phoenix Pulp and Paper e a Advance Agro– atualmente planificam uma expansão em grande escala.

A Phoenix planifica duplicar sua capacidade de produção, acrescentando uma fábrica de 270.000 toneladas de capacidade a

suas operações em Khon Kaen, com um custo de USD 450 milhões. Por sua vez, a Advance Agro tem planos para a construção de uma nova fábrica de 750.000 toneladas de capacidade através de uma *joint-venture* com o governo da China. Estima-se que o custo desta nova fábrica e das plantações de eucalipto associadas a ela será de USD 1.000 milhões. 80% da produção da nova fábrica da Phoenix será destinado à exportação enquanto as novas instalações da Advance Agro produzirão exclusivamente para o mercado chinês.

A gerência da Phoenix está negociando com os governos da Suécia e da Finlândia a concessão de empréstimos com baixos juros para financiar essa expansão. Uma operação similar da Phoenix –a Phoenix II– realizada entre 1990 e 1994 foi financiada com empréstimos brandos outorgados por esses governos. Portanto, as companhias finlandesas Jaakko Pöyry, Sunds Defibrator, Ahlstrom, Suomen Puhallintehtas, Sahko Lahteenmaki e Valmet Automation se beneficiaram com os correspondentes contratos para o fornecimento de assessoramento técnico, designs e maquinaria para Phoenix II.

Parte da justificação do governo finlandês para financiar a Phoenix II com um crédito pela quantia de USD 91 milhões foi que isso ajudaria a melhorar o desempenho da fábrica da Phoenix. Parte dessa "melhoria" incluía o erroneamente chamado "Projeto Verde", através do que desde 1994 a Phoenix verteu seus efluentes em lotes dos camponeses. Supunha-se que esta água serviria para irrigar os eucaliptos, mas os camponeses que moram nos arredores têm denunciado a salinização de suas fontes de água subterrânea, a morte dos peixes em seus lagos e a perda dos cultivos de arroz nos prédios adjacentes aos do Projeto Verde. Centenas de povoadores locais se queixaram das práticas da Phoenix entre 1995 e 1996, o que derivou em compensações extrajudiciais por aproximadamente USD 80.000. Além dos problemas com o "Projeto Verde", o Ministério da Indústria em várias ocasiões dispôs o fechamento da fábrica da Phoenix, devido à poluição que provocava no rio Phong.

Em agosto de 1998 o Ministro finlandês de Cooperação para o Desenvolvimento Pekka Haavisto se referiu aos empréstimos à Phoenix como "um erro cometido pela FINNIDA (Agência Finlandesa de Desenvolvimento Internacional)".

Em 1999 assistiu-se ao encerramento de uma luta de seis anos pelo controle da Phoenix. Lalit Mohan Thapar substituiu George Davison como presidente da companhia. Segundo Davison, a maior parte do apoio financeiro para essa substituição veio do Banco de Comércio de Bangkok (BBC). O BBC ganhou publicidade com o notório papel que teve em um dos maiores escândalos financeiros que tem acontecido na Tailândia, pelo que aproximadamente 200.000 milhões de *baht* (aproximadamente USD 8.000 milhões na época) desapareceram do banco. Um grupo de políticos tailandeses – conhecido como "o Grupo dos 16" – utilizou dinheiro do BBC para financiar a substituição de diretores em várias empresas do país, entre elas a Phoenix. Davison descreveu a manobra como "um roubo abonado pelo governo".

O valor das ações da Phoenix caiu de 140 *baht* (USD 5,6) em 1995 para 34 *baht* (menos de USD 1) em junho de 2000 e a companhia tem atualmente dívidas por aproximadamente USD 80 milhões.

Localizada em Tha Toom na Província de Prachinburi, a aproximadamente 120 de Bangkok, a Advance Agro é dona de uma das mais novas fábricas de celulose e papel da Tailândia. A empresa começou a operar em 1996 e em 1998 acrescentou-se uma segunda fábrica que aumentou a capacidade de produção para aproximadamente 310.000 toneladas. A fábrica foi construída pelo grupo Soon Hua Seng (SHS), uma das principais empresas tailandesas.

Há dez anos uns empregados da Suan Kittii, subsidiária da SHS foram detidos por cortar florestas para liberar espaço para plantações de eucalipto. Devido ao clamor público que isso gerou, o Primeiro Ministro Chatichai Choonhaven foi obrigado a proibir o "reflorestamento" comercial nas Reservas Nacionais de Florestas.

Originalmente estava previsto que o nome da fábrica seria "Fábrica de Celulose Suan Kittii", mas para tomar distância das críticas associadas com o nome Suan Kittii, a SHS mudou-lhe o nome por Advance Agro e contratou à empresa finlandesa de relações públicas Presko como conselheira para minimizar futuras críticas ambientais.

A CIDA, a agência de cooperação canadense, financiou a consultora canadense H.A. Simmons para trabalhar com a SHS e a Corporação para o Desenvolvimento do Commonwealth (CDC) ofereceu empréstimos e financiamento da dívida para a nova fábrica.

Os principais acionistas da empresa são o grupo Soon Hua Seng (56%); a Stora Enso, o maior produtor de pasta e papel da Europa (19%); a Oji Paper, a principal produtora de papel do Japão (5,5%) e a CDC (1%). As ações da Advance Agro caíram de 73,48 *baht* em 1997 para 17,25 *baht* em julho de 2000. Além disso, a empresa tem enormes dívidas que somam aproximadamente USD 640 milhões.

Atualmente a fábrica obtém sua matéria-prima a partir de 31.000 hectares de plantações de eucalipto manejadas pela Agro Lines, uma subsidiária do grupo SHS, e de 57.000 hectares de eucalipto cultivadas por 6.000 camponeses sob contrato com a Agro Lines.

A expansão que se propõe a Advance Agro requererá 40.000 hectares adicionais para plantações e mais 80.000 hectares sob regime de contrato com os camponeses. Plodprasop Surasawadi, Diretor Geral do Departamento Real Florestal (RFD) apontou em março do presente ano que seu apoio ao projeto estava condicionado a que a empresa "negociara" com os camponeses que moram nas áreas de matas e a que "fizesse efetivos pagamentos compensatórios aos que aceitassem entregar suas terras". Em resumo, isso significa que os camponeses seriam expulsos de suas terras, que receberiam algum dinheiro como compensação e que suas terras acabariam nas mãos do RFD que por sua vez as arrendaria à Advance Agro para a plantação de eucaliptos.

As chamadas "florestas degradadas" a serem transformadas em monoculturas de eucalipto são na realidade valiosas para os camponeses e constituem a base física da fauna local. Segundo a Sociedade de Conservação das Aves da Tailândia, as florestas secas de *dipterocarpus* de zona baixa ameaçadas por esta expansão das plantações são o hábitat de espécies de pássaros ameaçadas, especialmente aves de rapina. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 36, julho de 2000).

Tailândia: Eucalipto, usurpação, desmatamento e poluição ligados a empresa de celulose e papel

A Advance Agro, uma das maiores empresas de celulose e papel da Tailândia, comercializa o papel tipo "A Duplo" como "amigável" com o meio ambiente. A propaganda da empresa explica que a matéria-prima é oriunda de plantações e, portanto, mitiga a pressão exercida sobre as áreas de floresta que ainda restam.

Na realidade, as plantações da Advance Agro deslocam comunidades e constituem a fase final do desmatamento no leste da Tailândia. Kasem Petchanee, presidente do Comitê Coordenador das ONGs da região subnorte e central da Tailândia, explicou como o desmatamento começou, quando empresas como a Forest Industry Organisation, de propriedade do Estado, começaram as operações de derrubada. "Há cinquenta anos, essa região tinha cobertura florestal fértil", afirmou.

Durante a guerra travada na Indochina, a quantidade de tropas dos Estados Unidos acampadas na Tailândia chegou, em 1969, ao máximo de quase 50 mil efetivos. Para estabelecer um canal de comunicação entre as bases no nordeste da Tailândia e o porto de Chon Buri, os Estados Unidos construíram uma rede de viação. Com a construção de estradas, veio o desmatamento. Nas décadas de 1970 e 1980, o governo tailandês construiu mais estradas, para aceder às florestas do Camboja.

O Banco Mundial desempenha um papel decisivo na promoção das culturas comerciais na Tailândia. Entre as organizações criadas por recomendação do Banco, está o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social da Tailândia (NESDB, em inglês), que supervisiona todo o planejamento do investimento público. Desde sua criação em 1959, o NESDB é o principal promotor das culturas comerciais para a exportação.

Impulsionadas pelas políticas do NESDB, as empresas começaram a plantar culturas comerciais, como mandioca e cana-de-açúcar, no leste da Tailândia. Devido a que as empresas usurparam florestas e terras da população local, surgiram conflitos pela terra. Os moradores foram obrigados a plantar culturas comerciais e a vender suas lavouras para uma empresa privada.

Formaram-se e expandiram-se redes de influência, em que participaram parlamentares, empresas, oficiais do exército e uma máfia local. Os assassinatos tipo "máfia", a falta de terras e a especulação com a terra tornaram-se comuns no leste da Tailândia.

Em 1982, o Grupo Soon Hua Seng (SHS), um dos líderes na exportação de arroz e mandioca da Tailândia, começou a plantar eucalipto no leste do país, como alternativa à mandioca. No fim do ano 1987, o SHS já estava plantando eucalipto em escala comercial e tinha criado a empresa Advance Agro, para a produção de celulose e papel.

Hoje, o Grupo SGS possui 32 mil hectares com plantações próprias, além de cerca de 50 mil hectares com eucalipto plantado por contrato em terra de agricultores. No ano 1996, a Advance Agro abriu a primeira planta de celulose e papel, na província de Prachinburi, atualmente com uma capacidade total de produção de 500 mil toneladas métricas de papel ao ano. Setenta por cento do papel da Advance Agro é exportado, principalmente, para a China, os Estados Unidos, Hong Kong e o Japão.

O povoado de Laemkowchan tem mais de 100 anos e fica perto de uma das fábricas da Advance Agro. No passado, os moradores plantavam arroz, mandioca e abóbora. Quando o SHS começou a procurar terras para plantar eucalipto, muitos moradores venderam para a empresa os terrenos que tinham usado para plantar mandioca.

Porém, eles descobriram que as plantações de eucalipto começaram a estragar, também, seus arrozais. Suwan Kaewchan, integrante do Conselho Administrativo do povoado de Laemkowchan, explicou ao pesquisador Noel Rajesh que: "Quando a empresa chegou e começou a plantar eucalipto perto dos campos de arroz, a água começou a secar e os moradores descobriram que não podiam plantar arroz. Um após o outro, começaram a vender suas terras e ir embora. Foram trabalhar como assalariados noutras regiões, ou com a empresa".

Segundo ressaltou Kasem Petchanee, os moradores que ficaram com suas terras, mas plantando eucalipto por meio de contrato, tiveram de enfrentar um outro problema: "Depois da primeira colheita, o solo

fica tão degradado que eles têm de investir dinheiro para melhorar o solo. Tirar a árvore não é fácil. Os moradores devem alugar maquinário caro, para tirar os tocos e as raízes das árvores. As comunidades agrícolas estão contraindo dívidas com os bancos e com prestamistas. Quando eles não podem pagar, o banco fica com suas terras".

A água residual da fábrica da Advance Agro é despejada nas plantações de eucalipto. Essa água suja fica depositada em canais, entre as fileiras de eucalipto. Os moradores ressaltam que, embora a água seja tratada na planta de celulose, isso não significa que seja limpa. Recentemente, a água proveniente da planta acabou com a lavoura de arroz dos moradores.

Os moradores contam que a cinza das chaminés da fábrica fica depositada em suas casas e hortas, e que começaram a ter problemas de pele, como irritação. Às vezes, o ar tem mal cheiro, e os moradores receiam que a planta também esteja emitindo enxofre.

A empresa criou uma unidade ambiental, e os funcionários disseram aos moradores que estão cientes dos problemas que eles estão sofrendo. No entanto, os moradores não receberam compensação alguma por nenhum dos problemas provocados pela companhia.

Várias empresas internacionais foram favorecidas com contratos ligados às plantas da Advance Agro. A Jaakko Poyry, a maior consultora em matéria florestal e de engenharia do mundo, teve contratos assinados com a Advance Agro, para o desenho de engenharia, gestão do projeto e construção da planta de Prachinburi. A empresa Mitsubishi Heavy Industries, do Japão, forneceu o maquinário para a planta de papel da Advance Agro.

O financiamento para as plantas da Advance Agro foi organizado pela Barclays, de Zoete Wedd. As principais fontes de financiamento foram o Banco de Bangkok, o Banco de Agricultores Tailandeses (Thai Farmers' Bank), o Krung Thai Bank e a Commonwealth Development Corporation, do Reino Unido. A Corporação Financeira Internacional, o braço prestamista privado do Banco Mundial, outorgou um empréstimo no valor de US\$ 10 milhões, sendo que o financiamento posterior veio de créditos para a exportação.

Com a compra –em 1998– de 19,9% das ações da Advance Agro, a empresa Stora Enso ganhou os direitos exclusivos para a comercialização internacional dos produtos da Advance Agro e um mercado certo para as 12 mil toneladas métricas anuais de celulose de fibra longa de suas fábricas europeias. Dois membros da Stora Enso fazem parte da diretoria da Advance Agro.

A Advance Agro é um bom exemplo de como as empresas do Norte e tailandesas se beneficiam com a indústria de celulose e papel, enquanto as comunidades rurais são as que pagam os custos. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 70, maio de 2003).

Tailândia: Ambientalista local é morto

No dia 25 de maio de 2003, Samnao Srisongkhram (1965-2003) foi morto de um tiro na cabeça por um assassino pago. Samnao, 38 anos de idade, era agricultor e uma liderança local muito prezada por seu trabalho em defesa dos agricultores da região nordeste da Tailândia, atingida pela contaminação produzida por uma grande fábrica de celulose.

Samnao era de Khambongpattana, um povoado da província de Khon Kaen, onde exercia a função de presidente da organização local Clube para a Conservação do Rio Phong. Tinha participado na fiscalização da compensação pelos efeitos da contaminação da Phoenix Pulp and Paper Company desde 1996.

Era membro de um comitê formado pelo Escritório do Primeiro Ministro, para dar solução às reclamações contra a empresa Phoenix, e de um comitê estabelecido pelo governador da província de Khon Kaen, para analisar os prejuízos causados pelo sistema de eliminação de águas residuais dessa empresa à agricultura. Também trabalhava nos planos oficiais de conservação de rios e participava ativamente em campanhas de conservação voltadas para os jovens, bem como em atividades ambientais em nível regional. O controle da poluição e os esforços das organizações locais que Samnao ajudou a dirigir são em grande parte responsáveis pela melhora da qualidade da água e do ar nos arredores da planta da Phoenix.

Samnao foi morto enquanto conversava tranqüilamente com seu assassino, sentado no casebre construído no arrozal da família, depois de uma reunião de moradores em que foram analisados os planos de um projeto para fomentar a liderança da mulher na aldeia. A filha mais nova de Samnao estava ao lado dele e sua mulher estava perto. O assassino, uma pessoa de fora da região, tinha se aproximado de Samnao, pretextando ser ativista de uma ONG do norte da Tailândia em busca de informação.

No mês de julho, a Polícia deteve, no sul da Tailândia, um suspeito do assassinato. Segundo fontes policiais, o suspeito apontou o próprio chefe do subdistrito de Samnao, Khoke Soong, como a pessoa que o contratara para cometer o assassinato. O chefe, também detido, tem ligação de longa data com a Phoenix, mas observadores locais manifestaram dúvidas quanto a que o chefe e o atirador sejam as únicas pessoas envolvidas no crime.

A Phoenix tem duas linhas de produção de celulose *kraft*, com cerca de 200 mil toneladas por ano, a partir do bambu, do kenaf (uma espécie parecida com a juta) e do eucalipto. Numa das linhas, é utilizado cloro elementar para branquear a celulose; na outra, são utilizados compostos de cloro. Embora a Tailândia careça da capacidade para controlar as dioxinas, foram encontrados repetidas vezes outros contaminantes associados à indústria da celulose nas áreas vizinhas. Antes de 1993, os efluentes da empresa eram despejados diretamente no rio Phong, mas, depois de um gravíssimo incidente de contaminação, esse procedimento foi proibido por lei. Atualmente, os efluentes das duas plantas são processados juntos e despejados em tanques, para, finalmente, serem despejados nas plantações de eucalipto da companhia.

Porém, a Phoenix tem grande dificuldade para conseguir terra em quantidade suficiente onde despejar os efluentes (entre 25 e 28 mil metros cúbicos) que deve eliminar diariamente. Uma parte da água residual é filtrada nos campos dos agricultores vizinhos e, finalmente, no rio Phong, danificando solos, lavouras e peixes. Segundo um pacto ajustado com o Ministério da Indústria, a empresa é obrigada a adquirir uma parcela adicional de terra para despejar os efluentes; caso

contrário, a licença de funcionamento será cancelada no final deste ano. A Phoenix vem tentando adquirir a terra necessária entre os moradores.

Vários moradores, no entanto, especialmente aqueles que possuem terras férteis na foz de um afluente local, se recusaram a vender suas terras. Com o apoio do Clube para a Conservação do Rio Phong, eles exigiram também compensação adequada pela terra contaminada com detritos despejados pela fábrica e reuniram provas a serem apresentadas nos órgãos oficiais competentes. Preocupada com o vencimento do prazo estabelecido pelo governo, a Phoenix tinha entrado em contato com Samnao, como parte de sua campanha para adquirir terra e negociar as compensações. Segundo vários moradores locais, antes de ser morto, Samnao tinha recebido telefonemas da Phoenix com ameaças e tentativas de suborno que o ativista rejeitou.

Araya Nanthaphotedet, diretora do X Escritório Regional do Ambiente, manifestou a sua esperança de que sejam detidas e sentenciadas todas as pessoas responsáveis pelo assassinato. Afirmou que Samnao tinha feito um excelente trabalho, e que tinha sido um admirável porta-voz dos moradores.

"Justamente, antes dele morrer, tinha participado numa reunião em nível provincial, para resolver os problemas de terra da fábrica, que atingiam os moradores", contou Araya. "Ele estava prestes a apresentar seu relatório perante os moradores. É uma vergonha".

Samnao é lembrado por amigos e companheiros de luta como uma liderança reservada e humilde, sem ambições pessoais ou políticas, que não teve conflito com ninguém, salvo com a Phoenix.

Ele deixou mulher, Mayuree, e dois filhos: um menino de 7 anos e uma criancinha de sete meses. O seu lugar no grupo de conservação local foi ocupado, entre outros, por Chawang Buochan, sobrevivente de um tiroteio em 1996, cujos autores jamais foram achados. Pode-se contribuir para a vaquinha a favor da mulher (ver Referências). (Boletim do WRM N° 74, setembro de 2003).

Tailândia: Uma planta de celulose com uma longa história

Estabelecida em 1989, a Advance Agro Public Company Limited está localizada na província de Prachinburi. Esta empresa –que principalmente fabrica e vende celulose e papel para imprimir e para escrever– comercializa seu papel de marca registrada "Duplo A" com o eslogã de "ecológica". Os anúncios publicitários da companhia explicam que a matéria prima provém de plantios e que, desta forma, consegue mitigar a pressão sobre as áreas florestais remanescentes. Porém, na realidade, os plantios da Advance Agro têm deslocado comunidades locais e constituem o estágio final do desmatamento no leste da Tailândia.

O povoado de Laem Khao Chan, com aproximadamente 100 anos de existência, está localizado nas proximidades de uma das plantas da Advance Agro. No passado/ Antigamente, os moradores cultivavam arroz, mandioca e abóbora. Quando o grupo SHS começou a procurar terras para plantar eucalipto, muitos moradores venderam à companhia essas terras que eles tinham usado para plantar mandioca. Mas depois descobriram que os plantios de eucalipto começaram a afetar também seus campos de arroz.

Suwan Kaewchan, membro da Organização Administradora Laem Khao Chan Tambon do povoado de Laem Khao Chan, explicou: "Quando a companhia veio e começou a plantar eucalipto perto dos campos de arroz, a água começou a secar completamente e os moradores ficaram sem poder cultivar mais arroz. Um a um, eles começaram a vender suas terras e ir embora. Eles foram trabalhar como mão-de-obra contratada em outras áreas ou começaram a trabalhar na companhia."

Os moradores que mantiveram suas terras mas plantaram eucalipto contratados pela companhia tiveram que enfrentar outro problema, como Kasem Pet-natee do projeto de Desenvolvimento Khwae Rabom-Siyad apontou: " Depois da primeira colheita, o solo fica tão degradado que os agricultores locais têm que usar seu dinheiro para melhorar o solo. Remover as árvores é difícil. Os moradores devem alugar maquinários custosos para remover os cepos e raízes das árvores.

As comunidades agrícolas estão ficando endividadas com os bancos e os agiotas. Ao não poderem pagar, os bancos se apoderam das suas terras."

A água residual provinda da planta da Advance Agro é despejada nos plantios de eucalipto. A água suja se acumula nos canais entre as fileiras de eucaliptos. Os moradores apontaram que o fato de a água ser tratada na planta de celulose não significa que esteja limpa. Recentemente a água despejada pela planta arruinou a colheita de arroz dos moradores. A poeira provinda da planta também se espalha até as casas dos moradores e produziu erupções na pele.

Várias corporações transnacionais foram beneficiadas através de contratos com as plantas da Advance Agro. Jaakko Poyry, a maior companhia consultora de engenharia e manejo florestal no mundo, de origem finlandesa, ganhou um contrato (de não mais de 3 anos e assinado no dia 15 de dezembro de 1993) com a Advance Agro que incluía o design industrial, o projeto e a gestão da construção da planta. A corporação recebeu US\$ 15.250 a cada semana, sem incluir honorários de US\$ 60 por hora para cumprir instruções adicionais. Outro contrato (assinado no dia 5 de setembro de 1995) foi celebrado com a companhia finlandesa Ahlstrom para a provisão de serviços técnicos por um prazo de 10 anos. O pagamento correspondente ao primeiro ano foi de US\$ 350 mil e por causa da quantia endividada, a Advance Agro teve que pagar, anualmente, 3% da receita líquida à Ahlstrom.

Quando a StoraEnso comprou ações da Advance Agro em 1998, foram assinados vários contratos de cooperação entre as duas companhias. Por exemplo, a Advance Agro teve que pagar anualmente à StoraEnso a quantia de US\$ 100 mil em troca de cooperação a respeito do desenvolvimento e a pesquisa sobre celulose e papel. Para obter assistência técnica da StoraEnso, a Advance Agro devia pagar salários, outros benefícios e custos de assistência técnica à StoraEnso durante 12 meses. A StoraEnso devia garantir no mínimo 12 mil toneladas de celulose de fibra longa européia por ano como também a cobrança de comissões como distribuidor e representante de vendas da Advanced Agro no exterior (exceto na Tailândia e no Japão) durante sete anos. Esperava-se que a celulose de fibra longa garantida pela StoraEnso

proviria de suas plantas na Europa. (Boletim do WRM Nº 83, junho de 2004).

Vietnã: As árvores de quem? Programa de "reflorestamento" de 5 milhões de hectares

A história dos programas de plantação de árvores no Vietnã data de 1956. Segundo um relatório de Nguyen Ngoc Lung, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Florestal do Vietnã, entre 1956 e 1992 foi plantada uma superfície superior ao milhão de hectares. No entanto, os índices de sobrevivência foram pobres e a maior parte da madeira produzida foi exportada sob a forma de lascas ao Japão ou a Taiwan.

Ainda assim, o governo vietnamita se propõe incrementar a área de plantações no país. Em 1992 as autoridades introduziram o Programa 327, com o objetivo de "reverdecer as colinas nuas". A agência de notícias estatal Vietnam News Agency informa que entre 1988 e 1994 se plantaram 115.000 hectares ao ano, cifra que aumentou para 193.000 hectares anuais entre 1995 e 1998. Os custos para o Estado foram elevados. Para 1998 o Programa 327 tinha custado ao governo aproximadamente USD 273 milhões. Três anos antes, o governo vietnamita tinha tentado sem sucesso obter financiamento do Banco Mundial para esse programa.

Em 1998 o Banco Mundial contrata à consultora florestal Fortech para "descrever, analisar e avaliar" o programa. A consultoria de Fortech apontou que durante a implementação do programa a superfície de florestas naturais no Vietnã tinha continuado descendo e que os programas de plantação de espécies de rápido crescimento tinham falhado completamente. Entre os problemas mencionados pelo trabalho estão: um enfoque burocrático verticalista, a alocação de terras sem o envolvimento da população local, práticas silvícolas pobres, imposição do projeto às famílias pobres sem levar em conta suas contribuições e o fato de que o Vietnã tem pouca superfície disponível para plantações florestais em grande escala.

Talvez foi por causa de seu fracasso para obter fundos do Banco Mundial que o governo propôs um novo programa, ainda mais

ambicioso, para substituir o referido 327: o Programa de Reflorestamento de 5 milhões de hectares.

O objetivo deste novo programa é aumentar a área "de florestas" do país para 14 milhões de hectares para o ano 2010. O objetivo –5 milhões de hectares– originou-se a partir de uma cartografia francesa de 1943, a que mostra que na época 43% do Vietnã estava coberto de florestas. Isso equivale a 5 milhões de hectares mais que as cifras oficiais de meados de 1990, quando pela primeira vez começou-se a falar do programa. O custo estimado do programa é de aproximadamente USD 2.500 milhões, dos que USD 1.500 milhões provirão de agências internacionais de ajuda. Do total de cinco milhões de hectares o governo planifica destinar um milhão a plantações para celulose.

Seis meses depois de que o governo aprovara o projeto na Décima Assembléia Nacional, agências bilaterais de ajuda decidiram oferecer seu apoio ao programa durante o encontro do Grupo Consultivo (presidido pelo Banco Mundial) realizado em dezembro de 1998 em Paris. Um ano depois, em 10 de dezembro de 1999 foi assinado um memorando de acordo entre Le Huy Ngo, Ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural e 15 representantes de agências internacionais de ajuda.

Posteriormente se estabeleceu um "Comitê Executivo de Participação" formada por representantes do governo do Vietnã e dessas agências. Ao mesmo tempo se criaram três Grupos de Trabalho, com o fim de pesquisar alguns aspectos como política florestal, instituições, investimentos no setor florestal, necessidade de ajuda e estratégia de financiamento. Aparentemente os impactos das plantações em grande escala sobre as pessoas e o ambiente não farão parte da agenda dos Grupos de Trabalho.

A Agência Sueca Internacional para o Desenvolvimento (SIDA) é uma das agências envolvidas nas negociações com o governo a respeito deste Programa. Rolf Samuelsson, Primeiro Secretário da Embaixada sueca em Hanoi descreveu desta maneira a atitude da SIDA a respeito do projeto: "Achamos que talvez seja um tipo de plano tipicamente verticalista em matéria de programa, agenda política e demais. Mas

como a Suécia está decididamente promovendo enfoques baseados na co-participação e em programas setoriais amplos, achamos que este programa, apesar de todas suas limitações, constitui um bom ponto de partida para o diálogo com o governo na temática florestal".

A SIDA tem solicitado que o Centro para a Pesquisa Internacional Florestal (CIFOR), sediado na Indonésia, seja envolvido no processo de negociação, aduzindo que Hanoi carece da "massa crítica de expertos que possam ajudar ao Ministério a elaborar esses documentos" segundo palavras de Samuelsson.

Outras agências envolvidas no "Comitê Executivo de Co-participação" incluem à Holanda, à Alemanha, ao PNUD e ao Banco Mundial. Alguns deles já estão financiando ou planejando outros projetos de reflorestamento no Vietnã. Por exemplo, o Banco Mundial faz publicidade em seu "Monthly Operational Summary" (Resumo Mensal de Operações) de maio de 2000 de um projeto de USD 75 milhões denominado "Florestamento das Colinas Nuas". Há poucos detalhes disponíveis sobre o mesmo, apesar de que o Banco tem tido este projeto em sua lista por vários meses. Em março de 1997 o Banco de Desenvolvimento Asiático aprovou um empréstimo sem juros por USD 33 milhões para um Projeto para o Setor Florestal de cinco anos de duração que inclui o reflorestamento de áreas de montanhas em quatro províncias. Parte deste projeto consiste na plantação de 12.000 hectares com espécies de rápido crescimento. A consultora que atua no mesmo é a GFA (Gesellschaft für Agrarprojekte mbH), uma firma alemã sediada em Hamburgo.

Enquanto as agências de ajuda e o governo vietnamita debatem sobre o futuro financiamento de projetos, este já tem começado a plantar. Em 1999 instalaram-se 206.000 hectares de "florestas" sobre um total projetado de 310.000. Mais de 5.000 hectares foram instaladas através de semeadura aérea de sementes na província de Lai Chau, no noroeste do país. O objetivo para este ano é de 403.000 hectares, para o que foi destinado um orçamento de aproximadamente USD 25 milhões.

A lógica subjacente parece ser simplesmente que as árvores são boas. Parece que há pouca análise sobre para quem e para que são

as árvores. Uma possibilidade é a indústria da celulose e do papel. No entanto, em agosto de 1999 a Vietnam News informou que a Corporação Nacional do Papel do Vietnã tinha 18.000 toneladas de papel armazenadas, em decorrência do baixo consumo. No ano passado, a Corporação foi a que registrou os maiores índices de perda do país, com nove de suas companhias em déficit. Um ano antes, os fornecedores de madeira do Vietnã tiveram que armazenar seu produto porque o volume ultrapassava a procura no nível nacional. Em dezembro de 1999 o jornal Nhan Dan, sediado em Hanoi, informou que os camponeses estavam vendendo sua produção como lenha nos mercados locais em vez de fazê-lo à indústria da celulose e do papel, devido à falta de transporte e ao "baixo valor econômico destas árvores".

Apesar de que esses exemplos não fornecem um panorama acabado da situação, mostram claramente que a instalação de um milhão de hectares de plantações adicionais para o abastecimento da indústria da celulose não necessariamente haverá de beneficiar nem à própria indústria da celulose e do papel nem aos camponeses em cujas terras serão plantadas as árvores. Os ambiciosos objetivos de plantação e o negócio de atrair fundos podem colocar em risco o potencial de crescimento da área de floresta nativa e do aumento do bem-estar da população rural, por exemplo através do manejo comunitário de florestas.

A Vietnam News Agency informou que no início de 2000 o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tinha apontado que a superfície a ser plantada poderia ser reduzida para três milhões de hectares "para estar de acordo com a área disponível para o florestamento e com o plano de desenvolvimento nacional". Talvez isso sirva para gerar o espaço necessário –tanto político quanto geográfico– para conseguir o envolvimento das comunidades no manejo de suas florestas, pastagens, terras agrícolas e campos de barbeito. (Por Chris Lang, Boletim do WRM Nº 38, setembro de 2000).

Vietnã: Um futuro de plantações massivas

Em 2001 a Vietnam Paper Corporation (Vinapimex) anunciou um ambicioso plano para expandir a indústria da celulose e do papel no Vietnã. Com um custo total de mais de USD 1.000 milhões, o plano

envolve 15 novos projetos de produção de pasta e papel. Se fossem construídos todos esses projetos, a capacidade de produção anual de papel da Vinapimex aumentaria das 171.000 toneladas atuais para 419.000 toneladas.

A indústria da celulose e do papel no Vietnã atualmente produz um total de aproximadamente 360.000 toneladas de papel por ano. A Vinapimex espera aumentar esse montante para mais de um milhão de toneladas para finais do ano 2010.

Um dos projetos propostos da Vinapimex é uma nova planta de celulose *kraft* branqueada de 130.000 toneladas ao ano na província de Kontum, nas terras altas centrais do Vietnã. Em outubro de 2001, o governo aprovou o estudo de viabilidade da Vinapimex.

A maior parte do financiamento para o projeto de USD 240 milhões ainda não foi conseguido, mas a Vinapimex espera que os governos estrangeiros a auxiliem com empréstimos de "assistência" com taxas de juros inferiores às oferecidas pelos bancos comerciais. O governo vietnamita tem concordado em cobrir sete por cento dos custos através do financiamento de rodovias, infra-estruturas de pesquisa, clínicas de atenção da saúde e escolas. O governo também comprará os direitos ao uso da terra para o projeto e renunciará ao imposto sobre a terra durante o primeiro ciclo da plantação.

Para fornecer matéria-prima à fábrica de celulose, a Vinapimex tem começado a plantar árvores e visa a estabelecer uma área de 125.000 hectares de plantações de árvores de crescimento rápido. Além disso, conforme o estudo de viabilidade, a Vinapimex tem a intenção de usar 38.000 hectares de florestas para alimentar a fábrica.

Enquanto isso, as obras para ampliar a maior fábrica de celulose e papel do Vietnã, Bai Bang, devem começar em poucas semanas. A fábrica ampliará sua capacidade de 55.000 toneladas de papel ao ano para 100.000 toneladas. Ao mesmo tempo, a capacidade anual de produção de celulose aumentará de 48.000 para 61.000 toneladas. Isso representa a primeira fase de um plano para aumentar a capacidade anual de produção de papel da fábrica para 200.000 toneladas e a capacidade de produção de celulose para 150.000 toneladas.

Em 30 de novembro de 2001, o governo sueco concordou em fornecer um crédito preferencial de USD 12,5 milhões para financiar a primeira fase da expansão. Em 2000, a Vinapimex obteve USD 42 milhões em empréstimos de três bancos nórdicos para financiar a reconstrução de sua fábrica. A Vinapimex assinou contratos com a Voith Paper e a Sinochem da China para reconstruir a fábrica. A Elof Hansson e a Marubeni ganharam os contratos para fornecer equipamentos. A Hansson conduz um grupo de companhias fornecedoras, entre as que se estão a Kvaerner Chemetics, a Kvaerner Pulping, a Purac, a Metso Paper e a AF-IPK.

Além dos planos de ampliação da Vinapimex, a companhia japonesa Nissho Iwai está planejando aumentar sua produção de lascas de madeira ("chips") no Vietnã. A companhia está construindo uma fábrica de USD 1,5 milhões em uma *joint-venture* com uma agência de exportação de produtos florestal de propriedade do Estado. As lascas de madeira serão exportadas e vendidas à companhia japonesa Oji Paper Company. A Nissho Iwai também planeja aumentar 15 por cento a capacidade de um produtor existente de lascas de madeira, levando-a para 150.000 toneladas ao ano. O objetivo da companhia para 2002 é de 400.000 toneladas, as que serão exportadas para o Japão em sua totalidade.

Com o fim de satisfazer a crescente demanda de matéria-prima para alimentar a indústria da celulose e do papel em expansão, o governo tem planos ambiciosos de plantar um milhão de hectares com plantações industriais destinadas especificamente a alimentar a indústria como parte de seu programa de "5 milhões de hectares".

Em um relatório de fevereiro de 2001, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural alega que o programa de 5 milhões de hectares deve conduzir ao "uso sustentável da terra" e deve ser "financeira, ambiental e socialmente viável". Mas o programa de plantação industrial de árvores que está sendo aplicado atualmente no Vietnã não cumpre com nenhum desses objetivos. É viável financeiramente apenas com os subsídios do governo e os empréstimos com baixa taxa de juros outorgados sob a forma de "assistência" estrangeira. As monoculturas de árvores de crescimento rápido que substituem as florestas, campos e pradarias também não podem ser descritos

como ambientalmente viáveis ou sustentáveis. E com referência ao povo vietnamita, que depende da terra e das florestas que se perderão para abrir o caminho para as plantações, as conseqüências sociais são potencialmente devastadoras (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 54, janeiro de 2002).

Vietnã: Suspende-se a construção de planta de celulose e papel em Kontum

Em 24 de outubro de 2002 as autoridades provinciais anunciaram a suspensão da construção da nova planta de celulose e papel com uma capacidade de 130.000 toneladas ao ano em Dac To, província de Kontum, nas terras altas centrais do Vietnã. A agência estatal de notícias Vietnã News Agency (VNA) informou que se deteve a construção devido "ao descumprimento da formulação de um plano mestre crível".

Seis meses antes, durante uma viagem de dois dias a Kontum, o Vice-Primeiro Ministro, Nguyen Cong Tan tinha exigido da Companhia Papeleira do Vietnã, Vinapimex, a publicação de um plano que estabelecesse de onde proviria a matéria prima para alimentar o estabelecimento.

Vinapimex tinha planejado o estabelecimento de Kontum partindo da suposição de que haveria mais de 20.000 hectares de plantações disponíveis para alimentar a planta, e que poderiam se plantar ainda mais terras. Porém, três anos depois, há menos de 15.000 hectares de plantações e parte dessa área se obteve despejando das suas terras e lares a povoadores locais. Depois da detenção na construção, as autoridades provinciais de Kontum declararam à VNA que a expansão da área de plantações de árvores para gerar mais matéria prima simplesmente não era viável.

Jaakko Poyri, a empresa consultora florestal e de engenharia mais grande do mundo, foi a assessora no projetado estabelecimento industrial. Em 1998, Poyri elaborou para Vinapimex um estudo de factibilidade sobre o estabelecimento e preparou os documentos para um chamado a concorrência pública em maio de 2002. O custo total do estabelecimento estimou-se em US\$ 240 milhões, montante que

inclui US\$ 163 milhões em equipamentos provenientes da Europa ocidental.

A suspensão na construção do estabelecimento de Kontum é apenas um dos problemas aos que se enfrenta Vinapimex, empresa administrada pelo Estado e principal produtora de papel do Vietnã. Vietnã tem a capacidade de produzir 360.000 toneladas de papel ao ano, aproximadamente 70 por cento do papel consumido ao ano no país. Mas, em agosto de 2002, a VNA informou que os depósitos da Vinapimex estavam ao máximo da sua capacidade, com 28.500 toneladas de papel armazenado, incluindo 16.000 toneladas do ano anterior. A companhia acusou aos exportadores estrangeiros de praticar concorrência desleal com papel barato dentro de Vietnã, mas a realidade é que o papel importado é mais barato e de melhor qualidade. Em 2002, Vietnã importou 52.000 toneladas de celulose e 290.000 toneladas de papel.

Numa tentativa de concorrer com os importadores, Vinapimex reduziu duas vezes os preços do papel durante 2002. Enquanto isso, os custos de produção do papel aumentaram em outubro quando o governo incrementou o preço da eletricidade. Vinapimex solicitou do governo uma redução das taxas de eletricidade aos níveis anteriores a outubro de 2002, e está tentando obter outros subsídios do governo, através de empréstimos de crédito preferenciais e uma redução do imposto ao valor agregado.

As perspectivas não são boas para Vinapimex. Este ano, segundo as regras da Área de Livre Comércio da ASEAN, Vietnã deve reduzir as tarifas sobre as importações de papel de 50 para 20 por cento.

Em 2000, Dang Van Chum, Ministro da Indústria do Vietnã, declarou à revista comercial *Pulp and Papel International*, que Vietnã tinha uma estratégia clara para a indústria da celulose e o papel para a próxima década. "Num prazo de 10 anos queremos que a nossa indústria forneça 80-90 por cento da demanda interna, com uma taxa de crescimento média de 10,4 por cento ao ano", afirmou. Acrescentou que o país também espera aumentar o comércio com o mercado internacional.

Só dois anos depois, os planos estão destroçados. Em julho de 2002, o Vice-Primeiro Ministro Nguyen Tan Dung indicou ao Ministério da Indústria que ajustará seu plano de desenvolvimento para a indústria papeleira até 2010. Dung estabeleceu que todas as fábricas novas de papel deviam ter em conta planos de fornecimento de matéria prima.

Enquanto isso, Vinapimex continua com seus planos de expansão. Está planejando um estabelecimento de celulose com uma capacidade de 250.000 toneladas ao ano em Phu Tho, com o objetivo de alimentar o maior estabelecimento de celulose e papel do Vietnã, localizada em Bai Bang.

Em outubro de 2002, o governo aprovou os planos da Vinapimex para um estabelecimento de celulose e papel no valor de US\$ 104 milhões na província de Thanh Hoa. O estabelecimento terá uma capacidade de 50.000 toneladas de celulose e 60.000 toneladas de papel ao ano.

Na província de Lam Dong, Vinapimex tem planos de estabelecer uma fábrica de celulose de US\$ 250 milhões, com uma capacidade entre 200.000 e 400.000 toneladas ao ano. O Vice-Presidente do Comitê Popular de Lam Dong, Hoang Si Son, declarou ao *Vietnã Economic Times*, que "a Vinapimex plantou uma área de 10.000 hectares para acrescentar às 30.000 hectares existentes; pensamos aumentar a coberta de bosque a 135.000 hectares".

Aparentemente, Vinapimex considera que a construção de novos estabelecimentos de celulose e papel é a única forma que lhe resta para sobreviver como empresa. Obviamente, a companhia poderia simplesmente construir mais depósitos com maior capacidade para as reservas massivas do papel pouco rentável que produz. Depois, poderia acudir ao governo e às agências de cooperação internacional para obter os subsídios que necessita para assegurar sua supervivência burocrática. Os impactos sobre as comunidades rurais do Vietnã, seus bosques e suas formas de sustento não terão uma solução tão fácil. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 66, janeiro de 2003).

Vietnã: Uma comunidade dividida ao redor da planta de papel Tan Mai

Poucos metros além das paredes exteriores da planta de papel Tan Mai, existe uma "próspera indústria" à sombra dos coqueiros. Dos tanques em que são despejados os efluentes da fábrica, os moradores locais tiram sua "matéria prima" usando redes que transbordam a "colheita" do dia: as fibras de papel que ficam nas águas residuais da planta.

Como uma parte dessa comunidade vive literalmente das águas residuais, vendendo a fibra recuperada a fabricantes de papel de baixa qualidade nas proximidades da cidade de Ho Chi Minh, outras pessoas pagam o preço pelas colheitas danificadas, a água para beber poluída e os peixes mortos. A Tan Mai é um exemplo de comunidade dividida que, por um lado depende da poluição da indústria para ter rendimentos e por outro é lesada por suas atividades. Alguns membros da comunidade trabalham na indústria. Outros reclamam por ter perdido colheitas anuais inteiras sem nenhuma compensação.

Embora a Tan Mai tenha causado poluição desde a década de 60, não foi até que a indústria incrementou a produção em 1992 que os membros da comunidade organizados em grupo demandaram soluções para a morte dos peixes e a danificação das colheitas. Entre 1992 e 1996, membros da comunidade encaminharam cartas ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (DOSTE), à mídia e à gerência da fábrica. O DOSTE investigou as reclamações da comunidade, porém, nunca mostrou os resultados aos membros da comunidade e nunca concedeu compensação pelas perdas de colheitas e peixes. Uma poucas pessoas argumentaram que Tan Mai não sofre impactos ambientais sérios. Os gerentes da fábrica reconheceram que era necessário um novo sistema de tratamento de detritos.

Mesmo as pessoas que se sustentam com a recuperação das fibras expressam preocupação a respeito dos impactos da poluição da fábrica. Os agricultores locais não podem comer o arroz que produzem, apenas podem usá-lo para alimentar os porcos. Os membros da comunidade queixaram-se por sofrerem enjôos devido à poluição do

ar, problemas respiratórios, visuais e cutâneos e por ficarem com campos menores para cultivar árvores frutíferas.

Apesar disso tudo, a comunidade Tan Mai está, tanto psicológica quanto emocionalmente, dividida. Um grupo de famílias mora perto dos fundos da fábrica, colhendo as fibras de papel. Outro grupo planta arroz em campos próximos. Um terceiro grupo mora em apartamentos construídos pela companhia localizados na área urbana da fábrica. E um quarto grupo mora em casas flutuantes de pescadores que ficam no rio em que a Tan Mai despeja as águas residuais. O Phuong (ou distrito) tem um presidente jovem e dinâmico que está verdadeiramente interessado pelos impactos ambientais da fábrica sobre a comunidade e manifesta sua frustração por não ser capaz de mudar a situação. Através dessa posição oficial, a comunidade apresentou reclamações formais tanto à fábrica quanto às autoridades da província. Mas como ele explica, "As pessoas nessa área têm seus filhos trabalhando na fábrica. Eles têm acesso a usar a eletricidade e água da fábrica. Obviamente, a fábrica dá perdas e benefícios para eles, e por isso, eles não querem reclamar muito" entrevista pessoal, em 6 de junho de 1997)

A Tan Mai pertence e é gerenciada pelas autoridades estatais e, ao mesmo tempo, regulamentada pela Agência Nacional de Meio Ambiente. Ora através da corrupção ora através de políticas combinadas, o Estado tem trabalhado para bloquear críticas e demandas de melhoras ambientais em fábricas como a Tan Mai. Por exemplo, depois das reclamações da comunidade, o DOSTE mediu os níveis de poluição da água no Tan Mai. Contudo, essas medições foram feitas com o intuito de ocultar os níveis reais de poluição (por exemplo, algumas amostras foram, de fato, tomadas rio acima, onde a água é relativamente limpa). O DOSTE, então, expediu um memorando formal afirmando que a fábrica estava de acordo com os padrões ambientais. Todos os que estavam envolvidos nesse caso reconhecem que a Tan Mai não cumpre, em lugar nenhum, os padrões ambientais e ainda por cima esse documento é agora aceito como prova do desempenho da Tan Mai. Quando a Tan Mai recebeu o memorando do DOSTE, nem a comunidade nem as autoridades do governo local puderam multar ou pedir compensação à fábrica.

Os membros da comunidade, como conseqüência, se resignaram a que a fábrica continuasse poluindo, e aparentemente abandonaram reclamações futuras. Os membros da comunidade deram diferentes motivos para nunca mais escreverem cartas de reclamação, incluindo "elas não fazem nenhum efeito", "o único resultado é que o DOSTE aparece, mede e então desaparece" e "só informam através das autoridades". Este desencorajamento é comum. Outras comunidades que estudei também tinham medo de que as reclamações fossem ignoradas ou causassem mais problemas. Apesar disso, as comunidades perseveraram e conseguiram, às vezes, bons resultados.

A comunidade ao redor da Tan Mai, não obstante, tem sido incapaz de superar as divisões internas e resistências. A comunidade está dotada de um razoável nível de capacidades, incluindo uma mistura de jovens membros educados e trabalhadores industriais. A comunidade até tem algumas conexões com os representantes do governo local. Apesar disso, não conseguiram forjar um Estado mais tolerante ou vínculos com a mídia e as divisões internas têm enfraquecido o poder de pressionar as agências ambientalistas a agirem contra um gerenciamento centralizado da fábrica envolvendo o Ministério da Indústria.

A Tan Mai é, por inúmeras razões uma companhia extremamente isolada. O governo tem focalizado a indústria do papel como uma forma de expansão e está promovendo agressivamente as três maiores plantas de papel e celulose no país (incluindo a Tan Mai). A promoção e proteção da Tan Mai desse modo vencem acima de qualquer outro interesse (incluindo acumulação de impostos), e bloqueia a regulamentação local da poluição. A empresa, nesse sentido, tem uma tão forte vinculação com o Estado que virtualmente nenhuma pressão local pode motivar uma regulação mais rígida. Ao reconhecerem isso, os membros da comunidade desistiram até de apresentar cartas formais de reclamação. (Por: Dara O'Rourke, Boletim do WRM N° 83, junho de 2004).

OCEANÍA

Aotearoa/Nova Zelândia: a Carter Holt Harvey eleita como a pior empresa transnacional

Em abril de 2002 se realizou a quinta edição do Prêmio Roger. Esse prêmio é entregue à pior empresa transnacional que realiza atividades em Aotearoa/Nova Zelândia e é organizado pela Campanha contra o Controle Estrangeiro de Aotearoa (CAFCA) e GATT Watchdog, duas organizações locais de ativismo e campanhas.

Apesar do escasso orçamento, o prêmio tem atraído a atenção de organizadores de outros países que também enfrentam o poder e o controle das transnacionais. É uma forma muito concreta de elevar o nível de consciência sobre um problema mundial, ao focalizar-se no impacto que têm as atividades das empresas transnacionais sobre as comunidades locais e o meio ambiente.

O prêmio é entregue à empresa transnacional com atividades na Nova Zelândia que produza os impactos mais negativos sobre alguma ou todas as seguintes áreas: desemprego, monopólio, lucros excessivos, abuso dos trabalhadores ou das condições do trabalho, influência política, dano ambiental, imperialismo cultural, impacto sobre os povos indígenas maoris, cruzadas ideológicas, saúde e segurança do trabalho e pública, e impacto sobre as mulheres.

A ganhadora deste ano foi a empresa Carter Holt Harvey (CHH). Antigamente era uma das transnacionais propriamente neozelandesas, mas há alguns anos foi adquirida pelo titã estadunidense da madeira, a International Paper, que agora possui 50% de suas ações. A CHH atua na Austrália e nas Ilhas Fiji além de na Nova Zelândia, e é uma das maiores produtoras de produtos de madeira e papel do hemisfério sul. Como sua companhia matriz se opõe de forma virulenta aos interesses dos trabalhadores e seus sindicatos, e apesar das tentativas de promover uma imagem ecologista, é uma ameaça para o meio ambiente. Possui aproximadamente 330.000 hectares de plantações na Nova Zelândia, nas que prevalece o pinheiro radiata.

Existem numerosas razões pelas que essa companhia merece o prêmio. Há muito para dizer sobre o histórico da CHH com relação aos direitos e condições do trabalho dos empregados. Por um lado, sempre tem tentado mantê-los em condições de trabalho precárias, também tem sido multada por não providenciar equipos de segurança aos operários. Por outro lado, os juízes do Prêmio Roger têm detectado que as únicas fábricas de celulose e papel na Nova Zelândia que ainda utilizam processo de branqueamento com cloro –produtor de dioxina, uma substância provavelmente cancerígena– são as da CHH.

Quando era uma companhia de propriedade nacional, a Carter Holt Harvey tinha investimentos no Chile na época de Pinochet, e antes da desregulação radical do mercado de trabalho que se produziu em 1991, seu presidente, Richard Carter, defendeu a criação de leis do trabalho similares às do Chile para a Nova Zelândia. Depois de ter sido adquirida pela International Paper, a subsidiária chilena da CHH, a Bosques Arauco, tem ignorado e pisoteado os direitos dos povos mapuches.

O relatório do Prêmio Roger também salientou o papel da CHH em uma *joint-venture* dedicada à produção de pinheiros geneticamente modificados, em locais secretos, que foram chamados de "Frankenpine" ("pinheiros Frankenstein").

Por outra parte, junto com outros agentes poderosos do setor florestal, a CHH tem pressionado o governo da Nova Zelândia para que não ratifique o Protocolo de Kyoto. Em comunicado à imprensa de 5 de novembro de 2001, seu diretor geral Jay Goodenbour afirmou que "avaliações independentes" recentes sugerem que a instrumentação do Protocolo de Kyoto "prejudicará nossa capacidade para exportar e aumentará os custos em geral e os custos do trabalho".

"A única responsabilidade assumida pela Carter Holt Harvey tem sido a de gerar, ou mais precisamente tentar gerar, lucros para seus acionistas" afirmaram os juízes em sua declaração (Boletim do WRM Nº 58, maio de 2002).

